

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

OLGA MYLLENA DINIZ BOTELHO SANTANA

**IMPACTOS DA DESORDEM INFORMACIONAL PARA O FENÔMENO DA
INFODEMIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE A
COVID-19**

Maceió-AL,

2024

OLGA MYLLENA DINIZ BOTELHO SANTANA

**IMPACTOS DA DESORDEM INFORMACIONAL PARA O FENÔMENO DA
INFODEMIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE A
COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para o título de Mestra.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Produção, Mediação e Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado.

Maceió-AL,

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S232i Santana, Olga Myllena Diniz Botelho.

Impactos da desordem informacional para o fenômeno da infodemia :
uma análise dos discursos políticos sobre a covid-19 / Olga Myllena Diniz
Botelho Santana. – 2024.
161 f.

Orientador: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 149-161.

1. Covid-19 (Pandemia). 2. Infodemia. 3. Desinfodemia. I. Título.

CDU: 02 : 007

OLGA MYLLENA DINIZ BOTELHO SANTANA

OS IMPACTOS DA DESORDEM INFORMACIONAL PARA O FENÔMENO DA INFODEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE A COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de Mestra, em 06 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS APARECIDO RODRIGUES DO PRADO**
Data: 06/03/2024 15:16:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado (UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA ROSALINE LEITE MOTA**
Data: 07/03/2024 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Interna Titular: Prof. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota (UFAL)

MARTINEZ AVILA
DANIEL - 47455289X

Digitally signed by MARTINEZ AVILA DANIEL
- 47455289X
DN: c=ES, serialNumber=IDCES-47455289X,
givenName=DANIEL, sn=MARTINEZ AVILA,
cn=MARTINEZ AVILA DANIEL - 47455289X
Date: 2024.03.06 19:59:47 +01'00'

Examinador Externo Titular: Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila (UNESP)

Examinadora Interna Suplente: Prof. Dra. Nelma Camêlo de Araújo (UFAL)

Examinadora Externo Suplente: Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira (UFMG)

Às mulheres que me tornaram possível: minha mãe, Janaína, e minha avó, Francinete...

Cada linha deste trabalho e da minha vida carrega a força do nosso amor.

Sou porque somos.

Ao meu pai, Fábio, meu professor na vida e na academia...

O homem cuja integridade antecede todos os títulos e que me oportunizou com o que há

de mais nobre: amor e saber.

AGRADECIMENTOS

Nestas linhas, destino meus agradecimentos às minhas pessoas no mundo, as que fazem parte de quem sou e de todas as conquistas da minha vida, bem como àquelas que, de um modo especial, fizeram parte desta realização.

À primeira de todas, minha mãe, Janaína, a Malali da minha história, por fazer o possível e o impossível para a realização de cada um dos meus sonhos. Por encarar as abdições e as durezas da vida, para tornar o mundo um lugar bonito para que eu pudesse ser e estar. Pela força e pela dignidade que nunca lhe faltaram, que me conduzem por todas as partes e que me inspiram todos os dias. Pelo olhar atento, pela capacidade de decifrar as entrelinhas e o nunca dito. Por ensinar aquilo que eu nunca poderia esquecer, dentro ou fora da academia: lealdade e humanidade. Mas, sobretudo, pelo amor absoluto, por ser a minha grande certeza, o meu lugar no mundo.

À Vovó Francinete, o xodó de uma vida inteira, minha fiel escudeira, na Terra e no céu. A flor do Sertão, a Rainha da Borborema, o Sonho Meu... A quem atribuo a história, a potência e a união da nossa família. A mulher que inspirou todas as nossas gerações. Por me ensinar o que nenhum portador de diploma seria capaz. Pela altivez que nenhum título acadêmico poderia alcançar. Por todas as vezes que alimentou meus sonhos e meu gosto pelos estudos, com seu desmedido amor, seu incentivo e um chazinho de camomila. Pela dedicação, pela generosidade e pelo cuidado que fizeram de mim uma menina tão amada e feliz.

Ao meu pai, Wolney, por eternizar seu amor entre as memórias mais bonitas do meu coração. Por ser anjo protetor e se fazer presente de infinitas formas, até naquilo que chamo de “sorte”. Pela minha promessa de que daria continuidade... Seu nome seguirá vivo, onde eu estiver.

Ao meu pai, Fábio, pela inestimável honra de me escolher como sua filha, pelos caminhos do coração. Pela incessante missão de cuidar da gente e por proteger o nosso trevo de 4 folhas, para que cada um percorra os caminhos que um dia sonhou. Por ser meu amigo de todas as horas. Por ser minha primeira referência acadêmica e ensinar, diariamente, que, para pessoas como nós, as oportunidades chegam por dois caminhos: o trabalho e o estudo. Por me permitir embarcar em tantos sonhos, ciente de que estaria sempre na retaguarda, a zelar pela minha caminhada.

Ao Vovô Aécio, o homem que me apresentou o mundo dos livros e das palavras. Aquele que sempre me fez acreditar que o mundo estaria de portas abertas para que eu pudesse ser tudo aquilo que sonhei, para ocupar todos os espaços que um dia almejei. A pessoa que me fez acreditar que, um dia, eu poderia mudar o mundo... Ou, pelo menos, escrever o meu próprio mundo. Você me fez grande.

Aos meus tios maternos, amigos tão leais, por quem carrego a eterna gratidão pelas tantas oportunidades que chegaram até mim por meio de suas mãos, de seus incentivos e de seus apoios. Sem vocês, o caminho seria muito mais difícil. Por isso, cada conquista é, também, um “muito obrigada, por tudo e por tanto”.

À Tonha, minha avó do coração. Letrada no Amor, que vale muito mais do que qualquer formação acadêmica. E, por assim ser, carrega o nobre título de “Minha Moa” – “Meu Amor”, no feminino do seu dialeto de gentilezas. Alguém cuja realidade não lhe permitirá ler as palavras aqui ditas, mas cujo afeto me ensinou a vida inteira. Seu carinho ampliou meu olhar, muito mais do que qualquer livro. Sua generosidade e sua lealdade me apresentaram muito mais provas do que qualquer experiência científica. Sua grandeza só não nos apequena por um simples fato: ao seu lado, todos tornam-se grandes.

Ao meu irmão, Mateus, meu pequeno-grande garoto. Um cara do bem, que chegou para mostrar que a vida poderia ser ainda melhor, ainda mais bonita, para deixar bem claro que, antes dele, não estava completa. Meu parceiro, a quem tenho a honrosa missão de cuidar e proteger, por toda a vida. Para quem busco abrir os caminhos, apontar as melhores direções e ancorar o barco sempre que necessário. Minha presença em sua vida é uma certeza, para sempre.

Ao meu orientador, Professor Marcos Prado, um ser humano elegante na conduta, gentil nas palavras e generoso no ofício, por me estender a mão desde o primeiro momento. Por toda dedicação e todo cuidado com meu trabalho, pelo estímulo e engajamento constantes para me proporcionar a melhor experiência possível dentro da Pós-graduação. O professor que, sem medo de errar, ministrou as melhores aulas deste meu ciclo acadêmico e me emocionou no Estágio em Docência, pela entrega genuína, reflexo do respeito e da consideração que tem pelos seus alunos e pela Educação. Digo e repito: “Que sorte a minha!”.

À Professora Rosaline Mota, por quem nutro admiração e respeito imensuráveis, desde muito antes da Pós-graduação. Por acreditar em mim, quando até eu duvidei. Por me fazer testemunhar sua profecia, quando eu ainda era uma estudante de Graduação: “Anote três coisas: faremos uma exposição; você será minha aluna do Mestrado; e escreveremos um livro juntas”. Estar aqui não é um acaso. Você é uma semente deste sonho. Você me lembrou quem sou e para onde quero ir. Você me impulsionou, lindamente, a tornar real um desejo tão antigo do meu coração. Obrigada por me fazer florir... Coisas de Rosa, né?

A todos os docentes do PPGCI/UFAL, por toda a contribuição com a minha formação acadêmica e humana. Obrigada por abrirem caminhos e oportunidades, por meio do conhecimento.

Aos meus colegas de Mestrado, a quem homenageio em nome dos meus queridos amigos, Daniel, Eliaquim, Filipe, Izadora, Matheus, Rose e Simone. Vocês tornaram o percurso uma doce, leve e prazerosa caminhada. Com vocês, encontrei o acolhimento, a energia e as vibrações positivas para vivenciar esta jornada. Suas palavras e seus abraços foram abrigo e incentivo.

Aos meus chefes, Cléber Meireles e Maurício Bugarim, pela confiança em meu trabalho e pela sensibilidade ao compreenderem minhas ausências em nome deste importante passo em minha formação. A vocês, que, desde o primeiro momento, permitiram que eu ingressasse neste projeto, sem qualquer tipo de objeção, impedimentos ou ônus, minha eterna gratidão.

À minha amiga, Joana Moraes, que esteve ao meu lado durante a submissão do projeto, com indescritível confiança no melhor resultado, e vibrou com a minha aprovação como se a conquista fora sua também. Sabemos quem são as nossas pessoas muito mais nas alegrias e conquistas do que nas dificuldades... Você foi e é fora da curva!

Aos meus amigos de todas as horas, representados lindamente por Anna Diângelis, Letícia Fernandes, Rafaela Barreto, Thaysa Diniz e Thaís Faezy, pela companhia permanente, pelos ouvidos a postos, por dividirem minhas dores, por multiplicarem minhas alegrias. Por transformarem a vida numa grande festa. Obrigada por sempre e por tanto.

Aos meus queridos amigos da Psicologia: Alessandro, Ellen e Lily. Vocês seguraram as pontas quando mais precisei, nos momentos mais caóticos, nos quais precisei me dividir em cinco para dar conta de todas as atribuições, sem qualquer reclamação. Guardarei, para sempre, a generosidade e o carinho de vocês, para que eu pudesse abraçar e realizar todos os meus sonhos. Quem mais teria tanta paciência com um ser humano que concilia emprego, mestrado e uma segunda graduação? Vocês são raros!

Agradeço aos professores Daniel Martínez, Rosa San Segundo e Fina Gallego, pelo acolhimento, durante minha mobilidade acadêmica na Espanha, e por me permitirem expandir meus horizontes, ainda mais, nesse processo de aprimoramento acadêmico.

A todos que, de algum modo, atravessaram a minha vida e me trouxeram a este ponto. A todos que, pelos bons ou maus motivos, fizeram de mim uma sonhadora persistente, determinada, irredutível. A todos que foram doces e gentis, me fazendo lembrar que as maiores dádivas da vida estão no meio do caminho. A todos que acreditaram em mim, me oportunizaram com experiências construtivas. A todos que fizeram e fazem parte da minha caminhada, de quem fui, de quem sou e de quem um dia serei. Afinal, parafraseando Rubem Alves: “Eu somos”.

Comovo-me em excesso,
por natureza e por ofício.
Acho medonho alguém
viver sem paixões.

(Graciliano Ramos)

RESUMO

A dinâmica da pandemia da Covid-19, originalmente uma crise sanitária considerada o maior desafio do século XXI, jogou luz sobre uma série de problemáticas de ordem social, anteriores e posteriores à proliferação do novo coronavírus, o Sars-CoV-2, por todo o mundo. Para alguns autores, o avanço exponencial da doença teve como pano de fundo as fragilidades, principalmente, da economia neoliberal, atravessada pelas desigualdades sociais. Também provocou medo iminente na população mundial, em torno do desconhecido e da ausência de medidas efetivas de combate ao vírus. Contribuiu para isso a ascensão do fenômeno da *infodemia*, categoria conhecida como a epidemia da informação, caracterizada pelo fluxo exacerbado de informações – verdadeiras, falsas, incompletas ou retiradas de contexto –, com impactos severos no tecido social. A partir deste panorama, esta dissertação apresenta um estudo de natureza exploratória acerca dos impactos da disseminação da desinformação, como elemento da *desinfodemia*, produzidas nos discursos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Para isso, recorre à análise foucaultiana de sete discursos seus, proferidos em pronunciamentos oficiais e entrevistas de TV, durante o primeiro mês da pandemia no Brasil. Em seguida, a incidência desses materiais discursivos foi verificada na principal agência de *fact-checking* do país, *Aos Fatos*. Com isso, chegou-se à conclusão que, dos sete discursos, seis passaram pela checagem de fatos, em decorrência de incongruências, demarcando um padrão narrativo marcado por contradições, imprecisões e falsidade nas informações.

Palavras-chave: Infodemia; desinfodemia; Covid-19; desordem informacional.

ABSTRACT

The dynamics of the Covid-19 pandemic, originally a health crisis considered the biggest challenge of the 21st century, shed light on a series of social issues, before and after the proliferation of the new coronavirus, Sars-CoV-2, throughout the world. For some authors, the exponential advance of the disease had as its backdrop the weaknesses, mainly of the neoliberal economy, crossed by social inequalities. It also caused imminent fear in the world population, surrounding the unknown and the lack of effective measures to combat the virus. The rise of the infodemic phenomenon, a category known as the information epidemic, characterized by the exacerbated flow of information – true, false, incomplete or taken out of context – contributed to this, with severe impacts on the social fabric. From this panorama, this dissertation presents an exploratory study on the impacts of the dissemination of misinformation, as an element of the desinfodemic, produced in the speeches of former president Jair Messias Bolsonaro. To do this, he uses Foucauldian analysis of seven of his speeches, given in official statements and TV interviews, during the first month of the pandemic in Brazil. Then, the incidence of these discursive materials was verified in the country's main fact-checking agency, Aos Fatos. With this, it was concluded that, of the seven speeches, six went through fact checking, due to inconsistencies, demarcating a narrative pattern marked by contradictions, inaccuracies and false information.

Keywords: Infodemic; desinfodemic; Covid-19; informational disorder.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Desordem na informação	25
FIGURA 2 – <i>Dashboard</i> da OMS, com <i>ranking</i> de óbitos por país	67
FIGURA 3 – Manchete <i>Financial Times</i> : A Aliança de Avestruz	68
FIGURA 4 – Infográfico com declarações feitas por Bolsonaro de 2019 a 2022	88

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação de conteúdo a ser analisado	85
QUADRO 2 – Menções aos discursos na Agência de <i>fact-checking</i> <i>Aos Fatos</i>	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 INFODEMIA E COVID-19: UMA EPIDEMIA DENTRO DA PANDEMIA.....	20
2.1 INFORMAÇÃO, DESINFORMAÇÃO E SAÚDE.....	20
2.1.1 A questão da informação	20
2.1.2 Desinformação: o fenômeno reverso à produção do conhecimento.....	24
2.1.3 Desinformação e saúde: um breve panorama histórico em torno dos marcos da vacinação contra a varíola e da emergência da Gripe Espanhola no Brasil	29
2.2 A PANDEMIA DA COVID-19	37
2.3 A PROBLEMÁTICA DA (DES)INFODEMIA.....	43
2.3.1 A desinformação no contexto da polarização política no Brasil e no meio digital	46
2.3.2 Desinformação no debate político da Covid-19 no Brasil.....	48
3 DISCURSO E RETÓRICA POLÍTICA NA PANDEMIA DA COVID-19	57
3.1 DISCURSO E RETÓRICA.....	57
3.2 A REPERCUSSÃO DOS DISCURSOS POLÍTICOS DA COVID-19.....	61
3.2.1 O Negacionismo à Brasileira	66
4 COMUNICAÇÃO DE MASSA E IDEOLOGIA NO CONTEXTO PANDÊMICO .	70
4.1 A COMUNICAÇÃO DE MASSA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	70
4.2 A IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA.....	74
4.3 O PAPEL DA IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A COVID-19 NO BRASIL.....	79
5 PERCURSO METODOLÓGICO	83
5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	83
5.3 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	85
6 ANÁLISE DOS DISCURSOS	87
7 COMPARATIVO: DISCURSOS X INSERÇÕES EM <i>AOS FATOS</i>	140
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

Em pouco tempo, aquela que, inicialmente, foi considerada uma pneumonia misteriosa, em dezembro de 2019, em Wuhan, capital de Hubei, na China, logo se transformou em um problema de escala mundial: a pandemia da Covid-19, como ficou popularmente conhecida a doença associada à infecção pelo novo coronavírus, o Sars-CoV-2 – com 763,7 milhões de casos confirmados e óbito de cerca de 7 milhões de indivíduos em todo o mundo (OMS, 2023).

A rápida proliferação da doença por todos os continentes e os altos índices de letalidade, vistos em raros momentos da Humanidade – como no caso da Peste Negra, no Século XIV, e da Gripe Espanhola, nas primeiras décadas do Século XX –, exigiram ações drásticas e efetivas para o controle da contaminação pelo vírus, até então desconhecido. Tudo era novo e nenhuma Nação estava preparada para os desafios que se apresentariam, o que nos levou a um panorama de crise sanitária global. A contaminação, por sua vez, diferiu de outros modelos, sobretudo, pela “capacidade de afetar e vulnerabilizar todas as pessoas, em todos os lugares e ao mesmo tempo, exatamente como a globalização neoliberal” (Romano *et al.*, 2020). Diferente das outras, essa pandemia afetou o centro do mercado.

No entanto, nas últimas décadas, as principais crises que acarretaram no óbito de indivíduos em larga escala não estavam inseridas no escopo da Saúde, mas das guerras e das configurações geopolíticas. Com base nesse repertório, governos de diferentes países adotaram um discurso bélico, uma retórica militar e modelos de campanhas vinculados ao patriotismo para difundir suas estratégias de combate ao novo coronavírus, tido, dentro dessa lógica, como um “inimigo invisível”.

Conforme Noval (2021), a partir dessa dimensão ideológica do discurso, que faz uso da retórica bélica e vincula o poder ao controle da pandemia, diferentes instituições, principalmente os Estados, se colocaram em uma batalha epidemiológica e política contra o vírus. E, para isso, contaram com a menção a “heróis que resistem ao seu ataque no plano individual (cidadãos particulares), nacional (sociedades e Estados) e mundial (uniões regionais, setores econômicos e planeta)” (Noval, 2021, p. 22). Portanto, pessoas comuns, que nunca foram preparadas para um campo de guerra, são, por meio de um

discurso e de políticas de Estado, levadas a um cenário de sítio, tornando-se “soldados” naquilo que foi configurado como uma luta contra o desconhecido.

Em manchete de 23 de março de 2020, o *Portal da Folha de São Paulo* estampa: “Líderes globais adotam retórica militar e patriotismo exacerbado em discurso contra pandemia”. Na matéria, o jornalista Fábio Zanini (2020) apresenta um panorama cronológico de declarações de chefes de Estado, como Emmanuel Macron (França), que usou sete vezes, em um único discurso, a expressão “estamos em guerra”; Angela Merkel (Alemanha), que comparou o vírus ao Nazismo; e Giuseppe Conte (Itália), que afirmou que seu país não se renderia.

No Brasil, ainda que com a defesa de um discurso negacionista por parte do Governo Federal – na contramão das outras Nações –, a lógica bélica também foi acompanhada pelas diferentes instituições, inclusive da Presidência da República, cujas afinidades com o militarismo não eram recentes. Nos deparamos, assim, com os termos “hospital de campanha”, “trincheiras”, “linha de frente” e “heróis da saúde”.

O discurso militarista somou-se a um outro acontecimento que emergiu ao longo da pandemia da Covid-19: a infodemia, “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020), sobretudo diante da Era das Redes Sociais, na qual as informações circulam de modo exponencial, sem filtros de confiabilidade.

Com base nesse panorama, configurado pela infodemia, por meio da qual também se manifesta, intrinsecamente, o fenômeno da desinformação, faz-se necessário um estudo acerca dos impactos da pandemia da Covid-19, a partir da ótica dessas problemáticas. De tal modo, este trabalho busca responder à seguinte questão: quais os possíveis impactos decorrentes da desordem informacional presente nos discursos políticos acerca da Covid-19 para a propagação da infodemia no contexto brasileiro?

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral estabelecer a inter-relação entre a infodemia e a desinformação adotada no enfrentamento à pandemia da Covid-19, no contexto brasileiro, a partir dos discursos políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Como objetivos específicos, pontuam-se:

- Apresentar reflexões teóricas sobre a manifestação do fenômeno de infodemia no contexto de pandemia da Covid-19;
- Discutir a adoção de ideologia política na formação da opinião pública brasileira;
- Identificar a problemática da infodemia e da desinformação para o agravamento da crise sanitária;
- Analisar os discursos de sete pronunciamentos de Bolsonaro, no primeiro mês da Covid-19;
- Levantar e examinar os fatores ideológicos expressos em discursos que corroboraram com o processo de desinformação no país, a partir da verificação de sua incidência na agência *Aos Fatos*.

Assim, justifica-se o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo, ao levar em consideração que a pandemia não colocou em pauta apenas os aspectos biológicos do fenômeno, em razão da própria raiz do problema – o vírus –, mas outras questões de ordem social, derivadas dos impactos da crise sanitária, no âmbito da informação – de forma simultânea e correlacionada.

Desse modo, faz-se necessário, neste momento, ampliar as discussões acerca do serviço prestado pela informação no enfrentamento à contaminação e do desserviço acarretado pela desinformação, bem como do poder do discurso escolhido sobre os indivíduos, na condução das diferentes narrativas. Colocar a informação no eixo das políticas de saúde nos permite identificar e estruturar o entendimento do modo como as retóricas corroboram com o adoecimento físico e mental da população no cenário pandêmico.

Com excesso de conteúdo, “as pessoas tendem a se sentir ansiosas, deprimidas, sobrecarregadas, emocionalmente exaustas e incapazes de atender a demandas importantes” (OPAS, 2020). E, se por um lado, as redes sociais colocam em jogo a idoneidade do conteúdo, por outro, o fluxo expressivo e ininterrupto dos principais veículos de comunicação, das autoridades e dos porta-vozes oficiais de instituições, seja dos governos quanto das entidades de saúde e científicas, ampliaram o discurso de perigo, alerta e descontrole da infecção.

Notadamente, a vigilância epidemiológica exigiu políticas de contingenciamento em todo o mundo, com a adoção de medidas de distanciamento social, prevenção de contágio e deflagração de estado de calamidade pública, em meio às inseguranças e aos questionamentos sobre o grau de periculosidade do vírus – até então, desconhecido pela sociedade civil, pelas autoridades e pelos especialistas. E, como agravante, esse panorama se desenrolou em meio a um cenário inédito de fluxo exacerbado de informações e desinformações, em escalas exponenciais, e reforçado, em muitos casos, por ideologias políticas, em meio a um contexto de polarização, típico das situações de anormalidade.

Compreender essa dinâmica e pensar soluções que possam gerenciar crises desse tipo são, portanto, elementos de interesse da Ciência da Informação (CI) e das políticas de saúde, sobretudo ao analisarmos a mediação, a produção e a gestão das informações como mecanismos de fortalecimento e disseminação de projetos políticos – inclusive, no campo antidemocrático.

Não à toa, antes de pensarmos a respeito do fenômeno da desinformação, em si, na atual conjuntura, precisamos situá-lo no contexto em que se apresenta: dentro de um processo de infodemia, como um desdobramento pandêmico, que nos leva a analisar a nova dinâmica informacional e que evidencia como as “muitas transformações vêm ocorrendo no campo técnico-científico [da CI], notadamente, nos modos de produzir, organizar e distribuir informação e conhecimento” (Souza, 2015, p. 129). Essas transformações, portanto, também apontam para a problemática da rápida e exponencial propagação da desinformação, “a exemplo da distorção, da omissão de contexto, do enviesamento das notícias, do excesso de informação, entre outros” (Heller; Jacobi; Borges, 2020, p. 191).

E, quando o fenômeno da desinformação encontra no ambiente digital um amplificador – seja pelo potencial de propagação exponencial de informações falsas, seja pela capacidade de mobilizar indivíduos e viabilizar seu ativismo em prol de diferentes causas, ou seja pela ampla possibilidade (e baixo controle) de produção de *bots* e contas falsas que simulam posicionamentos e indivíduos e, assim, pautam as principais discussões da população –, nos deparamos com um grave problema de ordem social. Mas, quando essa mesma estrutura é utilizada em um contexto pandêmico inédito e se coloca como um obstáculo à contenção da Covid-19, além de um problema, ela passa a ser protagonista na construção da história de um país, cujos danos podem ser irreparáveis.

Deste modo, neste projeto, aborda-se, na seção 2, intitulado *Infodemia e Covid-19: uma epidemia dentro da pandemia*, a manifestação do fenômeno da infodemia no contexto pandêmico, a partir da conceituação dos processos que envolvem a produção de informação e desinformação sobre saúde. Para isso, é feita uma breve contextualização sobre a eclosão da pandemia da Covid-19 em todo o mundo; amplia-se o olhar para a compreensão da informação como produtora de conhecimento e da desinformação como um fenômeno reverso; bem como faz-se uma retrospectiva do panorama histórico brasileiro em torno dos marcos da vacinação contra a varíola e da emergência da Gripe Espanhola, também impactados pela desordem informacional. Nesta seção, as discussões ainda jogam luz sobre a problemática da desinfodemia, como um braço de atenção necessária dentro dos estudos da infodemia, assim como suas reverberações no contexto de polarização política no Brasil.

Na seção 3, intitulado *Discurso e Retórica Política na pandemia da Covid-19*, são apresentados os conceitos de discurso e retórica, para que, na sequência, sejam aprofundados os debates sobre a repercussão dos discursos políticos sobre a pandemia.

Já na 4ª seção, sobre *Comunicação de Massa e Ideologia no contexto pandêmico*, foi feita uma pesquisa bibliográfica multidisciplinar com publicações levantadas na literatura científica para explicar o papel da comunicação de massa na construção social e da ideologia, que interfere, direta ou indiretamente, na formação da opinião pública. A seção também aborda a forma como o sistema ideológico hegemônico se manifestou nos discursos políticos da Covid-19 em território nacional.

A seção 5, por sua vez, consiste na apresentação do percurso metodológico deste trabalho, a partir da Análise de Discurso de sete discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, proferidos em pronunciamentos oficiais e entrevistas, veiculados na rede aberta de televisão, durante o primeiro mês da pandemia no Brasil, em março de 2020.

As análises discursivas das declarações do ex-presidente desenrolam-se, a partir de uma perspectiva foucaultiana, durante toda a seção 6, por meio da transcrição, na íntegra, dos materiais analisados e da enumeração dos trechos em destaque, sobre os quais são desenvolvidas as ideias.

A seção 7 complementa a anterior, com o cruzamento dos conteúdos discursivos e suas incidências na agência *Aos Fatos*. Dessa forma, é possível dimensionar os efeitos

informativas das falas de Bolsonaro e mapear a padronização das suas estratégias discursivas, marcadas por contradições e imprecisões. A partir desse panorama é possível extrair os resultados e as conclusões desta pesquisa, sobre a qual debruça-se a seção 8.

2 INFODEMIA E COVID-19: UMA EPIDEMIA DENTRO DA PANDEMIA

2.1 INFORMAÇÃO, DESINFORMAÇÃO E SAÚDE

No Brasil, o direito à informação é garantido pela Constituição de 1988, como disposto no artigo 14, no qual é *assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional* (Brasil, 1988). No artigo 196, a Carta Magna também é clara em relação à outra garantia fundamental a todo e qualquer cidadão brasileiro: “A saúde é direito de todos e dever do Estado” (Brasil, 1988).

Juntas, informação e saúde estabelecem uma relação intrínseca, de modo que são retroalimentadas, uma pela outra, na própria dinâmica social. Os diferentes eventos registrados ao longo da História revelam como o acesso à informação plena é fundamental para uma promoção, efetiva, da saúde pública.

Por isso, nesta seção, é apresentado um panorama da informação e da desinformação enquanto agentes de impacto para a construção de políticas públicas de saúde, bem como para o enfrentamento a crises sanitárias, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19.

2.1.1 A questão da informação

A questão da informação na contemporaneidade é um desafio multidisciplinar. Pois, o uso frequente das tecnologias de comunicação ampliou o fluxo informacional, permitindo produção e disseminação de conteúdo para acesso remoto e simultâneo, como nunca antes na história da Humanidade. Frente à essa realidade, a informação se apresenta como um recurso estratégico que é formulado em características de interesses variados.

Diante de tantas implicações envolvidas no desenvolvimento informacional, torna-se evidente a problemática da veracidade dos fatos nas mensagens propagadas, mas, também, persistem obstáculos à conciliação de entendimentos conceituais. Afinal, o conceito de informação ainda é um dos principais desafios da Ciência da Informação (CI) para assentir uma noção referencial suficientemente equânime, devido à falta de consenso entre os pressupostos teóricos mantidos como parâmetros fundamentais. Segundo Silva e Gomes (2015), essa diversidade semântica, além de perpassar a complexidade, a variedade de elementos conceituais e as múltiplas ocorrências da informação no cotidiano e no âmbito técnico-científico, também implica subjetividades referenciais das autorias.

Assim, a formação de correntes teóricas em diferentes domínios de especialidades amplia as divergências e os desafios epistemológicos para uma formulação conceitual erigida por entendimento rígido e harmônico para sustentar unicidade à ideia de informação. E, dentro desse espectro, de compreensão conceitual e reverberação da lógica informacional, torna-se pertinente trazer à luz uma pergunta central da obra de Habermas (2014), em *Conhecimento e Interesse*: “Como é possível o conhecimento confiável?” (Habermas, 2014a, p. 27).

A Ciência da Informação foi construída a partir de diferentes paradigmas epistemológicos, com abordagens distintas. Entre eles, destacam-se os principais: Físico, Cognitivo e Social (Capurro, 2003; Ramalho *et al.*, 2007).

O paradigma Físico de Shannon e Warren Weaver (1949-1972), considerado a origem da CI, “é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito da informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico” (Ramalho *et al.*, 2007, p. 19). Assim, parte, sobretudo, da separação conceitual entre *mensagem* e *informação*. Segundo Capurro (2007), nesta abordagem, aquilo que denominamos *mensagem* deveria ser transmitida em condições ideais e sem ruídos, entre emissor e receptor, mas, como o processo é afetado por ruídos, há uma codificação e uma perturbação na transmissão, a partir de seleções, às quais os teóricos definem como *informação*. Portanto, nessa perspectiva, quanto maior a seleção, maior é a quantidade de informação e, conseqüentemente, de ruídos e inseguranças por parte do receptor — sendo a mensagem, e não a informação, a responsável pela redução de incertezas. Aqui, a informação é quantificada e processada.

No paradigma Cognitivo, a atenção está direcionada ao conhecimento do indivíduo. Conforme Ramalho *et al.* (2007), nessa abordagem, o acesso à informação leva em consideração não somente o sistema, mas a satisfação das necessidades e de sua percepção pelo usuário. Desse modo, aqui, a informação “se qualifica como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro” (Barreto, 2002, p. 49).

Como considera o autor supracitado, é a informação que sintoniza o mundo e permite a evolução e a revolução do homem na construção da história. Mais que isso:

São as definições – que relacionam a informação à produção de conhecimento no indivíduo – as que melhor explicam a natureza do fenômeno, em termos finalistas, associando-o ao desenvolvimento e à liberdade do indivíduo, do seu grupo de convivência e da sociedade como um todo (Barreto, 1994, p. 3).

Em outras palavras, “a informação conduz, direciona e aponta caminhos antes nunca percorridos para quem passa a usá-la, além de ser o ponto de partida para dar início ao processo cognitivo, que produz significado por meio de aprendizagem, para se adquirir conhecimento” (Ferreira; Pinho Neto, 2018, p. 4). Nessa perspectiva, quando assimilada, a informação atua como produtora do conhecimento e, dessa forma, propicia transformações no repertório do indivíduo, com repercussões e reformulações, tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para o desenvolvimento de toda a conjuntura social.

Já no paradigma Social, a informação é compreendida como fenômeno social coletivo, por meio do qual o conhecimento resulta da interação do indivíduo com o meio (Ramalho *et al.*, 2007). E, assim como nessa concepção, é possível perceber, também, que “os processos de conhecimento, ligados de modo imprescindível à socialização, não servem apenas como meio de reprodução da vida: eles determinam, na mesma medida, as definições mesmas da vida” (Habermas, 2014b, p. 193).

Desse modo, é importante considerar, também, as implicações decorrentes dessa construção do próprio conhecimento. Segundo Habermas (2014), há três categorias para o saber possível: “informações que ampliam nosso poder de disponibilidade técnica; interpretações que permitem a orientação da ação sob tradições compartilhadas; e análises que libertam a consciência da dependência de poderes hipostasiados” (Habermas, 2014b, p. 194).

Além disso, essa formação se dá, ainda, a partir de interesses específicos que, na concepção do filósofo alemão, estão relacionados a meios de socialização do trabalho, da linguagem e da dominação. Como ele próprio explica:

Os interesses condutores do conhecimento se encontram aderidos às funções de um eu que se adapta mediante processos de aprendizagem às condições externas da vida; que se desenvolve mediante processos de formação no contexto comunicativo de um mundo da vida social; e que constrói uma identidade no conflito entre demandas pulsionais e coerções sociais (Habermas, 2014, p. 194).

De tal modo, neste trabalho, o fenômeno informacional é pensado a partir de uma perspectiva social, pautada na lógica do regime de informação. Portanto, trata-se de um olhar para a informação construída (Ramalho *et al.*, 2007).

No modelo de regime de informação, inicialmente, pensado por Frohmann, entre 1994 e 1995, e Braman, em 2004, a política de informação é analisada a partir das relações entre diferentes atores, práticas e ferramentas (Magnani; Pinheiro, 2011). Sobretudo, ao considerar as transformações registradas no fluxo informacional nas últimas décadas, cujos impactos foram radicais e irreversíveis na dinâmica socioeconômica mundial.

Isso porque o regime de informação trata-se de um conceito responsável por designar:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (Gómez, 2002, p. 34).

Por meio dele, é possível compreender o conjunto de normas, práticas, políticas e estruturas que influenciam a produção, a organização, a disseminação e o uso da informação, seja por uma sociedade, instituição ou contexto específico. Conforme Gómez (2002, p. 34), sua conceituação constitui, portanto, “um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações”.

Assim, trata-se de uma abordagem teórica que busca compreender como a informação é gerada, compartilhada, controlada e utilizada dentro de sistemas sociais e culturais mais amplos. E, neste espectro, o conteúdo informacional não é um recurso neutro ou objetivo, mas moldado e influenciado por uma série de elementos contextuais – entre eles, políticas governamentais, práticas e estruturas organizacionais, tecnologias, cultura e dinâmicas sociais. De tal modo, esse conjunto de padrões torna-se responsável por governar o modo como a informação é produzida, disseminada e acessada.

E mais: olha para a informação a partir dos diferentes elementos que interagem e influenciam em seu fluxo e controle, o que possibilita uma análise mais profunda de questões relacionadas à governança da informação, às políticas públicas, ao acesso e à

ética da informação. Inclusive, porque, como proposto por Frohmann (1995), o regime de informação compreende as estruturas de poder, o controle e a regulação responsáveis por moldar a produção, a disseminação e o uso da informação na sociedade.

Aqui, há uma preocupação com a distribuição desigual de poder, onde diferentes atores – sobretudo, os mais poderosos – conduzem as políticas e práticas informacionais. Não à toa, os regimes de informação também são influenciados por ideologias e valores dominantes, que determinam a importância, a utilidade ou o significado da informação. E, assim, corrobora com a perpetuação de desigualdades sociais já existentes.

Nesse sentido, Frohmann (1995) argumenta que uma análise crítica dos regimes de informação é imprescindível para a compreensão e a contestação das dinâmicas de poder e controle, que influenciam a produção e a distribuição de conteúdo informacional. Isso engloba questionar, por exemplo, quem se beneficia dos arranjos existentes na informação, assim como explora alternativas mais democráticas de organização e compartilhamento do conhecimento. Assim, faz-se indispensável examinar não apenas o que é disseminado como informação, mas quem detém o poder sobre tal disseminação e como esse poderio é exercido.

2.1.2 Desinformação: o fenômeno reverso à produção do conhecimento

Enquanto a informação desempenha um papel preponderante na construção do conhecimento, a desinformação atua como “informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém ou erroneamente” (Moura; Furtado; Belluzzo, 2019, p. 38). Mas seriam *informação* e *desinformação* fenômenos propriamente distintos?

Heller, Jacobi e Lima (2022) consideram a desinformação como um elemento da própria informação, uma problemática oriunda dela, mas com tendência que agrega a deturpação (consciente ou não) de sentido na transmissão de enunciados discursivos como fator comunicacional. Em consonância com Demo (2000), esses teóricos consideram que informação carrega desinformação – ou seja, ambas consistem no mesmo fenômeno, embora com direcionamentos inversos. Para isso, tomam como parâmetro três questões: i) o excesso de dados, que pode gerar sensação de ansiedade informacional paralisante; ii) a incapacidade biológica de reter e analisar todos os vieses de uma informação; e iii) toda informação contém a carga ideológica de quem a produz e

dissemina. Ideia que também já era defendida por Moura, Furtado e Belluzzo (2019), que apontam a desinformação como a informação que desinforma, que aliena.

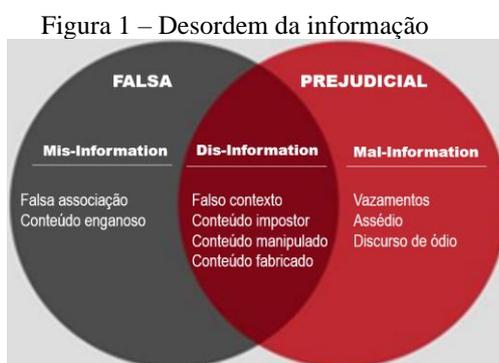
Mas a conjuntura atual coloca o fenômeno como algo ainda maior e mais complexo, com possibilidades diversas no papel de impossibilitar o acesso à verdade e à construção de conhecimento bem fundamentado, seja por meio da intencionalidade ou não. Isso porque a desordem informacional, conforme conceituação estabelecida por Wardle e Derakhshan (2017), apresenta-se em três categorias: *mis-information*, *mal-information* e *dis-information*.

Sobre essa categorização, os teóricos explicam:

Mis-information é quando informações falsas são compartilhadas, sem intenção de causar danos; *dis-information* é quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; e *mal-information* ocorre quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes movendo informações projetadas para permanecer privadas na esfera pública (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5, tradução nossa).

Como se observa pela citação apresentada acima, há nuances específicas para se compreender os aspectos funcionais de deturpação do conteúdo informacional. Com isso, Wardle e Derakhshan (2017) buscam ampliar categorias sistemáticas de tratamentos à desordem da informação. Assim, verifica-se que há características para distinguir informações falsas daquelas prejudiciais. E é nesse sentido que Wardle e Derakhshan (2017) defendem três modalidades estruturantes a respeito da desordem persistente na atualidade sobre o conteúdo informativo.

De maneira elucidativa, a desordem da informação é apresentada por Wardle e Derakhshan (2017) pela Figura 1.



Fonte: Wardle e Derakhshan (2017, p. 5)¹, tradução nossa.

¹ Wardle e Derakhshan (2017, p. 5) se utilizam de prefixos característicos da língua inglesa e os quais são atrelados ao termo informação para denotar uma referência semântica. **Mis** atribui a ideia de pretensão

Ressalta-se que Wardle e Derakhshan (2017) atribuíram prefixos à palavra informação, tendo como bases ortográfica e gramatical a Língua Inglesa. Conseqüentemente, muitas autorias de publicações brasileiras se apropriaram dos termos em suas formas originais, ou seja, em inglês. Então, é comum haver, na literatura especializada, em diferentes domínios, uma ausência de tradução à Língua Portuguesa. Como resultado, encontram-se combinações excêntricas desses termos ingleses atrelados a textos elaborados em português. De todo o modo, percebe-se que o esquema sistemático proposto por Wardle e Derakhshan (2017) tem aderência na comunidade científica à reflexão sobre a desordem da informação.

Assim, no Brasil, Oliveira e Souza (2022) também discorrem sobre o mesmo modelo de desordem informacional acentuando, ainda, algumas particularidades das categorias estabelecidas por Wardle e Derakhshan. Vejamos:

Mis-information (informação incorreta) refere-se à falsa informação disseminada, porém, sem a intenção primeira de assim ser ou de causar danos; *mal-information* (má informação) é a informação considerada legítima, mas utilizada fora do contexto ou como base de discursos propositalmente feitos para ofender e insultar; e, *dis-information* (desinformação) é a informação deliberadamente enganosa ou comprovadamente falsa, elaborada especificamente para um propósito nocivo (Oliveira; Souza, 2022, p. 79).

Dentro desse escopo, a *dis-informação* é uma categoria que tem ganhado maior notoriedade entre os teóricos, pela intencionalidade de enganar, tendo como um dos seus principais exemplos – mas não o único – as *fake news*, que podem ser produzidas com o intuito de distorcer a realidade e, depois, propagadas de diferentes formas, sobretudo, no ambiente virtual, dentro da lógica da *mis-informação* – ou seja, replicadas por indivíduos que acreditam tratar-se de informações verdadeiras e as difundem, sem intuito de acarretar prejuízos.

De acordo com Oliveira (2020), esse conceito de desordem informacional pressupõe que a intencionalidade para o engano abarca as três instâncias e possui um ordenamento que engloba produção, tipo de mensagem e recepção. Mas o grande desafio seria a decodificação da intencionalidade do indivíduo e/ou das instituições de enganarem, especialmente ao considerar que “tal agenda de enquadramento sobre a desinformação a partir da intencionalidade do engano pode abrir mão para que

errônea ou incorreta; **Dis** dá noção de negativa ou algo que seja oposto a algum contexto ou realidade específica; **Mal** vincula-se ao sentido de malevolência, maldade em que a perversidade se mostra inerente.

perseguições políticas sejam conduzidas, na qual o acusado terá que provar de sua inocência, ante uma acusação de intencionalidade previamente conformada” (Oliveira, 2020, p. 4).

Já Recuero (2019) adota os conceitos de *desinformação intencional* e *desinformação não intencional*. A primeira compreende as informações falsas e criadas com a intenção de influenciar indivíduos, por meio de *fake news*, manipulação informacional e descontextualização. A segunda, por sua vez, consiste no engano, na falsa percepção de veracidade por parte do receptor. Assim, verifica-se que, neste viés, a ausência ou a presença de intencionalidade é o que demarca as principais distinções entre os fenômenos que abarcam a desordem informacional.

Contudo, evidencia-se não só o desafio de mensurar a intencionalidade do interlocutor e/ou do produtor da informação, mas como essa intencionalidade pode se manifestar de diferentes formas, explícita e implicitamente, uma vez que “[...] é preciso lembrar que apesar da intencionalidade ser uma ação consciente e dirigida a um propósito, ela pode ser gerada e formar necessidades, interesses e desejos oriundos de imposições externas camufladas” (Sanchez *et al.*, 2022, p. 7). Por isso, deve-se levar em consideração que “os conceitos de *disinformation* e *misinformation* acabam por se misturar, uma vez que efeitos danosos podem ocorrer mesmo sem intenção” (Ribeiro; Paes, 2021, p. 90).

No caso das *fake news*, conforme apontam Falcão e Sousa (2021), a expressão, adotada, originalmente, em referência às notícias falsas fabricadas pelos meios de comunicação de massa, ganhou uma nova roupagem na contemporaneidade, diante das plataformas digitais. Isso porque, antes produzidas apenas por veículos da imprensa – em demonstração antiética da prática profissional –, agora, acionam novos atores: “A internet tornou possível que qualquer cidadão exerça os papéis de criador e disseminador de conteúdos e também amplificou, em grandes escalas, o espalhamento de *fake news* criadas por agentes públicos e autoridades” (Falcão; Sousa, 2021, p. 60), atuando como reprodutores de desinformação.

A problemática atingiu escalas tão grandes que culminou na elaboração do relatório da Comissão da União Europeia, intitulado *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*, em abril de 2018. No documento, destaca-se como o fenômeno abala a confiança nas instituições e nos meios de comunicação, enfraquece a liberdade de

expressão, causa oscilações na opinião pública, bem como prejudica as democracias — seja por comprometer a capacidade de tomar decisões bem informadas, seja por, na maioria das vezes, corroborar com pensamentos extremistas.

Não obstante, a Comissão Europeia (2018) ainda apontou as três possíveis causas para a propagação da *desinformação*: i) um conjunto de fenômenos que afetam sociedades que passam por rápidas mudanças, sejam culturais ou econômicas, propiciando a desinformação e, assim, um cenário de tensão social, polarização e desconfiança; ii) se manifesta no contexto de uma comunicação social em transformação; e iii) as tecnologias adotadas pelas redes sociais são manipuladas para a propagação da desinformação, passando pelas etapas de criação, ampliação e divulgação pelos utilizadores.

Segundo Ferreira e Pinho Neto (2018), a desinformação pode ser configurada pela *ausência de informação* ou pela *informação manipulada*, sendo a primeira aquela relacionada ao estado de ignorância em relação ao conhecimento e a segunda à prática de produtos informacionais de baixo nível social. Por isso, eles destacam que ela consiste na “[...] informação que desinforma, que confunde e que desorienta, que remete ao ruído ou à falta de informação e dá margem à alienação nos indivíduos sociais (Ferreira; Pinho Neto, 2018, p. 4).

E, na atual conjuntura, adentra em preocupações ainda maiores, por mimetizar a verdade, visto que “a desinformação se configura hoje como dinâmica de produção, circulação e validação de pseudo-certezas, isto é, de informações que tendem a se aproximar de uma suposta verdade (correspondência com o fato, o acontecido), quando, com efeito, são mensagens distorcidas” (Salgado; Mattos, 2021, p. 46). Por isso, é, sobretudo, propagadora da desordem informacional, de forma deliberada.

Além disso, segundo Moura, Furtado e Belluzzo (2019), a desinformação reflete o predomínio da *pós-verdade*, devido à difusão e consolidação de *fake news*, em um nível que dificulta a comprovação da veracidade dos fatos. Não à toa, a expressão *pós-verdade* é confundida com o próprio fenômeno das *fake news*, o que é um equívoco, conforme Araújo (2020). Sobretudo, porque o termo *pós-verdade* compreende um escopo mais amplo, por englobar “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (McIntyre, 2018, p. 34 *apud* Araújo, 2020, p. 3). Assim, tanto o fenômeno da *pós-verdade* – cujo prefixo

indica um tempo posterior à verdade, no qual ela não é a protagonista – quanto da *desinformação* são maiores que as *fake news* – uma vez que essas correspondem a uma dentre as muitas problemáticas implicadas nas duas primeiras.

De tal forma, o panorama atual é composto por uma “dobradinha” entre *pós-verdade* e *desinformação*, sendo a Era da *pós-verdade* demarcada pelo crescimento exponencial do fenômeno da *desinformação*. Essa conjuntura demonstra um prejuízo à razão em detrimento de discursos e comportamentos fundamentados em crenças, corroborados por preconceitos e ideias preestabelecidas. Mais que isso: como alerta Araújo (2020), esse cenário traz desdobramentos e implicações com impactos na democracia e na tolerância, repercutindo em diversas questões de ordem social, como populismo, autoritarismo e discurso de ódio.

2.1.3 Desinformação e saúde: um breve panorama histórico em torno dos marcos da vacinação contra a varíola e da emergência da Gripe Espanhola no Brasil

Desde a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em 1971, o Brasil é referência mundial em políticas públicas de vacinação, com ações responsáveis pela erradicação da varíola, em 1973, e da poliomielite, em 1989, bem como o controle de sarampo, tétano, tuberculose, difteria, coqueluche, caxumba, rubéola, hepatite B, influenza e infecções pneumocócicas, conforme apontam Feijó e Sáfiadi (2006).

Em solo brasileiro, o PNI atua na distribuição de vacina para toda a população, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), considerado um dos principais responsáveis pelo êxito do programa. Vejamos:

Atribui-se a sua concretização, pelo menos em parte desse sucesso, ao fato de o PNI seguir aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), da universalidade e equidade da atenção, bem como ao princípio organizativo de descentralização com direção única em cada esfera de governo, definidos a partir da regulamentação do SUS, pela Lei Orgânica da Saúde (Lei no 8.080), de 1990 (Domingues *et al.*, 2020, p. 2).

Mas, a história da saúde brasileira é marcada por episódios de desinformação e movimentos negacionistas, sobretudo no segmento da infectologia e da imunização, que, como em todo o mundo, teve como divisor de águas o combate à varíola. Segundo Fernandes (2003), a imunização antivariólica consiste em prática milenar, “anterior à constituição e divulgação do método experimental em biomedicina, que marcou o final do século XIX, e à elaboração das teorias e conceitos que envolvem a elucidação do

processo imunitário, e à fabricação de vacinas em escala industrial, que só ocorreram no século XX (Fernandes, 2003, p. 462).

De acordo com informações do Instituto Butantan (2021), trata-se de uma preocupação tão antiga que os primeiros registros das experiências que vieram a contribuir para o desenvolvimento da vacina datam do século X, na China, contra a varíola – por meio do método denominado *variolação*, no qual as cascas das feridas dos doentes eram transformadas em pó, com vírus inativo, e espalhadas sobre as feridas dos contaminados. Mas, somente em 1796, devido às pesquisas de Edward Jenner, ela passou a ter a estrutura semelhante à atual, que consiste em “um preparado biológico de vírus ou bactérias que, ao ser administrado em um indivíduo, induz uma resposta imunitária protetora específica a um ou mais agentes infecciosos” (Moura Filho, 2017, p. 215).

A descoberta de Jenner implicou, diretamente, no controle de um dos maiores problemas sanitários da Humanidade, visto que, segundo Pinker (2018), estima-se que a varíola matou mais de 300 milhões de pessoas no século XX. Mas, como pontua Moulin (2003), pensar as práticas e o desenvolvimento das políticas de vacinação é um empreendimento delicado, visto que permite uma abordagem inédita das sociedades, a partir de diferentes perspectivas: consequências individuais e sociais da marcação dos corpos; noção de rastro de memória coletiva; relação indivíduo x grupo x Estado; contagem e procedimentos estatísticos; tempo rural e urbano; além de questões de gênero, idade e aspectos socioeconômicos.

Por isso, torna-se, cada vez mais, relevante uma análise da conjuntura social pela qual perpassa o histórico da imunização brasileira. Como já fora mencionado, essa história está relacionada à criação da vacina antivaríola, em 1796, por Edward Jenner; seu ingresso no Brasil, datado de 1804, na Bahia, por intermédio do Marquês de Barbacena; e, cem anos depois, em 1904, com a atuação do médico sanitário e pioneiro da infectologia no país, Oswaldo Cruz, nomeado, à época, Diretor-geral de Saúde Pública.

No Brasil, apesar de a vacina contra a varíola já ser obrigatória desde 1837, em crianças, e 1846, em adultos, a legislação só passou a ser cumprida a partir do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), quando, em 1904, a doença foi responsável pela morte de 3,5 mil pessoas e pela internação de 1,8 mil (Dandara, 2022).

No entanto, a campanha de vacinação estabelecida pelo então presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, enfrentou significativa insatisfação popular, a ponto de quase culminar em um golpe de Estado. Sobre isso, destaca-se:

O que havia convulsionado a capital da República não foi um clamor de alta carga política ou um desejo profundo de mudanças das estruturas. Não havia sido o caso de ruas tomadas por gritos em favor do comunismo ou da volta da monarquia. O presidente quase fora derrubado porque o governo realizava uma campanha de vacinação no Rio de Janeiro. Um episódio histórico que não deixa conferir certo verniz de tradição ao delirante movimento antivacina dos dias atuais (Vizeu, 2019, p. 43).

O episódio tratou-se da Revolta da Vacina, ou Guerra da Vacina, que “[...] era, para além da recusa da vacinação, a explosão de uma profunda oposição aos programas de higienização do espaço urbano” (Moulin, 2003, p. 501), em um país que, nos anos 1900, tinha uma expectativa de vida de 33,7 anos (Figueiredo *et al.*, 2016) e cuja capital, o Rio de Janeiro, apresentava problemas estruturais básicos no tocante ao Saneamento, servindo de cenário para a proliferação de diversas epidemias, como varíola, sífilis, lepra e febre amarela.

Mas, é importante considerar que a manifestação não demarca uma reação, exclusivamente, antivacina. Segundo Schwarcz (2019), em 1904, em plena virada do século, a população brasileira ainda lidava com as marcas da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, em 1889, e estava desacreditada da utopia oferecida por esses movimentos, que surgiram com a promessa de liberdade e inclusão, mas também entregaram novas roupagens de exclusão social. Assim, neste contexto, havia os pró-monarquia, ressentidos pela perda de seus títulos; membros do Exército, alinhados ao positivismo e descontentes com os rumos republicanos nas mãos de civis; bem como ex-escravos, desassistidos em todos os segmentos sociais e marginalizados, mais uma vez, na nova conjuntura do país.

Por isso, a Revolta da Vacina não representava apenas uma rejeição à vacina, mas um descontentamento político generalizado, com um embate de cinco dias, que resultou em 30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 pessoas deportadas (Schwarcz, 2019). A resistência da população também era reforçada pela imposição do então presidente, Rodrigues Alves, em estabelecer um modelo de “embelezamento” urbano excludente, baseado na cultura europeia. Assim:

Em sua primeira mensagem ao Congresso, afirmou que o objetivo do governo era modernizar e sanear o Rio de Janeiro, transformando a capital em uma vitrine do Brasil para o mundo. Para tanto, seria preciso derrubar cortiços, abrir avenidas e vacinar a população. Seu objetivo era deixar a cidade de morros, becos e vielas com um traçado mais objetivo, por meio de grandes bulevares e linhas retas (Vizeu, 2019, p. 44).

De tal modo, o governo de Rodrigues Alves impôs uma vacinação compulsória, autoritária e agressiva. A campanha ficou estigmatizada pela abordagem dos agentes, que entravam nas casas e aplicavam a vacina à força nos indivíduos. Esse cenário fez emergir uma parcela da população extremamente incomodada com a atuação de representantes do governo, levantando a manga ou a saia das mulheres para “espetar” uma agulha. Além disso, como aponta Vizeu (2019), sobrava desinformação sobre efeitos supostamente letais da vacina e crescia o movimento antivacina, inclusive entre pessoas escolarizadas, como o jurista Rui Barbosa. Para além disso, “esses discursos defendiam o direito à liberdade de escolha do cidadão, criticavam a obrigatoriedade da vacinação, e colocavam em dúvida sua segurança, chamando-a de injeção de ‘veneno’” (Shimizu, 2018, p. 88).

Segundo Dandara (2022), a gota d’água para a insurreição foi a aprovação da Lei nº 1.261, em outubro de 1904, e a sua regulamentação em 9 de novembro do mesmo ano. O documento exigia o comprovante de vacinação para matrícula escolar, obtenção de emprego, viagens e certidões de casamentos, assim como previa o pagamento de multa a quem recusasse a vacina. A manifestação foi derrotada pelo governo, mas culminou na suspensão da obrigatoriedade da vacina; mas, em 1908, com o retorno da epidemia da varíola, a própria população buscou os postos de vacinação (Fiocruz, 2017).

O que boa parte dos historiadores apontam é que um dos principais problemas enfrentados na implementação da campanha vacinal no Brasil foi a inabilidade de comunicação, que sobrepôs o currículo e a capacidade técnica de Oswaldo Cruz. Sobre isso, vale considerar que:

Oswaldo Cruz escrevia tratados, artigos de jornal, textos de cunho acadêmico e científico que detalham como a vacina funcionava e os seus efeitos positivos. Mas a grande maioria da população era analfabeta ou semianalfabeta. Os críticos do médico se aproveitavam disso e utilizavam charges publicadas nos jornais, marchinhas e mesmo os boatos para ironizarem a iniciativa. Eram armas poderosíssimas que convenciam o povo (Dandara, 2022, não paginado).

Mas, apesar da origem em um pensamento civilizatório aos moldes arquitetônicos e urbanísticos europeus e do método agressivo, a aposta de Rodrigues Alves no nome de Oswaldo Cruz para assumir a campanha de vacinação no Brasil trouxe impactos

profundos e relevantes para as políticas sanitárias, sobretudo de imunização, que se sucederam no país e o tornaram referência mundial.

O modelo de imunização brasileiro alcançou patamares tão exitosos que, na década de 1990, o país superou a marca de 95% da cobertura vacinal infantil (APS *et al.*, 2018) e resultados de campanhas contra a varíola e a poliomielite, assim como os avanços na erradicação do sarampo, refletiram políticas públicas bem-sucedidas no sistema de saúde do país (Pôrto e Ponte, 2003). Por outro lado, a partir de 2016, o Brasil começou a enfrentar um declínio vacinal, na média de 10 a 20 pontos e, neste contexto, “muitos fatores estão relacionados a essa queda, seja o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) ou aspectos técnicos como a implantação do novo sistema de informação de imunização, sejam aspectos sociais e culturais que afetam a aceitação da vacinação” (Sato, 2018, p. 2).

Fato é que o movimento antivacina e a hesitação vacinal, como é definido “[...] o atraso em aceitar ou a recusa das vacinas recomendadas, apesar de sua disponibilidade nos serviços de saúde” (Sato, 2018, p. 2), seguem ganhando adeptos no Brasil e no mundo, por diferentes razões, seja de cunho político, econômico, social, cultural e, até mesmo, religioso. Isso porque a dinâmica em torno da vacinação engloba uma complexidade que ultrapassa os debates biomédicos, não sendo uma temática isolada. Deve-se considerar, portanto, os seguintes aspectos:

[...] A vacinação é também, pelas implicações socioculturais e morais que envolve, a resultante de processos históricos nos quais são tecidas múltiplas interações e onde concorrem representações antagônicas sobre o direito coletivo e o direito individual, sobre as relações entre Estado, sociedade, indivíduos, empresas e países, sobre o direito à informação, sobre a ética e principalmente sobre a vida e a morte. Potencialmente polêmica, a vacina e seus usos contemplam ainda interesses geopolíticos e macroeconômicos, tendo sido ultimamente associada a conflitos entre nações e ao bioterrorismo (Pôrto; Ponte, 2003, p. 729).

De tal forma, o movimento antivacina também se estabelece dentro dessa perspectiva, como fruto de interesses geopolíticos, econômicos, sociais e culturais. Inclusive, Sato (2018) destaca que o movimento antivacina é tão antigo quanto a própria vacinação, com a presença de caricaturas da vacina da varíola desde 1800, questionando aquilo que consideravam uma invasão à liberdade do próprio corpo.

E, dentro dessa perspectiva, “esses movimentos [antivacinação] utilizam estratégias como distorção e divulgação de informações falsas que, alegando uma base

científica, questionam a eficácia e segurança de diversas vacinas” (APS *et al.*, 2018, p. 2). Não à toa, um dos marcos históricos que reforçou os grupos antivacina foi a publicação de um artigo considerado fraudulento na revista científica *The Lancet*, em 1998, pelo médico Andrew Wakefield (Shimizu, 2018). A publicação estabelecia uma relação entre a vacina tríplice viral – utilizada no combate ao sarampo, à caxumba e à rubéola – e a Síndrome do Espectro Autista. No entanto, “esta relação foi descartada pela comunidade científica em novos estudos, mas o dano já havia sido feito; o boato de que a vacina tríplice viral causa autismo perdura até hoje e é um dos discursos que circulam nos grupos antivacinas” (Shimizu, 2018, p. 89).

Do mesmo modo, “por vezes se encontram comportamentos anti-intelectuais, anti-científicos, naturalistas e relativistas os quais impactam no interesse, utilização e apropriação de conhecimento balizado por critérios científico-rationais” (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021, p. 3), com posicionamentos mais claros acerca de seu negacionismo e do enviesamento de seus discursos.

Sendo assim, pontua-se a relação intrínseca entre os movimentos antivacinação e o fenômeno da desinformação. Vejamos:

Correspondem a expressões públicas que se inserem no espectro da denominada pós-verdade, que toca a aceitação da informação produzida com a intenção de enganar – desinformação –, ou o faz sem essa intenção – misinformação – para a sustentação de narrativas, dentre outras, de antivacina (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021, p. 3).

Neste panorama, “a desinformação em relação às vacinas é revestida por enunciados fantasiosos e não científicos, que instauram a hesitação vacinal e, como consequência, ocorre o enaltecimento dos movimentos antivacina e baixa no quadro de indivíduos vacinados” (Vignoli *et al.*, 2022, p. 462). Por isso mesmo, a hesitação, fruto da insegurança e da ansiedade oriunda da desordem informacional, caminha correlacionada aos próprios movimentos antivacinação. Afinal,

Indivíduos hesitantes, tanto podem ser conduzidos a deixar de sê-los, como podem vir a tornar-se antivaxxers [antivacinas] convictos. Nesse imbricamento, o problema da falta de informação confiável e, principalmente, direcionada a quem tem dificuldade de encontrá-la, tem sido um divisor de águas na decisão em se vacinar e em preservar a vida. Seria, portanto, um espaço propício para a Ciência da Informação atuar, na indução e divulgação de informação verídica e confiável (Vignoli *et al.*, 2022, p. 462).

Por isso, o poder público deve assumir uma responsabilidade, ainda maior, na gestão da informação sobre saúde, compreendendo a dinâmica informacional como

agente fundamental para o estabelecimento de políticas públicas efetivas. Ressalta-se, portanto, que “transmitir a informação é algo vital para a gestão da saúde. E a capacidade de entendimento da mensagem por diferentes públicos é essencial para se alcançar os resultados desejados” (Pôrto; Ponte, 2003, p. 735), sobretudo, porque devem considerar as questões do entorno da população, seja no tocante à cidadania, ao contexto socioeconômico e à própria ética.

E, se a desordem informacional já encontra ambientes propícios para a sua perigosa manifestação, mesmo diante de evidências científicas que comprovem modelos de prevenção e imunização, em quais proporções ela pode se apresentar diante de fenômenos nunca vivenciados pela Humanidade?

Poucos anos após a epidemia da varíola no Brasil, eclodiu, em 1918, a pandemia da Gripe Espanhola, acarretada pelo vírus Influenza, em plena Primeira Guerra Mundial. Segundo Neufeld (2020), estima-se que o episódio, considerado a maior crise sanitária da história moderna, afetou quase um terço da população mundial e vitimou quase 2,5% dos acometidos, representando um total de 500 milhões de pessoas infectadas e de 40 a 100 milhões de óbitos, volume muito maior que o contabilizado pela própria guerra – cerca de 10 milhões de soldados mortos.

Passos e Walter (2020) destacam que há indícios de que a origem da doença, apesar de fazer referência ao país ibérico, não tenha sido na Espanha. Mesmo sem dados precisos sobre a primeira manifestação do vírus, os teóricos destacam a existência de quatro teorias sobre o surgimento da pandemia: i) uma hipótese seria a França, onde havia um grande tráfego de portugueses e espanhóis, em substituição à mão de obra dos franceses, que estavam no *front*; ii) entre os soldados do Campo Funston, nos Estados Unidos, que teriam levado a doença para a Europa, durante a guerra; iii) há, ainda, a hipótese de ter surgido em Guangdong, na China, levada pelos trabalhadores para os Estados Unidos e, depois, para a Europa, nos *fronts*; e iv) a última hipótese, relacionada aos soldados da Frente Ocidental, entre 1916 e 1917, sem uma associação a uma contaminação vinda da China ou dos Estados Unidos.

Mas um ponto levantado por Passos e Walter (2020) é a posição da Espanha no contexto bélico, que favoreceu a associação da doença ao seu território, o que evidencia, mais uma vez, como as epidemias e os impactos causados por elas não são apenas de

ordem sanitárias, mas sociais, com implicações geopolíticas, econômicas e culturais. Os autores destacam que, enquanto país neutro, a Espanha não possuía censura e, por isso, divulgou, pela primeira vez, em 22 de maio de 1918, o surgimento de uma doença misteriosa, no jornal ABC, em Madrid. Naquele momento, a matéria atribuiu ao fenômeno “[...] os sintomas de um forte ataque gripal [...] que por fortuna não apresenta graves características” (Trilla *et al.*, 2008, p. 669 *apud* Passos; Walter, 2020, p. 18).

E, além da não restrição em divulgar os efeitos da doença, como já fora mencionado, “a explicação para a impulsão do nome espanhola tem raízes políticas, devendo-se também à posição de neutralidade da Espanha durante a Primeira Guerra Mundial, assim como às demonstrações de simpatia por parte de uma facção do governo espanhol pelos alemães” (Goulart, 2005, p. 102), o que fez com que os ingleses propagassem essa associação da doença à Espanha. Ao passo em que, por outro lado, diversos países – entre eles, a própria Inglaterra –, tentaram ocultar a existência do problema. Inclusive, sobre o período, destaca-se:

A censura imposta pelos meios militares foi fator comum no período. Muitos países adotaram a censura às notícias sobre a epidemia, visto que a gripe afetou profundamente a capacidade bélica dos exércitos, fazendo com que ela fosse conhecida, primeiramente, como febre das trincheiras (Goulart, 2005, p. 102).

No Brasil, a desordem informacional no contexto da Gripe Espanhola também teve impactos desastrosos. Em meio à explosão da doença em todo o mundo, “no Rio de Janeiro, capital da República, as notícias sobre o mal reinante eram ignoradas ou tratadas com descaso e em tom pilhérico, até mesmo em tom de pseudocientificidade, ilustrando um estranho sentimento de imunidade face à doença” (Goulart, 2005, p. 102-103).

Miranda (2017) também apresenta um outro agravante no tocante à prática informacional em saúde: a relação midiática, que, antes de tudo, é mercadológica. A autora ressalta que há um turbinamento, no qual “a saúde é vendida como mercadoria e, portanto, na mídia é mais mercadoria ainda, é dupla-mercadoria porque tem que ser muito mercadológica a forma como é apresentada, a forma como é tratada” (Miranda, 2017, p. 5) e, de tal modo, torna relevante a avaliação do contexto em que é produzida e a serviço de quais interesses é disseminada.

Somado a isso, o país enfrentou a censura militar, que corroborou com a negligência e o tardio enfrentamento à doença, bem como ampliou o grau de incompreensão dos civis acerca do problema. Implicações como essa representam um

impacto severo, porque a ausência de informação em saúde – ou a sua deturpação, manipulação e incoerência – mata, assim como acarreta desdobramentos irreparáveis, uma vez que, “diante da ‘indesejada’ [a morte] desaparecem os ritos, as atitudes sociais modificam-se, levando à instabilidade das normas. As visões do apocalipse integram-se no imaginário social, instalando nas cidades o medo às epidemias, colaborando na desagregação social” (Torres, 2009, p. 92).

Sobretudo, em um país como o Brasil, no qual, como afirma Souza (2022), há uma inteligência a serviço da elite e de sua dominação, por meio da qual a ciência – também dominante – tem deixado de lado a linguagem baseada em estoques raciais, mas passa a adotar estoques culturais. E, mais ainda, quando a população se encontra imersa em um cenário pandêmico, sob as ameaças biológicas, sociais, econômicas e psicológicas impostas pelo contato próximo e coletivo com a morte.

2.2 A PANDEMIA DA COVID-19

Na obra *O Novo Iluminismo*, Pinker (2018) detalha como os ganhos da longevidade, na história da Humanidade, foram possíveis por meio da superação de forças da “morte”: doença, fome, guerra, homicídio e acidentes. Sobre elas, ele destaca a mais impactante de todas:

Durante a maior parte da história humana, a mais devastadora causa de morte foram as doenças infecciosas – a perversa característica da evolução na qual organismos minúsculos que se reproduzem rapidamente sustentam-se às nossas custas e pegam carona de corpo em corpo em insetos, vermes e eflúvios corporais. Epidemias matavam milhões, dizimavam civilizações inteiras e traziam sofrimentos súbitos a populações de toda uma região (Pinker, 2018, p. 87).

Um ano após a publicação do livro, em dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, capital de Hubei, na China, virou palco da proliferação de uma aparente pneumonia misteriosa. Em poucos dias, o volume de casos já era notificado à Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma nova cepa do coronavírus, sem incidências anteriores em seres humanos. Tratava-se da infecção pelo vírus Sars-CoV-2, cuja doença seria denominada Covid-19. Neste momento, tem início um importante marco temporal do século XXI, que estabelecerá as interações socioeconômicas, culturais, pessoais e institucionais em *pré e pós-pandemia*.

Até então, o mundo já havia sido apresentado a outras categorias de coronavírus – HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, Sars-CoV (responsável pela

Síndrome Respiratória Aguda Grave) e Mers-CoV (o vírus da Síndrome Respiratória do Oriente Médio) (OPAS, 2023) – mas nenhuma com potencial de contaminação tão veloz quanto o Sars-CoV-2. Segundo Malta *et al.* (2020), a velocidade de propagação do novo coronavírus pode variar de 1,6 a 4,1, cujo controle tornou-se o maior desafio do século, devido à ausência de uma vacina, bem como de conduta clínica específica ou de medicações, naquela conjuntura.

Somado a isso, a sua transmissão foi agravada pelo elevado tempo médio de incubação, de 5 a 6 dias (variando de 0 a 24 dias), e pelo fato de indivíduos assintomáticos, pré-sintomáticos ou com sintomas leves poderem transmitir a doença, sendo manifestada, inicialmente, de forma mais severa, em idosos e portadores de doenças crônicas subjacentes (Aquino *et al.* 2020). Apesar disso, tempos depois, ficou evidenciado os graves impactos a diversos grupos humanos, independente de gênero, idade ou condicionamento físico.

A infecção se espalhou tão rápido, entre os continentes, que, no dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto como um caso de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), considerado o mais alto nível de alerta do Regulamento Sanitário Internacional, fato registrado, anteriormente, apenas cinco vezes na história da Humanidade: em 2009, com a pandemia de H1N1; em 2014, com o poliovírus e durante o surto de Ebola, na África Ocidental; em 2016, com a explosão dos casos de microcefalia, em razão do vírus zika; e em 2019, também com a Ebola, no Congo (OPAS, 2023).

Em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso da doença no Brasil, em um homem de 61 anos de idade, internado no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, com histórico de viagem para a Itália. Menos de um mês depois, no dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, confirmou que o problema já estava caracterizado como uma pandemia. Somente três anos após, no dia 05 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da ESPII.

Ao final, a pandemia da Covid-19 registrou, em todo o mundo, 766,8 milhões de casos e 6,9 milhões de mortes (OMS, 2023). No Brasil, de fevereiro de 2020 a maio de 2023, a crise sanitária acumulou um total de 37,6 milhões de casos confirmados e 702,9 mil óbitos (Coronavírus Brasil, 2023).

A ausência de uma vacina contra o Sars-CoV-2 ou de práticas clínicas efetivas para o combate ao vírus, no momento de sua eclosão, exigiu das autoridades medidas de austeridade, desde o uso de máscaras até o isolamento social, além de quarentenas obrigatórias. Sobre isso, Aquino *et al.* (2020) detalha:

Muitos países implementaram uma série de intervenções para reduzir a transmissão do vírus e frear a rápida evolução da pandemia. Tais medidas incluem o isolamento de casos; o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde (Aquino *et al.* 2020, p. 2424).

As medidas, fruto de ações e articulações conjuntas entre governos, órgãos de controle, representantes de políticas públicas e comunidade científica, apesar de necessárias, trouxeram duras consequências ao modelo neoliberal – com repercussões ainda maiores a quem, historicamente, tem sido marginalizado por esse modelo econômico –, que tem regido as relações de poder em todo o mundo, há anos, como postula Santos (2020):

A pandemia é uma alegoria. O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime está muito além disso. Eis alguns dos sentidos que nela se exprimem. O invisível todo-poderoso tanto pode ser o infinitamente grande (o deus das religiões do livro) como o infinitamente pequeno (o vírus). Em tempos recentes, emergiu um outro ser invisível todo-poderoso, nem grande nem pequeno porque disforme: os mercados (Santos, 2020, p. 10-11).

Essa análise também incita a reflexão sobre as marcas profundas de uma pandemia como a da Covid-19, em um mundo marcado pelas desigualdades, no qual, para muitos, permanecer em quarentena não é uma escolha, assim como as condições básicas de higiene ainda são inacessíveis. Relatórios do *The World Bank* (2022), inclusive, apontam que a pobreza global aumentou pela primeira vez em uma geração, visto que muitas famílias e empresas em economias emergentes já se encontravam em níveis de dívida insustentáveis, antes da crise, o que se tornou um problema ainda mais grave diante do contexto pandêmico.

No caso do Brasil, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, o enredo que antecedeu a pandemia já pressupunha uma crise anunciada, com o recuo do Produto Interno Bruto (PIB) em 0,2% para o conjunto da economia, ainda no primeiro trimestre

de 2019, somado a uma série de desmontes institucionais, refletidos em contrarreformas da previdência, flexibilização dos contratos de trabalho, desemprego crescente, bem como cortes em áreas cruciais para o desenvolvimento, como Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Assistência Social (Granemann, 2021). E, para além disso, um projeto político alimentado pelo anseio de desemparelhamento do SUS e pela burocratização das políticas assistenciais para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste contexto, a pandemia também evidenciou, no Brasil, a ascensão da precarização social do trabalho, sobretudo, diante do cenário de um país com “[...] 66 milhões de pessoas pobres e extremamente pobres, e apenas 40% da população possui ocupação formal” (Araújo; Brandão, 2021, p. 101). Portanto, no contraponto, lidamos com 60% de uma população na informalidade, ou seja, profissionais sem a garantia de qualquer direito trabalhista, ameaçados, ainda mais, pela escassez de emprego.

Outra séria problemática enfrentada pelo país, que já foi considerado referência mundial por sua política de imunização, foi a demora para o início da campanha de vacinação contra a Covid-19. Enquanto o Reino Unido tornou-se o primeiro país a vacinar sua população, em 08 de dezembro de 2020, seguido por 56 nações, o Brasil só veio dar o pontapé vacinal no dia 17 de janeiro de 2021, mais de um mês depois da corrida pela vacinação em todo o mundo.

O lapso de tempo refletiu o descompasso do governo federal, na contramão de uma comunidade científica nacional ávida e, historicamente, atuante na produção de imunizantes, bem como o seu desacordo com os governadores e representantes de entidades sanitárias. Os conflitos internos e a falta de planejamento do Executivo brasileiro puderam ser registrados por meio daquela que ficou conhecida como uma nova “Guerra da Vacina”, pela imprensa local, que, dessa vez, retratou os embates entre o presidente da República e os governadores de diversas unidades federativas – especialmente João Dória, no Estado de São Paulo. Na ocasião, o governador paulista defendeu a vacinação obrigatória e enalteceu a adoção da vacina Coronovac, produzida pelo Instituto Butantan, em parceria com a indústria chinesa Sinovac. Em resposta, Bolsonaro reagiu da seguinte forma:

Primeiro, afirmou que não vai obrigar o brasileiro a tomar a vacina chinesa. Depois, o presidente desautorizou o ministro Eduardo Pazuello, e determinou o

cancelamento do protocolo de intenção entre o Ministério da Saúde e o Butantan para a compra de 46 milhões de doses da Coronavac pelo governo federal (Lima, 2020).

O período também foi marcado por uma sucessão de dança das cadeiras no Ministério da Saúde, que representou a própria falta de gestão e direcionamento da pasta, com a troca de três ministros, em menos de um ano: o médico Luiz Henrique Mandetta, exonerado em abril de 2020; o médico Nelson Teich, em maio do mesmo ano; e o general do Exército, Eduardo Pazuello, em março de 2021 – esse último, sem qualquer experiência no setor Saúde, lançou, em consonância com o projeto político de Bolsonaro, o protocolo de tratamento da Covid-19 com o uso de *Hidroxicloroquina*, cuja eficácia contra a doença nunca foi comprovada cientificamente e cuja narrativa tornou-se um dos principais símbolos do negacionismo no país.

O panorama foi contextualizado por Castro (2021, p. 2), da seguinte forma:

[...] Um conjunto interminável de problemas causados ou não evitados pelo governo federal: ausência de um planejamento nacional detalhado e coordenado para as vacinações; atrasos na contratação de empresas para produção de seringas e agulhas; inépcia nas negociações com laboratórios fabricantes de vacinas para abastecimento do SUS e incidentes diplomáticos com lideranças de países onde estão sendo produzidos vacinas e insumos são apenas alguns dos percalços que temos enfrentado para a disponibilização de vacinas no Brasil.

Por fim, às instabilidades relacionadas ao panorama pandêmico, somam-se os impactos de cunho psicológico, como já evidenciado em outras epidemias, nas quais “os sobreviventes relataram, principalmente, medo de morrer, de infectar outras pessoas, de se afastar ou sofrer abandono nas relações com familiares e amigos, bem como estigmatização social” (Schmidt *et al.*, 2020, p. 4).

No caso da Covid-19, há uma junção de elementos que sobrepõe o próprio espectro da doença. Os impactos não ficam somente entre os sobreviventes, mas entre aqueles que não foram infectados, devido à ameaça iminente de contaminação. Diante do esforço coletivo das autoridades sanitárias, medidas drásticas de contenção foram adotadas, mas, ainda assim, os questionamentos e as inseguranças permaneciam incontáveis até mesmo para a comunidade científica. E, no caso brasileiro, diante da própria insegurança ofertada pelo Executivo, que, institucionalmente, deveria ser o porta-voz oficial norteador da população, dispondo-lhe de elementos seguros para o enfrentamento à crise – não o contrário, como ocorreu.

Muitas perguntas, somadas a um bombardeio de mensagens instantâneas, dados, fotos, vídeos e relatos dos mais variados – cenário “agravado também pela difusão de mitos e informações equivocadas sobre a infecção e as medidas de prevenção” (Schmidt *et al.*, 2020), desde os negacionistas aos mais sensacionalistas. Uma conjuntura que afetou, inclusive, a população infantil. Não por outra razão, em estudo realizado com 3 mil crianças da América Latina, pesquisadores apontam a evolução e o impacto do fluxo de informações sobre a Covid-19 entre as crianças: 38,5% se sentiram angustiados e 24,5% deprimidos, em virtude do temor de que seus familiares sejam infectados ou morram pela doença (90,1%), do medo de que acabem insumos para a compra de alimentos (68,8%), receio de que familiares percam o emprego (44,3%); e medo de reprovarem na escola (27,3%) (Cevallos-Robalino *et al.*, 2021).

Desse modo, “para além das condições patológicas específicas causadas pela Covid-19, é importante considerar dentro desse contexto as condições de saúde mental da população diante dos múltiplos reflexos que essa pandemia tem causado” (Silva; Santos; Oliveira, 2020, p. 2). Embora essa não seja uma problemática restrita ao momento, visto que “os surtos anteriores evidenciaram que os impactos na saúde mental podem ser mais prolongados e ter maior prevalência do que a própria epidemia, cujas implicações econômicas e psicossociais podem ser incalculáveis” (Nabuco *et al.*, 2020, p. 3), ela possui um ineditismo pela ascensão das plataformas digitais e das redes sociais, um “prato cheio” para a informação exacerbada e, muitas vezes, sem respaldo científico.

Se, por um lado, as redes sociais colocam em jogo a idoneidade do conteúdo, por outro, o fluxo expressivo e ininterrupto dos principais veículos de comunicação, das autoridades e dos porta-vozes oficiais de instituições, seja dos governos quanto das entidades sanitárias e científicas, ampliaram o discurso de perigo, alerta e descontrole da infecção. Assim, a vigilância epidemiológica compreendeu “a quarentena, o contingenciamento de recursos, práticas de distanciamento social, medidas de prevenção ao contágio e estado de calamidade pública, no caso da pandemia causada pela Covid-19, podendo levar ao agravamento das condições psíquicas já existentes em grupos específicos” (Silva *et al.*, 2020, p. 3).

Os questionamentos sobre o grau de periculosidade do vírus, as dúvidas sobre estar no grupo de risco, o receio da perda de pessoas queridas, as restrições, o distanciamento dos amigos, a suspensão das atividades rotineiras e do convívio social, a

insuficiência de leitos e o aumento expressivo de óbitos, instauraram um contexto, um discurso e um comportamento de guerra. Mais que isso: diante de um “bombardeio” de informações e desinformações.

2.3 A PROBLEMÁTICA DA (DES)INFODEMIA

A pandemia da Covid-19 jogou luz sobre uma problemática com raízes anteriores à própria crise sanitária acarretada pelo vírus Sars-CoV-2: *a epidemia da informação*, que já crescia em níveis exponenciais, durante todo o século XXI, mas ganhou seu verdadeiro protagonismo, durante esta que foi considerada a maior emergência de saúde pública da história da Humanidade.

A epidemia – ou crise – da informação ganhou contornos tão relevantes no contexto social que tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, sobretudo da Ciência da Informação e da Saúde. O fenômeno tem sido abordado a partir do conceito de *infodemia*, termo adotado para designar “grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo, devido a um evento específico” (OPAS, 2020, p. 2), como no caso da pandemia da Covid-19, que revelou como a informação pode atuar enquanto elemento emancipatório, conscientizador, disseminador e mediador (Melo; Santana, 2022).

A *infodemia*, apesar de ser um fenômeno antecedente ao surgimento do Sars-CoV-2, “[...] cunhado primeiramente em 2003, no *The Washington Post*, que reúne morfemas provenientes dos vocábulos *informação* e *epidemia*” (Santos *et al.*, 2020), apresenta-se como um desdobramento pandêmico e torna urgente a análise da cadeia informativa, que, mesmo antes, já passava por diversas transformações “[...] notadamente, nos modos de produzir, organizar e distribuir informação e conhecimento” (Souza, 2015, p. 129).

O fenômeno caracteriza-se “pelo aumento na quantidade e variedade excessiva de informações de diferentes qualidade e credibilidade – falsas, imprecisas, baseadas em evidências ou fora de contexto” (Melo; Santana, 2022, p. 26). Portanto, “não está relacionada à qualidade ou ao tipo de informação e sim à quantidade de modo primário, ou seja, o excesso de informação atrapalha na verificação da confiabilidade e/ ou da veracidade” (Zattar, 2020, p. 3).

De tal modo, a *infodemia* evidencia, sobremaneira, a problemática da rápida e exponencial propagação da desinformação. Somado a isso, também traz para as discussões as próprias barreiras ainda existentes entre a comunidade científica e a população em geral, além das fragilidades que ainda persistem na produção e no acesso à divulgação da ciência no Brasil – nesse caso, exemplificado pelo acompanhamento epidemiológico da doença e os debates acerca da vacinação.

Se, por um lado, a comunidade acadêmica entendia seu próprio discurso, por meio de uma comunicação científica, que “não precisa fazer concessões em termos de decodificações do discurso especializado porque, implicitamente, acredita que seu público compartilha os mesmos conceitos” (Bueno, 2010); por outro, a missão de fazer a voz da ciência chegar à população e combater a desinformação ficou a cargo da divulgação científica, que, por muito tempo, lida com um gargalo em nosso país, haja vista os muros existentes entre os centros de pesquisa e a sociedade em geral – sendo competência dessa última alfabetizar, cientificamente, a população, ou seja, decodificar e recodificar o discurso especializado, sem comprometer a integridade dos termos técnicos e conceitos, para evitar interpretações equivocadas (Bueno, 2010).

Essa problemática, embora não seja a razão, contribuiu para uma outra questão, sobretudo, nos últimos três anos: “A desinformação se expande no mesmo ritmo que a produção de conteúdo, e as vias de distribuição se multiplicam” (OPAS, 2020). Por isso, o principal desafio da divulgação científica tem sido superar a desinformação gerada pela *infodemia*, principalmente na atual conjuntura, onde os espaços virtuais e a tecnologia não só ampliam seu alcance, mas atuam como agentes que pautam, cada vez mais, a sociedade. Sobre isso, destaca-se:

Esse fenômeno tem tomado maiores proporções em uma sociedade imersa no ciberespaço, devido à extensão e variedade de conteúdos em redes sociais que podem ser criados e agregados pelo usuário. Nessa direção, a *infodemia* é um problema social que pode ter consequências drásticas: o compartilhamento contínuo de desinformação em meio a uma doença pandêmica pode gerar caos, surtos, pânico, desabastecimento, superlotação e a própria aceleração do processo epidêmico, que impactam diretamente em diversos setores, como na política, na economia e na saúde das pessoas (Santos *et al.*, 2020, p. 4).

Não à toa, em cartilha própria, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pontuou cinco dos principais riscos da *infodemia* para o agravamento da pandemia da Covid-19, que consistem em: dificultar que fontes idôneas e confiáveis sejam encontradas; as pessoas podem se sentir ansiosas, deprimidas e sobrecarregadas; pode

afetar processos de tomada de decisões; não há controle da qualidade do material publicado; qualquer pessoa pode escrever e publicar qualquer conteúdo na rede (OPAS, 2020).

Diante da pandemia da Covid-19, o problema foi tão intensificado que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desenvolveu cartilha dedicada, especialmente, ao alerta sobre a *desinfodemia* – um contraponto intrínseco ao próprio fenômeno da *infodemia*. Em outras palavras, se a *infodemia* corresponde à *epidemia da informação*, a *desinfodemia* corresponde à *epidemia da desinformação*, desencadeada, segundo Zattar (2020), por cinco fatores: a pós-verdade, que também atua como um reforço às crenças e às opiniões dos indivíduos; a polarização, demarcada por ódio e intencionalidade; a relação produção x consumo informacional; as tecnologias da informação e da comunicação; e a disseminação e o compartilhamento de informação na velocidade das mídias digitais.

Na cartilha da Unesco, Posetti e Bontcheva (2020) destacam como a *desinfodemia* fez uso de diferentes ferramentas, no âmbito digital, para proliferar campanhas antivacinas e desinformações políticas, a partir de textos, imagens, vídeos e demais recursos multimídia. No documento, as autoras pontuam quatro principais formatos de desinformação no contexto da Covid-19: a) narrações e memes emocionais; b) *sites* e identidades inventadas; c) imagens e vídeos fraudulentamente adulterados, inventados ou retirados de contexto; e d) infiltração e campanhas de desinformação planejadas. Portanto, nota-se que:

A *desinfodemia* surge como uma desinformação em meio à pandemia ao expor as pessoas aos riscos das informações falsas, a partir da deslegitimação da produção do conhecimento científico e exposição pública, com (disinformation) ou sem intencionalidade (misinformation), mas que o objetivo pode ser desde uma “brincadeira” até as disputas políticas ou as vantagens comerciais de um determinado grupo farmacêutico, por exemplo (Zattar, 2020, p. 6).

Posetti e Bontcheva (2020) também elencaram as nove principais temáticas a partir das quais essas desinformações foram produzidas, no contexto de *desinfodemia*. São elas: origens e disseminação do coronavírus e da doença Covid-19; estatísticas falsas e enganosas; impactos econômicos; desacreditar jornalistas e meios de comunicação confiáveis; ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento; impactos na sociedade e no meio ambiente; politização; conteúdo promovido por atores que buscam ganho financeiro fraudulento; e desinformação focada em celebridades.

O cenário de desordem informacional em larga escala, tão exponencial que associou-se a um termo cujo morfema faz referência à palavra *epidemia*, refletiu no desequilíbrio de enfrentamento à crise sanitária, permeada pelo compartilhamento exacerbado de informações – sejam elas fidedignas, falsas, incompletas, apelativas, duvidosas ou retiradas de contexto –, muitas vezes, baseadas em crenças e valores individuais ou a serviço do interesse de determinados grupos sociais ou políticos, com impactos em tomadas de decisão que vão desde a procura ou não por vacina até a adoção de medidas preventivas de combate ao vírus.

2.3.1 A desinformação no contexto da polarização política no Brasil e no meio digital

O Brasil tem um enorme passado pela frente, disse, certa vez, o ilustrador brasileiro Millôr Fernandes. Mas é exatamente o esquecimento da sua própria história que coloca o país de volta a um contexto de polarização que, em um passado recente, fez eclodir um dos regimes mais autoritários que a Nação já presenciou, como foi a Ditadura Militar de 1964. A história brasileira, marcada por ambiguidades e “feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, também anda repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos” (Schwarcz, 2019, p. 223).

A nova polarização brasileira começou a ser construída a partir das manifestações de junho de 2013, inspirada também pelas mobilizações ao redor do mundo, desde 2011. No entanto, aqui, cabe uma análise de Tiburi (2015) acerca da diferença entre a atuação das multidões e das massas – a primeira, feita de singularidades em busca do comum, e a segunda, amorfa e manipulável, característica de manifestações fascistas.

As mobilizações, aparentemente motivadas pela luta contra o aumento das passagens do transporte público, logo resultaram “de uma aliança involuntária entre aqueles que militavam contra a corrupção nas redes sociais e os movimentos sociais herdeiros das manifestações do ciclo antiglobalização da virada do século” (Ortellado; Ribeiro, 2018, p. 4).

Somado a isso, a crise política que resultou na queda da presidente Dilma Rousseff e a espetacularização da Operação Lava Jato corroboraram com o clima de desconfiança, descontentamento público e emergência de um discurso “antipolítico”, revestido por uma lógica de “anticorrupção” e “antipetismo”. O esquema de corrupção desvelado durante o

governo do Partido dos Trabalhadores (PT) estava longe de ser a origem dos desvios no país – cujo histórico tem início ainda no período colonial – e envolveu uma coalizão de partidos, entre os quais destacam-se PMDB (atual MDB), PP, PSD e PSDB, mas foi personificado na figura de um único grupo político, que serviu, inclusive, de bode expiatório para a promoção dos outros envolvidos, especialmente PSD e PSDB – seus principais antagonistas nas eleições seguintes.

Na aparente luta contra a corrupção, houve uma cruzada moralista, descrita por Schwarcz (2019) da seguinte forma:

Jogar todas as baterias contra apenas uma pessoa – e assim personalizar a questão –, ou transformar um único partido em bode expiatório de uma prática muito espalhada, e assim parecer “vacinado contra a doença”, é saída que não dá conta de um problema de ordem mais geral (Schwarcz, 2019, p. 121).

Mas esse foi o cenário que serviu como pano de fundo para o contexto que cindiu o Brasil entre os antipetistas – conservadores, militantes ditos contrários à corrupção, políticos opositores, defensores dos militares, liberais e “patriotas” – e a esquerda, composta pelos movimentos sociais, ONGs, base aliada e minorias – como movimentos negros, feministas e LGBT[QIA+] (Ortellado; Ribeiro, 2018).

Todavia, evidencia-se uma polarização, ou seja, uma redução do ambiente político e democrático a dois polos, cada vez mais, antagonísticos, cujos discursos diferem não apenas no pensamento acerca de propostas para o desenvolvimento do país, mas na construção de narrativas em diferentes segmentos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou sanitários.

Esse fenômeno é corroborado pelos processos midiáticos, sobretudo no ambiente digital, no Brasil e no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisa sobre as origens e as consequências da polarização afetiva demonstra que “à medida que as pessoas passam mais tempo online e em sites de redes sociais, elas são mais propensas a serem expostas inadvertidamente a conteúdo polarizador por outras pessoas em sua rede” (Yengar *et al.*, 2019, p. 135). Além dela, a grande mídia também atua de forma preponderante para a disparidade e a construção de narrativas ideológicas que acentuam o distanciamento dos dois polos.

Assim, haja vista que polarizar implica em reduzir, evidencia-se uma limitação para a diversidade, o que representa uma ameaça à própria democracia – que é a maior

garantia de que o debate entre os antagonicos possa existir, sem cerceamento de direitos e liberdades. Como pontua Schwarcz (2019):

As polarizações, como temos tentado explicar, têm o poder de matar a democracia, gerar uma retórica da divisão e eleger apenas demagogos que não representam os desejos de justiça, segurança, ética, igualdade, os quais, suponho, são de todos nós, brasileiros (Schwarcz, 2019, p. 235).

Tal dinâmica ecoa, de forma ainda mais expressiva, na era digital, pela ilusão da segurança de estar do outro lado da tela, do anonimato e da possibilidade de ativismo na palma da mão, a um clique, por meio de *likes*, comentários e compartilhamentos. Na rede, todo e qualquer usuário pode ser um porta-voz de um discurso ideológico, com ou sem embasamento, com ou sem consciência – o que torna as discussões acerca da ética no ambiente virtual ainda mais relevantes. Afinal, o ato digital nos dá ideia de realização e “de fato, ele realiza muita coisa, mas muda a qualidade da existência e, em muitos momentos, torna-se uma locupletação perigosa” (Tiburi, 2015, p. 140).

2.3.2 Desinformação no debate político da Covid-19 no Brasil

No caso do Brasil, as práticas das *fake news* têm um contorno ainda mais perigoso, visto que contou com um “colaborar” do mais alto escalão – o chefe do Executivo, Jair Bolsonaro –, que, em cadeia televisiva nacional, chegou a dizer: “*Caso fosse acometido pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido por uma gripezinha*”, no dia 24 de março de 2020. Nesse rol, também entram “as *fake news* que afirmam que ‘existe um medicamento específico para o tratamento ou a prevenção da Covid-19’ (categoria ‘ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento’) – essa é a notícia falsa mais disseminada pelo presidente Jair Bolsonaro” (FALCÃO; SOUZA, 2021, p. 66), em referência à *hidroxicloroquina*, medicação cuja eficiência nunca foi comprovada cientificamente para o tratamento da doença, como já mencionado.

Desde a deflagração da Covid-19 no Brasil, o presidente da República compartilhou, propagou e ajudou a produzir *fake news* acerca da doença, tornando-se um dos principais expoentes do discurso negacionista no país. Em meio à crise sanitária, “Bolsonaro disse que a pandemia não passava de uma *gripezinha*, falou que as ações de combate ao vírus representavam uma *histeria* e que a preocupação com o espalhamento da doença era uma *fantasia* propagada pela mídia” (Soares *et al.*, 2021, p. 75).

Ao considerar o posto ocupado, a cadeira do Executivo, Bolsonaro terminou por “validar” a perpetuação de desinformação, desacreditando a imprensa e a ciência – sobretudo, a nacional – entre seus seguidores e, também, entre a população de modo geral, que, habitualmente, busca nas autoridades uma voz oficial, uma informação concreta. Entre as práticas desinformativas que contaram com o apoio de Bolsonaro, conforme Falcão e Souza (2021), destacam-se: o não uso de máscara; a participação em eventos com aglomerações; a alegação de que um histórico de atleta acarretaria em minimização dos impactos da doença; e a afirmação de que havia uma supernotificação de mortes no país.

Conforme levantamento da agência *Aos Fatos*, plataforma jornalística de investigação de campanhas de desinformação e de checagem de fatos, Bolsonaro disse 6,9 informações falsas por dia, no ano de 2021.

O agravamento da pandemia em 2021 ajuda a explicar por que a retórica desinformativa de Bolsonaro atingiu um novo patamar. Somente sobre Covid-19, o presidente deu 1.278 declarações enganosas no ano passado, o que representa mais da metade (58,5%) de todas as alegações falsas ditas por ele desde que a doença surgiu (2.183) (*Aos Fatos*, 2022).

Entre as afirmações mais repetidas pelo presidente, está a de que *o governo federal agiu desde o início da crise para preservar vidas e empregos*, com 109 repetições, segundo checagem de *Aos Fatos*, que aponta 5,7 mil declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro, em 1,2 mil dias à frente da Presidência. A frase do presidente sugeria que saúde pública e economia haviam sido tratadas simultaneamente, com o mesmo peso. Mas, no relatório da agência, a informação é considerada falsa, pelas seguintes razões:

O presidente, porém, não tratou as duas questões com o mesmo peso, já que, desde o início da pandemia no país, tem minimizado os efeitos da Covid-19. Em diversas entrevistas e declarações públicas, Bolsonaro relacionou a doença a uma “gripezinha” e chegou a dizer, em discurso realizado no dia 18 de setembro, que o isolamento social seria “conversinha mole” e que as medidas de restrição de circulação seriam para “os fracos” (*Aos Fatos*, 2022).

Outra desinformação produzida por Jair Bolsonaro teve ainda mais repetições, 132 no total. Trata-se da seguinte afirmação: “*Quis impor o ritmo do combate à pandemia, fui tolhido. Decisão judicial. Quem decide são os governadores e depois prefeitos, eu sou o último da fila. Eu baixo uma medida, o governador pode mudar, o prefeito pode mudar*”. A declaração também foi considerada falsa, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) não limitou a atuação do presidente, mas concedeu a governadores e prefeitos a legitimidade para tomar medidas locais em relação à circulação de pessoas, sem que o

Executivo pudesse derrubar as restrições – sobretudo, ao considerar o silenciamento e a inércia do Governo Federal sobre o tema.

Esse panorama revela, portanto, duas particularidades que circundam as discussões acerca da desinformação: “(1) não é possível avaliar a intencionalidade dos indivíduos na disseminação de desinformação e (2) os contextos do espelhamento de desinformação frequentemente estão associados a disputas de sentido, mais do que a simples intenção de enganar” (Soares *et al.*, 2021, p. 76). Portanto, ela é utilizada a favor de atores e/ou grupos políticos.

Soares *et al.* (2021) destacam como o aplicativo *WhatsApp*, por exemplo, tornou-se uma ferramenta de amplo alcance para a reprodução de informações falsas, distorcidas ou manipuladas. Segundo os autores, a plataforma é vista como fonte de espelhamento central de desinformação, devido a funcionalidades técnicas, sob influência de *affordances*, “processo interativo entre a tecnologia e suas ferramentas e os usuários e as formas como se apropriam das ferramentas” (Evans *et al.*, 2017 *apud* Soares *et al.*, 2021, p. 77), ou seja, a plataforma está disponível para os usuários, mas cabe a eles a decisão do uso, da intencionalidade que darão ao seu acesso à ferramenta. E é exatamente esse caráter “intimista”, de pessoalidade, que torna a prática de desinformação ainda mais perigosa por meio do aplicativo.

Além disso, a desinformação nas plataformas digitais ainda conta com atores bastante utilizados pelos agentes políticos na difusão de ideologias e *fake news* na rede: os *bots*, “perfis operados por *software* para produzir e/ou compartilhar conteúdo nas redes sociais” (Ortellado; Ribeiro, 2018, p. 7). Segundo os autores, esses elementos fazem uso, principalmente, das plataformas *Twitter* e *Facebook*, pela possibilidade de atuação nos *trending topics* – tópicos em alta, na tradução literal. Isso significa dizer que máquinas, robôs, a serviço de interesses de determinados grupos, agora, podem pautar as discussões da sociedade.

No entanto, os *bots* apresentam comportamento suficientemente diferente do usuário real (Ortellado; Ribeiro, 2018) – portanto, são mais fáceis de serem identificados. Mas, e quando uma ferramenta apresenta comportamento similar ao de um indivíduo comum? É quando entra em cena um instrumento mais avançado: as contas falsas, que, diferentemente de *softwares* automatizados, tratam-se de “perfis construídos com

precisão demográfica e psicológica com o intuito de interagir com pessoas reais, conquistar laços afetivos e influenciar a opinião em comunidades que debatem política” (Ortellado; Ribeiro, 2018, p. 7).

De tal forma, tecnologias da informação e da comunicação passaram a ser utilizadas para mimetizar conteúdos verídicos e “as notícias que refutam a veracidade dos acontecimentos, reservadas às prerrogativas da desinformação, tornaram-se práticas comuns no processo de modelar a opinião da sociedade e cooptar o senso comum” (Souza; Santos, 2020, p. 234).

Portanto, faz-se necessário atentar para um projeto político que se colocou e se manteve no poder por meio de práticas baseadas na produção de notícias falsas, na omissão e na distorção de informações, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Um panorama que explicita como distorção e inversão atua como desinformações de relevantes prejuízos, uma vez que a inversão é um tipo de distorção e distorcer é poder (Tiburi, 2015).

Diante desse panorama, ao considerar que todo governo busca usar a história a seu favor (Schwarcz, 2019), é urgente pensar qual enredo foi construído para o Brasil nos últimos anos. Afinal, “governos de tendência autoritária costumam criar a *sua* própria história – voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados – como forma de elevação” (Schwarcz, 2019, p. 225).

Não obstante, no Brasil, o governo federal também potencializou o fenômeno da desinformação por meio da ocultação de informações. O portal *Coronavírus Brasil*, por exemplo, ao apresentar uma gama de dados acerca da evolução da Covid-19 no País, a partir do início da pandemia, por meio de gráficos, números, territorialidade e painel interativo – acessíveis ao público em geral e aos especialistas de diferentes segmentos – dispôs, inicialmente, de amplo potencial de produção de informação e, conseqüentemente, de conhecimento. No entanto, ao ter sua estrutura colocada fora do ar e, em seguida, seus dados reduzidos aos balanços diários da Covid-19, como ocorreu em meados de junho de 2020, com a eliminação, inclusive, da possibilidade de *download* documental por parte dos usuários, esse potencial de produtor informacional e de conhecimento também foi reduzido.

Tal prejuízo, apesar dos esforços dos veículos de comunicação, com a implantação do Consórcio de Veículos de Imprensa, reverberou, inclusive, sobre a atuação da própria imprensa. Além de minimizar a segurança acerca da precisão da informação, as dificuldades impostas pelo banco de dados do Governo Federal impuseram aos jornalistas a busca direta por dados junto às Secretarias Estaduais de Saúde – muitas delas, também alimentadas por boletins do Ministério da Saúde, a exemplo do Estado de São Paulo, que ficou sem acesso aos seus dados, diante de ataque aos sistemas do Executivo, em dezembro de 2021. Somado a isso, por parte do Consórcio, a distribuição das tarefas por diferentes empresas e regiões, sem uma plataforma acessível ao público, com a disponibilização do balanço das informações – e, assim, da sua evolução –, bem como uma explicação clara da gestão desta informação, aumentou a imprecisão do processo e, também, a desconfiança do usuário – neste caso, o cidadão, em meio aos interesses divergentes do governo federal e da imprensa.

Verificamos, aqui, como a redução estrutural da informação representa aquilo que Barreto (1994) coloca como diminuição semiótica do conteúdo e da competência das estruturas da informação em gerar conhecimento, fruto da organização da indústria da informação, do controle dos estoques de informação, bem como da manipulação e das decisões políticas e econômicas dos produtores de informação.

No caso dos dados concernentes à Covid-19, tratam-se de dispositivos vinculados a estoques institucionais de informação, que deveriam ter como base o Ministério da Saúde. E, por serem “processados, gerenciados e controlados para uso político e econômico, constituem uma *infocontextura*, que convive e permeia uma *superestrutura* de informação, em que acrescentam-se, também, os estoques potenciais de informação que se encontram disponíveis” (Barreto, 1994, p. 4), de modo que “constroem o tecido social, por meio dos fluxos informacionais, ao promoverem inusitadas formas de sociabilidade, de interação comunicativa e de construção/desconstrução de realidade e verdade” (Wilke, 2019 *apud* Casimiro *et al.*, 2022, p. 6).

Como dados, isoladamente, não significam informações. Mas se tornam conteúdo informacional quando provocam alguma ação, alteração de uma estrutura, por parte de quem o recebe, ou seja, do receptor (SENRA, 1994). Dito isso, entende-se que “informação é da ordem da subjetividade, enquanto o dado é da ordem da objetividade” (Senra, 1994, p. 40). Assim, quando direcionamos a atenção meramente ao plano

estatístico e institucional, pensamos em dados; já no plano da sociedade, esses dados são transformados em informação. Mas essa compreensão é ainda mais ampla, haja vista que tais dados são gerados pelas instituições, que, como componentes da própria sociedade, já transformaram tais dados em informação, para a adoção de estratégias e políticas públicas, por exemplo, a partir do material coletado – portanto, implica, também, na construção e aplicação de conhecimento.

Ainda como postula Senra (1994), o dado estatístico apresenta-se em três situações: repetindo, complementando ou alterando um conhecimento – nos dois últimos casos, configurando-se como informação, visto que se trata daquilo que altera um conhecimento preexistente (Almeida Júnior, 2008, p. 44). De tal forma, dados com os registros da evolução da Covid-19 no Brasil, seja ao apontar um crescimento exponencial das taxas de contaminação ou de óbitos, seja para sinalizar uma redução dos casos, possibilitam às instituições e à sociedade a produção de informação, visto que, a partir dela, serão adotadas mudanças no comportamento, em medidas sanitárias e estruturas que colaborem com a contenção do contágio, a minimização dos riscos no país ou até mesmo a dinâmica econômica.

Mas, quais informações são armazenadas? Onde elas estão disponíveis? Esses questionamentos são imprescindíveis para que se possa pensar, também, no processo de sua disseminação – sobretudo, a respeito do que chega, por onde chega e por quem é apresentado ao indivíduo. Ao considerar que a mediação e a produção da informação são movimentos sociais e políticos, não se deve esquecer que o armazenamento, a disponibilização, a transferência, a veiculação e a divulgação dessas informações também são.

Considera-se pertinente pensar a disseminação da informação para além de uma mera disponibilização, irrestrito a um suporte específico, visto que, como defende Almeida Júnior (2008), essa lógica alijaria os profissionais da informação de qualquer ação no momento da transformação da informação em conhecimento. Até porque, como defende Almeida Júnior (2008, p. 44), mesmo que essa transformação ocorra de modo individual, “o indivíduo não é vazio ou não tem espaços vazios nos quais o conhecimento, fruto da apropriação da informação, se aloja”. Neste sentido, considera-se que os indivíduos são efetivamente sujeitos informacionais porque cada “[...] pessoa possui um conhecimento prévio e o constrói na relação com os outros e com o mundo” (Almeida

Júnior, 2008, p. 44). Nessa perspectiva, verifica-se a mediação da informação como atributo de interferências dos mais variados processos históricos e socioculturais, incluindo políticos.

Pensar na mera disponibilização, ou publicação, de informações em um suporte, como é comum associar aos modelos de disseminação tradicional, é ingênuo, segundo Senra (1994), principalmente quando leva-se em consideração o descolamento do gerenciamento em relação à produção das estatísticas, o que acarreta em perda de tempo e de qualidade para o acesso. Para o teórico, é necessário despender esforços sobre os modelos modernos de disseminação, “cujas marcas são: otimização da base de dados estatísticos, atendimento ágil e democrático” (Senra, 1994, p. 42). Nesse último caso, ele propõe duas grandes fases no processo de pesquisa: produção e disseminação da informação, devendo essa última ser arrojada, ousada e proativa.

Apesar de ter sido construída em 1994, essa análise de Senra segue atual para jogarmos luz sobre os processos informacionais, sobretudo após o fenômeno da pandemia da Covid-19, que representou um divisor de águas em diferentes cadeias – e que não foi diferente na Ciência da Informação. A partir desse domínio, especificamente, a primeira evidência associa-se à emergência de uma infodemia, ou seja, ao “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que podem tornar difícil a tarefa de encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis” (Monari *et al.*, 2021, p. 2), cuja problemática é amplificada em uma era marcada pelas redes sociais e pelo “perigo da desinformação durante surtos de vírus, causado por rumores publicados sem informações oficiais que rapidamente acabam se espalhando devido ao compartilhamento dos usuários na rede” (Santos *et al.*, 2020, p. 4) – portanto, aqui, nota-se um ambiente de disseminação de informação ousado e arrojado, mas nem sempre proativo ou construtivo.

Essa *epidemia da informação* tem como pano de fundo o fluxo exponencial de notícias, fotografias, áudios, vídeos, textos, tabelas e gráficos – verdadeiros e falsos – acerca da Covid-19. Não à toa,

A quantificação da pandemia em seus diversos aspectos nos informava constantemente sobre o alastramento e tentativas de controle do novo vírus, fazendo saltar aos olhos as diferenças regionais e nacionais de um mundo marcado por desigualdades. Diariamente passamos a ouvir falar sobre a “curva” de casos, sobre subnotificações, sobre as taxas de vacinação, sobre as porcentagens de casos graves e hospitalizações (Maricato; Richter, 2021, p. 242).

Tal cenário era global. Mas, no contexto do Brasil, havia um outro agravante: os conflitos nos discursos do governo federal, por sua vez, negacionista e na tentativa de se eximir de qualquer responsabilidade sobre a crise sanitária que matou mais de 700 mil brasileiros –, e os governos estaduais, imprensa e instituições científicas – dedicados, em sua maioria, ao incentivo às medidas de distanciamento social, uso de máscara, ampliação de medidas protetivas e preventivas, bem como ao apoio ao investimento na compra e produção de vacinas.

De tal modo, as disparidades e a crise política representaram impactos preocupantes na produção de dados estatísticos e informacionais, sobretudo diante da centralização e/ou ocultação de informações oficiais por parte do Executivo. Isso porque os números, como os apresentados no painel *Coronavírus Brasil*, constituem instrumento ou linguagem que performam a realidade à qual almejam estabilizar, a partir dos quais é possível explicitar, ou não, determinado fenômeno. Assim, é importante considerar que não apenas os números são politicamente compostos e arranjados, mas também a política é numericamente feita e disputada (Desrosières, 1998; Rose, 1999 *apud* Maricato; Richter, 2021, p. 246).

Assim, compreende-se, a partir deste levantamento, como a desinformação tornou-se um mecanismo a serviço de projetos políticos antidemocráticos que endossam o cenário de polarização no Brasil e, por ele, também são endossados. Ou seja, a desinformação nasce da polarização, assim como a polarização é retroalimentada pela desinformação.

Além disso, mesmo sem ser, de modo concreto, a razão principal, a *desinfodemia*, certamente, contribuiu para as mais de 700 mil mortes por Covid-19 no País e pelo montante de 37,6 milhões de casos acumulados, ao longo de dois anos de pandemia – números que colocaram o Estado brasileiro no 2º lugar do ranking de óbitos em todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e o 3º em casos acumulados, no levantamento da Organização Mundial da Saúde (2022).

Se os dados podem ser transformados em informação, principalmente, pela capacidade de produzir conhecimento no receptor, a desinformação, por sua vez, impossibilita a construção do conhecimento e, de tal forma, a tomada de consciência do indivíduo, em questões micro, e da sociedade, no plano macro. Assim, ao identificarmos uma sucessão de medidas de agentes públicos fundamentadas em notícias falsas,

distorcidas ou fora de contexto, propositalmente, consideramos que a desinformação é, antes de tudo, uma prática política que atende a interesses específicos no tecido social e que se perpetua, também, seja por *dis* ou *mis-information*.

Quando o fenômeno da desinformação encontra no ambiente digital um amplificador – seja pelo potencial de propagação exponencial de informações falsas, seja pela capacidade de mobilizar indivíduos e viabilizar seu ativismo em prol de diferentes causas, ou pela ampla possibilidade (e baixo controle) de produção de *bots* e contas falsas que simulam posicionamentos e indivíduos e, assim, pautam as principais discussões da população –, nota-se um grave problema de ordem social. Mas, quando essa mesma estrutura é utilizada em um contexto pandêmico inédito e se coloca como um obstáculo à contenção da Covid-19, além de um problema, ela passa a ser protagonista na construção da história de um país, cujos danos podem ser irreparáveis.

3 DISCURSO E RETÓRICA POLÍTICA NA PANDEMIA DA COVID-19

3.1 DISCURSO E RETÓRICA

Em aula ministrada no *Còllege de France*, em 1970, e transcrita na obra *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996) faz um questionamento – ou melhor, uma provocação – que é o cerne das discussões deste capítulo: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1996, p. 8). Antes de discorrer sobre o tema, o filósofo francês inquieta o leitor ao destacar que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8-9). Assim, se percebe uma evidente reflexão centrada nos meandros que sistematizam o processo articulador dos mecanismos de operacionalização do discurso.

O filósofo traz à luz a intrínseca relação entre o discurso e duas áreas nucleares das interações humanas: a sexualidade e a política – mais especificamente o desejo e o poder. Sendo que “o poder é o grande afrodisíaco”, como certa vez afirmou o lendário e controverso político e diplomata Henry Kissinger, quando ainda era Secretário de Estado dos Estados Unidos, durante os anos de 1973–1977 (Simon, 2014). Então, entende-se que o poder não compreende o discurso como uma manifestação ou ocultação do desejo, mas como o seu próprio objeto. Do mesmo modo, não enxerga no discurso a tradução das relações de poder, mas o próprio poder ao qual busca-se uma apropriação. Portanto, a partir dessa lógica, quem domina o discurso também domina os mecanismos de poder e os corpos, bem como atua na construção de verdades, por meio de coerções. Mais que isso: cada sociedade produz suas próprias verdades, ao delimitar, por exemplo, o que pode ou não ser dito, quem está apto a dizê-lo e ao definir sua vontade de saber, com base naquilo que a abordagem foucaultiana entende por procedimentos de interdição, segregação e vontade de verdade.

A interdição associa o discurso ao desejo de poder, o que determina que algumas palavras não podem ser ditas, ou apenas podem ser proferidas por determinados grupos que têm o direito exclusivo a certas práticas discursivas e, até ritualísticas, num determinado campo discursivo. A segregação diz respeito aos silêncios impostos pela sociedade, seja na forma de censura ou da imposição do que é moralmente aceito ou não. Por fim, a vontade de verdade que abarca os outros procedimentos, visto que em Foucault inexistem uma verdade em si, não há uma essência (Mello; Valentim, 2021, p. 31).

Nessa perspectiva, é importante considerar o discurso como um elemento semântico, visto que “[...] é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes. A palavra discurso tem em si a ideia de percurso de movimento, o objeto da análise do discurso é estudar a língua em função de sentido” (AZEVEDO, 2013, p. 155). De tal modo, o discurso leva significado para a palavra, embutindo-lhe de textualidade, de realidade significativa, como defende Orlandi (2008). E, como produtora de sentidos para os sujeitos, “a linguagem não é, ela está” (Mira *et al.*, 2021, p. 4).

Assim, entende-se que a linguagem é dinâmica e altamente flexível às interferências variadas de processos sociais específicos, incluindo as dimensões políticas. Santaella (2005, p. 28) reconhece a interferência histórica e cultural das tecnologias e afirma que “além de crescerem na medida exata em que cada novo veículo ou meio é inventado, as linguagens também crescem através do casamento entre meios”. Com isso, fica suscetível para mudanças que agreguem incorporações de novos elementos ou sentidos estruturantes em seus repertórios linguísticos. No entanto, esse processo pode assentir viés instrumental, consciente ou inconscientemente, na formulação de enunciados para se elaborar mecanismos tácitos ou explícitos visando a construção de discurso.

Para Foucault (2008, p. 112) há coexistência enunciativa entre a intenção dos significados e as construções gramaticais que entrelaçam aspectos fundamentais do discurso ocasionando “[...] as relações lógicas entre proposições, as relações metalinguísticas entre uma linguagem-objeto e aquela que lhe define as regras, as relações retóricas entre grupos (ou elementos) de frases”. É pela estruturação do discurso que linguagem tem conotação política para determinar “[...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2008, p. 136-137). Tão logo, é compreensível que a lógica discursiva nunca preza pela neutralidade ou isenção, requerendo interpretações sistemáticas do contexto. Pois, os meandros do discurso requerem a análise pormenorizada das “[...] relações sem que se tome por tema o próprio campo enunciativo, isto é, o domínio de coexistência em que se exerce a função enunciativa” (Foucault, 2008, p. 112). Afinal, o discurso tem uma finalidade comprometida com o engajamento determinado nem sempre aparente que repercute na linguagem articulando “[...] regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização [...]” (Foucault, 2008, p. 136-137)

Dentro dessa lógica, atravessam o tecido social, transitam por todas as instituições e, “com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam” (Ferreira; Traversini, 2013, p. 210), a partir da posição de quem os profere. Sobre isso, Stolz (2008, p. 160) enfatiza:

Quem diz, sempre o faz a partir de um lugar e uma intenção. Neste sentido, é importante que se tenha em mente a historicidade do discurso, a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer, através dele, como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, ato de força.

Em outras palavras, o discurso é “um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sociohistórico que o produziu” (Gregolin, 1995, p. 17), ou seja, traz sentidos para o texto, alimenta-o, a partir do ponto de vista do sujeito da enunciação.

Mas não só isso, pois ele também está relacionado ao receptor, ao seu destino final, de modo que “todo discurso se funda sobre uma dada condição de produção que determina o modo e a forma como ele se constitui, entrando em jogo, as posições-sujeito de quem enuncia, assim como as posições-sujeito para quem o discurso está dirigido” (Coutinho, 2018, p. 239). Por isso, apresenta tamanha implicação nas relações de poder e deve ser analisado, também, diante das condições sociais e históricas sob as quais é formulado e projetado.

Foucault (2008, p. 124) oportunamente encadeia uma reflexão em que:

Sabemos – e, talvez, desde que os homens falam – que as coisas, muitas vezes, são ditas umas pelas outras; que uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes; que um sentido manifesto, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo, esotérico ou profético, que uma decifração mais sutil ou apenas a erosão do tempo acabarão por descobrir; que sob uma formulação visível pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim, que, de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas.

Identifica-se, portanto, que, para Foucault, “a questão do discurso ultrapassa o paradigma linguístico alertando que todo discurso reflete uma prática própria” (Moraes; Lima; Caprioli, 2016, p. 76), de natureza ideológica. Isso significa pensar no discurso como agente de representação cultural, em construção e regido sob as relações de poder que circundam as diferentes esferas da sociedade.

A partir desta compreensão acerca do discurso, torna-se necessário fixar mira sobre a retórica, do grego *Rhethorikê*, que significa *a arte do bem falar* – por isso, mais focada na persuasão do ouvinte. A técnica foi sistematizada por Aristóteles, na Grécia Antiga, para o qual a retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, 2005, p. 95). Com isso, se percebe uma dimensão intencional da linguagem caracterizada pelo desenvolvimento perspicaz de atributos que formam a oratória para qualificar a construção de elementos retóricos. Trata-se de um processo comunicacional e envolvente da expressão humana. Assim:

A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar (Aristóteles, 2005, p. 89).

Nesta perspectiva, o filósofo grego defende que há provas de persuasão inartísticas e outras artísticas – sendo as primeiras aquelas não produzidas pelo indivíduo, porque já existiam (por exemplo, os testemunhos), e as segundas aquelas que podem ser produzidas. Portanto, as inartísticas são utilizadas, enquanto as artísticas, inventadas.

Para Aristóteles, existem três espécies de provas de persuasão: pelo caráter moral; pela disponibilidade do ouvinte; e pelo discurso. Vejamos:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador. [...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. [...] Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular (Aristóteles, 2005, p. 96-97).

Contudo, apesar de a retórica estar centrada na persuasão e, portanto, no ato de levar o receptor do discurso a acreditar em algo, “só se efetiva o caráter retórico se a persuasão se faz sem a ocorrência de mecanismos coercitivos. Assim, a retórica consiste em efetivar-se um discurso convincente em que o sujeito ‘convencido’ não coloque em dúvida a legitimidade do processo” (Reis, 1999, p. 146).

Nota-se, então, que entre as premissas da retórica aristotélica está a persuasão da plateia de que sua causa é a mais verossímil, ainda que não seja verdadeira (Santos;

Santee, 2010), despertando, sobretudo, emoção no receptor e confiança sobre o orador. Assim, “os sujeitos sobre os quais o discurso tem a pretensão de atuar não estão descolados de uma perspectiva da realidade, motivo pelo qual o exercício retórico compreende, conforme proposto por Cícero, os seguintes elementos: *docere, delectare e movere*” (REIS, 1999, p. 147). Em outras palavras, o discurso retórico, para garantir sua efetividade, precisa instruir, agradar e comover.

E, por se tratar da busca pelo convencimento, Aristóteles defende que melhor se apropriaria da retórica aquele que, em seu discurso, souber fazer melhor uso dos silogismos, das inferências baseadas em deduções. Assim, a retórica, por exemplo, “transfere o sentido de uma palavra para outra ao igualá-las, com isso, a figura concilia o contraditório” (Santos; Santee, 2010, p. 18). E é sobre essa característica que nos aprofundaremos, no item 3.3, ao tratarmos da retórica bélica, ou seja, da adoção de termos de guerra, em contexto não bélico.

3.2 A REPERCUSSÃO DOS DISCURSOS POLÍTICOS DA COVID-19

Na obra *A condição humana*, a filósofa alemã Hannah Arendt, ao abordar as três atividades que constituem a vida humana – trabalho, labor e ação, sendo essa última referente à política, à vida pública – destaca que o poder não existe por si só, é sempre um potencial de poder, de modo que se apresenta suscetível às variantes impostas pelo lugar e pelo momento histórico, não sendo imutável ou mensurável. Para ela, “enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Arendt, 2007, p. 212).

Nos últimos três anos, com o advento da pandemia da Covid-19, as escolhas de narrativas discursivas de enfrentamento à crise sanitária pelas autoridades mundiais foram, também, modelos de exercício de poder, a partir de estratégias não apenas de políticas públicas de saúde, mas de posicionamentos geopolíticos e ideológicos. Enquanto o vírus alastrava-se por todos os continentes, os líderes políticos adotavam medidas e discursos divergentes, diante de suas próprias estruturas de Estado, bem como de seus estilos de liderança.

O Estado não é seu líder, mas seu líder representa o Estado. E, dentro desse contexto, deve-se considerar, antes de fazer qualquer mapeamento acerca dos discursos políticos:

[...] O monopólio da coerção jaz nominalmente no Estado. Por esta razão se ambiciona a conquista de posições dentro da estrutura do Estado, pretende-se conquistar o “governo”: para usar, dentro das limitações inevitáveis, o poder decisório e coercitivo do Estado com a finalidade de satisfazer interesses, ou realizar aquilo que se considera certo. É claro que, se é o Estado que detém a posição formal de poder, é necessário que vejamos, como temos aprendido a ver, quem está “por trás do Estado”, quem ele representa basicamente (Ribeiro, 2010, p. 175).

Nesta perspectiva, conforme Jesus e Barros (2021), recuperando o pensamento de Arendt, nos discursos políticos, os atores buscam fortalecer vínculos eleitorais e contratos ideológicos com seus apoiadores. E, assim, “diante dos cenários de pluralidade ideológica no campo político, multiplicam-se as verdades hermenêuticas, levando representantes e representados a contínuas disputas em torno desses regimes de verdade” (Jesus; Barros, 2021, p. 278).

Para Sondermann (2013), os discursos políticos situam-se na margem entre a vida política e a cena de representação das forças políticas. No contexto pandêmico, esse panorama reflete, sobretudo, uma disputa discursiva, em meio a uma crise hegemônica, visto que:

Alterando a normalidade estabelecida pelas relações de poder dominantes, a pandemia da Covid-19 enquanto *acontecimento* expõe e agrava as desigualdades. Ofusca o papel redentor do mercado no imaginário hegemônico. Abre espaços para a importância da solidariedade na sociedade. Ressuscita demandas e expectativas sobre o Estado. Coloca em suspense a hegemonia, criando espaços para a disputa política de discursos em nível nacional e internacional (Grupo de Pesquisa Discurso, 2020, *não paginado*).

Inclusive, para Gerbaudo (2023), a pandemia da Covid-19 e a crise energética mundial apontam para um declínio do neoliberalismo e a ascensão de um neoestatismo, fato que leva a mudanças nos limites dos discursos políticos, devido à necessidade, cada vez maior, da intervenção do Estado enquanto agente norteador. Para o sociólogo italiano, enquanto a Era neoliberal apontava para o mercado como ator condutor para a prosperidade, hoje, chega-se à conclusão de que o Estado nunca desempenhou papel secundário, ao contrário.

Segundo Gerbaudo (2023, p. 16), o que existe é:

O Estado como controlador e arquiteto, o Estado como protetor da sociedade e defensor das garantias coletivas. O Estado não como um construto exagerado, como uma protuberância da sociedade civil, como ente paternalista, ou como ‘tetras’ em que os corruptos mamam. Mas sim o Estado como pivô de uma formação social, um alicerce necessário de cuja eficiência a habilitação da economia privada, ao fim e ao cabo, também depende.

Para o sociólogo, essa transição é caracterizada como *O Grande Recuo* da globalização neoliberal, na qual há uma contração da economia, uma retração popular em suas casas – devido às ondas de quarentenas e *lockdowns* – e uma intervenção estatal cada vez maior – seja para governos de esquerda, de direita ou de centro –, diante da necessidade coletiva de lidar com as condições básicas de existência da sociedade. Por isso, diante dessa nova configuração, ele destaca que, agora, “o discurso político, *tematicamente*, está organizado em torno da pergunta ‘o que devemos fazer com o Estado?’, e não ‘o que podemos esperar do mercado?’” (Gerbaudo, 2023, p. 18).

Assim, o que disseram os chefes de Estado mundiais no enfrentamento à pandemia? E quais impactos tiveram seus discursos na condução da crise sanitária? O cenário pandêmico evidenciou duas frentes narrativas, demarcadas pelas próprias divergências entre governos progressistas e conservadores, democráticos e autoritários, pró-indivíduo e pró-mercado.

A pandemia coloca frente a frente duas estratégias biopolíticas de gestão da epidemia. Uma que aposta nas solidariedades coletivas e na defesa do direito à vida, direito à saúde, direito a uma morte digna, ciente de que só poderemos recuperar nossa economia já debilitada se aceitamos cuidar-nos entre todos. Outra que reforça e reivindica a lógica neoliberal centrada na ideia de assumir os próprios riscos e expor as populações à morte (Caponi; Brzozowski; Hellmann; Bittencourt, 2021, p. 97)

Em levantamento publicado na *Folha de São Paulo*, durante a primeira onda da Covid-19 no mundo, em março de 2020, Rafael Balago apresenta um panorama acerca da reação de 14 líderes de governo diante da problemática. Abaixo, destaca-se, por país, o panorama apresentado na reportagem de Balago (2020):

- **Estados Unidos:** presença de contradições, autoritarismo e xenofobia nos discursos de Donald Trump. Inicialmente, o presidente estadunidense minimizou a doença e alegou que a gripe comum seria mais letal, mas logo voltou atrás, com medidas mais rígidas, um decreto de estado de emergência e o veto de voos europeus. Ele ainda classificou a Covid-19 como uma doença estrangeira (chinesa, especificamente), desacreditou cientistas e pediu para a população não estocar alimentos;

- **China:** nomeou Li Keqiang como porta-voz das medidas contra a Covid-19, mas, com a redução de casos no país, Xi Jinping tenta criar uma imagem de líder que sanou o problema;
- **Hungria:** Viktor Orbán atacou a imigração e também classificou a Covid-19 como uma doença estrangeira, postura vista pela comunidade internacional como um ato claro de xenofobia. Direcionou os ataques aos estudantes iranianos que vivem no país e fechou fronteiras, assim como bares e restaurantes;
- **Irã:** Ali Khamenei disse que o vírus poderia ser parte de um ataque biológico contra o país, solicitou que a população seguisse as orientações do Ministério da Saúde, fechou instituições de ensino e soltou presidiários, na tentativa de reduzir a contaminação;
- **Itália:** Giuseppe Conte foi um dos primeiros líderes europeus a adotar medidas mais impositivas, com restrição de circulação no país e cancelamento de eventos. Enviou recursos adicionais para o sistema de saúde, bem como abonos e indenizações. Além disso, viabilizou benefício de 80% do salário dos trabalhadores que tiveram suas atividades suspensas;
- **França:** Emmanuel Macron questionou o fechamento de fronteiras e liderou a negociação de medidas da União Europeia para o controle do avanço da doença no continente. Sob sua liderança, o país vetou o funcionamento de bares e restaurantes, bem como suspendeu as eleições;
- **Espanha:** O premiê Pedro Sánchez determinou quarentena de 15 dias e fechou acordo com a oposição para as medidas de combate à doença. Não vetou atos nas ruas, no 08 de Março (Dia Internacional da Mulher), e manteve fronteiras abertas;
- **Alemanha:** Angela Merkel, chanceler do país, deu declarações fortes sobre a doença, alertou para a contaminação de dois terços da população e fechou fronteiras;
- **Reino Unido:** O primeiro-ministro Boris Johnson manteve escolas abertas, assim como liberou eventos públicos, no primeiro momento. Em seguida, voltou atrás, pediu que os britânicos evitassem sair de casa e optassem pelo trabalho remoto;
- **Rússia:** Vladimir Putin fechou as fronteiras com a China, forçou a baixa no preço do petróleo e aprovou medida para seguir no poder até 2036;

- **Argentina:** Alberto Fernández, presidente argentino, fechou fronteiras e suspendeu as aulas, mas deixou as escolas abertas para os alunos que não tinham onde ficar. Manteve os jogos de futebol, com portões fechados, como alternativa de lazer pela TV;
- **Chile:** Sebastián Piñera fechou as escolas e vetou a entrada de cruzeiros no país;
- **Coreia do Sul:** Moon Jae-in, presidente sul-coreano, afirmou que a doença iria desaparecer e que não era necessário a população usar máscaras. Foi criticado por lidar mal com a pandemia e teve seu nome associado à possibilidade de *impeachment*. Depois, declarou guerra ao vírus e prometeu US\$ 25 bilhões de investimentos no combate à doença;
- **Japão:** Shinzo Abe, premiê do país, disse, inicialmente, não ter intenção de declarar estado de emergência e que o país seguia preparado para as Olimpíadas, em julho. Ao final, o maior evento desportivo mundial foi adiado para julho de 2021;
- **Nova Zelândia:** Jacinda Ardern, primeira ministra do país, lançou a mensagem *stay strong, stay home and be kind* (seja forte, fique em casa e seja gentil) e foi considerada uma das líderes mundiais mais engajadas no enfrentamento da pandemia e no respeito às instituições científicas.

Pereira (2021), por sua vez, em matéria intitulada *Além de Bolsonaro, conheça outros presidentes com posturas negacionistas durante a pandemia*, publicada no Portal *O Povo*, em 30 de março de 2021, também faz um panorama com outros atores políticos alinhados ao negacionismo da Covid-19: Andrés Obrador, no México; John Magufuli, na Tanzânia; Gurbanguly Berdymukhamedov, no Turcomenistão; Kim Jong Un, na Coreia do Norte; e Nicolás Maduro, na Venezuela. No levantamento, o jornalista apresenta o seguinte panorama:

- **México:** Andrés López Obrador, presidente mexicano, adotou comportamento contraditório, com mescla entre posturas contrárias às recomendações da OMS e outras de apoio às orientações médicas. No início da pandemia, inclusive, recomendou à população “seguir a vida normalmente”. Também não foi um entusiasta do uso de máscaras;

- **Tanzânia:** o presidente John Magufuli declarou que Deus e a inalação protegeriam a população, assim como o país estava livre da contaminação, devido às orações. O líder político faleceu em meio à pandemia, com um cortejo marcado por aglomerações e pelo não uso de máscaras;
- **Turcomenistão:** Até a data da reportagem, o país não havia declarado nenhum caso da doença à OMS, apesar de denúncias de grupos de direitos humanos, o que reflete o próprio sistema político de um Estado secreto e autoritário. De acordo com o texto, Relatório Mundial 2021 da HRW [*Human Rights Watch*] acusou o governo turcomano pelos seguintes feitos: “[...] ter ‘negado de forma imprudente e mal administrada a epidemia de Covid-19 dentro do país’ e ‘coagido’ os profissionais de saúde ao silêncio sobre a propagação do vírus” (PEREIRA, 2021, *não paginado*);
- **Coreia do Norte:** Kim Jong Un, líder norte-coreano, apareceu em público, diversas vezes, sem o uso de máscara e sua gestão também foi acusada pela imprecisão de dados, bem como ausência de atualizações dos números no país. Também cortou quase todo o comércio com o governo chinês;
- **Venezuela:** Apesar de decretar *lockdown* e realizar uma campanha de vacinação, Maduro anunciou a distribuição em massa de um remédio “milagroso”, o *Carvativir*, sem eficácia comprovada contra a Covid-19 – fato que levou o *Facebook* a suspender a conta do venezuelano, pela prática de desinformação.

3.2.1 O Negacionismo à Brasileira

No Brasil, um levantamento da *BBC News* (2020) reuniu, também na primeira onda da Covid-19 no país, uma série de pronunciamentos de Jair Bolsonaro acerca da doença. Entre as falas relacionadas à crise sanitária, destacam-se: “superdimensionado”, “gripezinha”, “vamos todos morrer um dia”, “e daí?”, “cobre do seu governador” e “não precisa entrar em pânico” – todas elas minimizando a gravidade do problema e em divergência com as autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Os discursos de Bolsonaro somaram-se ao de uma parcela de líderes negacionistas, cujos países enfrentaram recordes de contaminações por Covid-19, como os Estados Unidos de Donald Trump, que chegou ao primeiro lugar do ranking mundial

de óbitos, com 1,1 milhão de mortes, seguido pelo próprio Brasil, conforme o último relatório da OMS (2023).

A Figura 2 demonstra os registros de controle e acompanhamentos de dados da OMS a respeito dos óbitos mais expressivos em países com maior número de incidências fatais ocasionadas pela Covid-19.

Figura 2 – Dashboard da OMS, com ranking de óbitos por país



Fonte: OMS (2023).

Em matéria para o *El País*, no dia 07 de julho de 2020, a jornalista Ángeles Lucas descreve as semelhanças entre os dois presidentes, diante da pandemia:

Donald Trump, que ainda se recusa a usar máscara em público, apesar de governar o país que lidera o número mundial de mortos, com 130.000 (quase um em cada quatro no mundo), [...] é seguido por seu colega do Brasil, Jair Bolsonaro, que na terça-feira deu positivo para Covid-19 e caminha nos mercados sem respeitar a distância social em um país que acumula mais de 66.000 vítimas mortais, segundo dados do Ministério da Saúde. [...] Ambos os líderes minimizaram a doença, ignoraram os dados, zombaram da ciência e das instituições e ignoraram as experiências vividas em outras latitudes. (Lucas, 2020, não paginado).

O grupo de líderes que encabeçou os discursos negacionistas, apelidado de *Aliança de Avestruz*, pelo analista político e professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel, engloba Bolsonaro, no Brasil; Alexander Lukashenko, da Bielorrússia; Gurbanguly Berdymukhamedov, do Turcomenistão; e Daniel Ortega, da Nicarágua. O termo ganhou alcance internacional, a partir da publicação da reportagem *The 'Ostrich Alliance': the leaders denying the coronavirus*

threat – em português, *A Aliança de Avestruz: os líderes que negam a ameaça do coronavírus* –, pelo jornal britânico *Financial Times*, em 16 de abril de 2020. Na publicação, o veículo descreve a nomenclatura como uma “referência ao mito de que o grande pássaro enterra a cabeça na areia diante do perigo” (Schipani; Foy; Webber; Seddon, 2020, *não paginado*).

Identifica-se, entre eles, também, as semelhanças advindas do discurso conservador, que “[...] se opõe, ao mesmo tempo, aos enunciados científicos e aos direitos humanos, pois considera que ambos representam uma ameaça aos valores tradicionais (o nacionalismo, a misoginia, o desrespeito aos direitos das minorias)” (Caponi; Brzozowski; Hellmann; Bittencourt, 2021, p. 82).



Fonte: SCHIPANI; FOY; WEBBER; SEDDON, 2020, *não paginado*.

Balizados pela desinformação, pelo negacionismo à ciência e pela minimização da problemática sanitária, tais discursos reforçaram a defesa pelo uso irracional de medicamentos sem evidência científica de combate à Covid-19, bem como pelo descumprimento às práticas de isolamento social.

Sobre isso, Marques e Raimundo (2021) destacam:

O discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Nesse sentido, vale-se de versões discursivas fragmentadas e anacrônicas para alavancar o antagonismo a fim de explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo, pondo o senso comum, na maioria das vezes, como argumento de igual valor para contradizer o conhecimento científico (Marques; Raimundo, 2021, p. 68).

Segundo os autores, no Brasil, o movimento cresceu sob a influência de Bolsonaro, tendo como pano de fundo o uso da mentira, de forma sistemática, por meio, principalmente, das plataformas digitais. Dessa forma, o ex-presidente tornou-se um porta-voz do negacionismo, ao propagar conspirações sobre a origem do vírus, sua cura, uma possível “ameaça” comunista, uma nova ordem mundial, alterações genéticas, movimento antivacina, introdução de microchips e espionagem (Marques; Raimundo, 2021).

Esse panorama corrobora com as cinco características de processos negacionistas de Diethelm e Mckee, recuperadas por Caponi; Brzozowski; Hellmann e Bittencourt (2021): conspirações; falsos especialistas; seletividade; expectativas impossíveis para pesquisa; e deturpações. Por meio desses elementos, “a equiparação de argumentos racionais ou de estudos científicos com opiniões sem fundamento contribui para negar a realidade dolorosa dos fatos, seja a desigualdade social, o racismo ou a pandemia, e silenciar os sofrimentos cotidianos, muitas vezes evitáveis” (Caponi; Brzozowski; Hellmann; Bittencourt, 2021, p. 81).

No caso do negacionismo à brasileira, é possível identificar, ainda, algumas particularidades:

As posições do presidente e de diversos porta-vozes do governo federal, que desde o início da pandemia buscam minimizar sua gravidade; as pressões de diferentes setores econômicos pela reabertura das cidades e pelo fim do isolamento; a insuficiência das medidas de proteção aos trabalhadores ante à pandemia. Esses e outros fatores influenciaram sem dúvida o crescimento das teorias negacionistas, fazendo coro ao apelo de parte da população por uma ‘volta à normalidade’ (Morel, 2021, p. 3).

Esse discurso assume-se incorporado à extrema-direita brasileira, também na tentativa de desemparelhar o sistema público de saúde, isso porque “o negacionismo passa a ter uma expressão nunca antes vista na história, ganhando mais força inclusive no âmbito das próprias políticas públicas. A consequência mais perversa dessa equação é a intensificação de uma política de morte voltada para grupos mais vulnerabilizados” (Morel, 2021, p. 4). Portanto, o negacionismo caminha entrelaçado à necropolítica, com impactos ainda maiores entre as minorias, sobretudo pobres, negros, indígenas, mulheres e idosos.

4 COMUNICAÇÃO DE MASSA E IDEOLOGIA NO CONTEXTO PANDÊMICO

4.1 A COMUNICAÇÃO DE MASSA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

O homem, como ser social, precisa de seus semelhantes para viver. E manter-se integrado a eles exige, principalmente, a transmissão e o recebimento de pensamentos, emoções e informações. Portanto, a comunicação torna-se fundamental para que se estabeleça uma cooperação com seus iguais. Isoladamente, as palavras não dizem nada por si só – tratam-se de símbolos e representações, que ganham amplitude quando lhes são atribuídos sentidos.

E é essa dinâmica que confere a essência do “comunicar”, visto que a Comunicação é:

Entendida como algo que um indivíduo concebe, codifica e emite intencionalmente para obter de outrem uma reação, estabelecendo-se entre ambos um intercâmbio de sentimentos e ideias orientadoras de sua conduta em determinada situação - é, por natureza, um fenômeno dinâmico, uma vez que exige dos seus agentes uma permanente atividade psicossocial, no sentido de se adaptarem às mudanças que aquele algo, a mensagem, opera no ambiente (Beltrão, 2016a, p. 19).

De tal forma, identifica-se, também, a relevância da comunicação no processo informacional, a partir do modo como a informação é estocada, codificada e decodificada. Principalmente, quando se leva em consideração que a informação é o elemento de transmissão (Mendonça; Ramos, 2018), no processo de significação, no qual a comunicação permite que uma mensagem ganhe significância em outro indivíduo, quando comunicada, ou seja, transmitida. Assim, a “informação estará acessível aos contemporâneos, pessoas de uma mesma época, por meio da comunicação” (Mendonça; Ramos, 2018, p. 35).

No entanto, como apresenta Fearing (1987), no processo comunicacional, o produtor do signo-símbolo sempre formula suposições a partir do outro que irá receber a mensagem, ao qual tenta se dirigir. Assim, “nesse caráter compartilhado das respostas repousa o seu ‘significado’. Nenhuma comunicação ou significado socializado poderá existir sem que haja esse processo compartilhado através da mediação de certos estímulos chamados signos ou símbolos” (Fearing, 1987, p. 59). Diante dessa dinâmica, o autor ressalta que há uma grande variação de possibilidades de reações para cada estímulo, condicionadas às questões culturais e de personalidade de cada indivíduo.

Essa particularidade, por sua vez, joga luz sobre outra reflexão proposta por ele: comunicação não é apenas transmissão de ideias, informação ou outras unidades de significação (Fearing, 1987). Imaginá-la assim, seria pensar numa recepção intacta ou, quando não, afetada somente por uma interferência, de ordem técnica e não de assimilação. Sobre isso, o autor explica:

[...] Pressupõe uma relação linear, unidirecional, entre o comunicador e o receptor, somente sujeita a interferências ou perturbações análogas àquelas imperfeições mecânicas que perturbariam ou distorceriam uma comunicação pelo sistema telefônico. [...] Na realidade, o comunicador e o receptor são interdependentes. Trata-se de uma relação bidirecional que não pode ser entendida adequadamente em termos de simples analogias tomadas à engenharia ou à mecânica. É uma relação puramente humana, da qual emerge toda a civilização e a cultura e sem a qual o homem, tal qual o conhecemos, não poderia sobreviver (Fearing, 1987, p. 59).

Segundo Miranda e Lopes (2017), a comunicação é da ordem do *fazer, saber fazer e saber sobre o fazer*. Mas, dentro desse escopo, no que consiste e como opera a comunicação de massa? Antes de trazer sua conceituação, Beltrão (2016b) aponta para uma diferença importante: esse gênero não deve ser confundido com os meios ou veículos de ampla divulgação. Sobre isso, ele explica:

Nem sempre aquilo que é impresso, irradiado, teledifundido ou fixado em películas cinematográficas constitui comunicação de massa que, segundo Maletzke, tem no seu destinatário - “públicos grandes, heterogêneos e dispersos” - uma das características fundamentais (Beltrão, 2016b, p. 87).

Feita essa separação, a Comunicação de Massa consiste no “processo industrializado de produção e distribuição oportuna de mensagens culturais, em códigos de acesso e domínio coletivo, por meio de veículos mecânicos, aos vastos públicos que constituem a massa social” (Beltrão, 2016b, p. 87). Enquanto, por massa, compreende-se:

Escolhemos o termo *massa* para indicar um grupo coletivo elementar e espontâneo, em muitos aspectos semelhante à multidão, e fundamentalmente diferente em outros sentidos. A *massa*, como por exemplo, aqueles que se agitam com um acontecimento nacional, os que tomam parte no surto de uma nação, os interessados pelo julgamento de um crime divulgado pela imprensa ou aqueles que participam de uma grande migração (Blumer, 1987, p. 177).

Do ponto de vista histórico, mais uma vez, retoma-se às relações entre os processos comunicacionais e informacionais, visto que o autor destaca como esse gênero de comunicação se expande a partir do aumento do fluxo e da busca de informação pela população em geral, por meio da ascensão da classe média, no século XVIII, na Inglaterra

– de modo que os conteúdos produzidos já não estavam mais limitados às classes privilegiadas (Beltrão, 2016b).

Esse interesse implica, ainda, no aumento da produção, no seu barateamento e na mercantilização dos meios de comunicação. Sobretudo, como aponta Beltrão (2016b), a partir da Revolução Industrial, com a migração de milhares de trabalhadores analfabetos para os centros fabris, tornando necessárias tecnologias de recursos audiovisuais, como rádio, televisão e cinema, para atender às demandas desses segmentos.

Mas cabe notar que, mesmo neste contexto, a mediação também se faz presente. Segundo Klapper (1987), nesta dinâmica, a comunicação de massa pode ser a colaboradora, mas não o elemento causal do reforço ou da mudança de efeitos na audiência. Dentro daquilo que o autor pontua como generalizações da comunicação de massa, ele destaca: i) não atua como causa necessária dos efeitos da audiência, mas entre e por meio de fatores e influências mediadoras; ii) tais fatores fazem da comunicação de massa um agente colaborador, não a causa única para o reforço de condições existentes; iii) quando a comunicação de massa não acarreta em mudança, podem ocorrer duas situações - ou os fatores mediadores são considerados inoperantes e o efeito dos *media*, direto, ou são tidos como elementos responsáveis por impelir no sentido da mudança; iv) há situações residuais nas quais a comunicação de massa descarrega efeitos diretos; v) a eficácia da comunicação de massa está afetada por vários aspectos dos próprios *media*, ou pela situação da comunicação (Klapper, 1987).

Identifica-se no pensamento de Klapper (1987) os efeitos da comunicação de massa sobre o gosto da audiência, seja por meio de reforço ou de mudanças. Sobre o primeiro, ele discorre:

De há muito se sabe que os *media* não parecem determinar os gostos, mas sim serem usados em conformidade com os gostos, já determinados por outra via. O membro típico de audiência seleciona, entre as variedades que o meio oferece, aquelas mercadorias que estão de acordo com seus gostos existentes e de maneira característica evita a exposição de outros tipos de material. Seus gostos existentes, por outro lado, parecem em grande medida derivar de seus gostos primários, secundários e de referência. [...] Qualquer que seja sua origem, eles intervêm entre o membro de audiência e o vasto rol de ofertas dos meios de comunicação, e entre o conteúdo específico e sua interpretação do mesmo. [...] Formulado de outro modo já familiar, os efeitos da comunicação de massa são mediatizados e os *media* servem como agentes que contribuem para o reforço (Klapper, 1987, p. 168).

Na contemporaneidade, essa dinâmica também é perceptível nas mídias sociais digitais, por meio de uma dinâmica de algoritmos baseada na preferência dos indivíduos por determinados conteúdos – o que, anteriormente, já pontuamos, inclusive, como reforçador das polarizações políticas em todo o mundo.

Esse entendimento, no entanto, é mais previsível para a perspectiva abordada acima – a do reforço do gosto da audiência. Por isso, também destacamos o que apresenta o autor acerca da atuação da comunicação de massa para as mudanças de gostos dessa mesma audiência.

Em resumo, o desenvolvimento e as mudanças integrais que provocam no gosto são, na perspectiva cultural, inteiramente universais. Nos termos de nosso conjunto de generalizações, isto significa que variáveis mediadoras, tais como a personalidade, as normas culturais e os interesses do grupo de pares, impelem os *media* a funcionarem como agentes que contribuem para as mudanças de gosto (Klapper, 1987, p. 169).

Mais uma vez, nota-se a interferência dos contextos histórico, social, político e cultural, bem como das subjetividades de cada indivíduo, na forma como estabelece o processo informacional mesmo numa comunicação dita de massa – ou seja, compreendida como mais genérica.

Até aqui, apresenta-se um panorama da dinâmica da comunicação de massa. Mas quais seriam as características distintivas do que se compreende por massa? Segundo Blumer (1987), ela é formada por indivíduos de qualquer profissão e de qualquer categoria social; é composta por indivíduos anônimos; há pouca interação ou troca de experiência entre os membros da massa - com o *boom* das plataformas digitais, há de se reconsiderar essa reflexão do autor -; encontram-se fisicamente separados fisicamente; e, uma vez anônimos, têm mais dificuldade para se misturar e de agir de forma integrada, como ocorre com as multidões.

Nesse escopo, o autor considera que a massa é constituída por indivíduos de diversos grupos e culturas locais, cujo objeto de interesse está fora do âmbito de tais culturas. Porém,

O objeto de interesse da massa é aquele em condições de atrair a atenção de pessoas para além de suas culturas locais e de suas esferas de vida, deslocando sua atenção para um universo mental mais amplo, e abrangendo determinados campos que não estão definidos nem envolvidos por regras, regulamentos e expectativas. Neste sentido, a massa pode ser encarada como se fosse composta por indivíduos desvinculados e alienados que enfrentam objetos e áreas da vida interessantes mas também complexos e difíceis de compreender e inserir em

uma visão ordenada. Em consequência, diante de tais objetos, os participantes da massa muito provavelmente ficarão confusos e inseguros em suas ações (Blumer, 1987, p. 178).

Com essa caracterização, Blumer (1987) constata que a massa não possui organização social, um corpo estabelecido ou regras. É, para ele, “constituída por um agregado de indivíduos que se encontram separados, desligados, anônimos e, mesmo assim, formando um grupo homogêneo em termos de comportamento de massa” (BLUMER, 1987, p. 178-179). E, por não possuir esse ordenamento, é espontânea. Por outro lado, o autor destaca que, quando o comportamento dessa massa se organiza enquanto movimento, assume uma postura societária. Isso porque, diferente da sua natureza central, passa a apresentar atitude e consciência de grupo (Blumer, 1987).

Mas Tiburi (2019) faz uma crítica síntese do papel das massas no emaranhado social, diante da formulação de discursos, sobretudo, hegemônicos: “O delírio é das massas, que não têm como saber de si mesmas. A condição de massa implica a inconsciência. Para que a massa funcione como tal, é preciso que cada um dos seus participantes seja capaz de perder os contornos da própria subjetividade” (Tiburi, 2019, p. 47).

4.2 A IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Na obra *O Poder da Ideologia*, Mézaros (2004) reflete sobre a interferência da ideologia no tecido social, ao ressaltar que nossas sociedades estão impregnadas de ideologia. De acordo com o autor, “em nossa cultura liberal-conversadora, o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade’” (Mézaros, 2004, p. 57).

O autor parte da própria concepção marxista de ideologia, sobre a qual Crocco (2009) também discorre: “é definida como representação invertida da realidade, que, ao ocultar seus condicionamentos materiais, apresenta as representações da consciência como princípios explicativos verídicos e definitivos” (Crocco, 2009, p. 1-2).

Uma vez que é socialmente estabelecido, tais sistemas ideológicos têm intencionalidades muito bem determinadas. Conforme discorre o filósofo,

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. [...] Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de algum modo independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (Mészáros, 2004, p. 65).

Além disso, essa consciência delimita os próprios conflitos existentes no seio social, em diferentes períodos da História. Sobre isso, ele destaca:

Uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como *totalizadoras* em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se interrelacionam e até se confrontam, de modo, mais ou menos, aberto, articulando sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (Mészáros, 2004, p. 65).

Em outras palavras, mas seguindo uma lógica semelhante, Eco (2019, p. 23) formula que mesmo com a queda de um regime político ou com críticas e destituição de legitimidade de uma ideologia, “por trás de um regime e de sua ideologia, há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis”, compreendendo que “uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma ‘formação discursiva’ (‘o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade’)” (Gregolin, 1995, p. 17).

Não à toa, Mészáros (2004) destaca que as ideologias são determinadas pela época, em dois sentidos: i) a consciência social prática das sociedades não pode deixar de ser ideológica, devido ao caráter antagônico das estruturas sociais; e ii) na medida em que o caráter específico do conflito social surge do caráter historicamente mutável das práticas produtivas e distributivas da sociedade, coloca-se em destaque novos modelos de desafio ideológico relacionados com o surgimento de meios mais avançados de satisfação das exigências da conjuntura social.

Neste sentido, Crocco (2009) também reflete sobre os impactos dessa dinâmica diante de ideologias hegemônicas:

As ideias da classe dominante, em particular da classe burguesa, apresentam-se como representações definitivas e legítimas, silenciando as contradições sociais e econômicas, produzindo uma universalidade abstrata que tem por função

acomodar os indivíduos frente ao existente e à realidade instituída (Crocco, 2009, p. 2).

Thompson (2011) também o faz, ao apresentar um conceito para Ideologia:

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79).

No entanto, como frutos de uma própria relação social conflituosa, “existem ideologias que, dadas nossas posições éticas ou sociopolíticas, queremos recusar, e outras que estamos prontos a assumir” (Fourez, 1995, p. 190). Neste âmbito, o discurso apresenta-se como um dos aspectos da materialidade ideológica. Para o indivíduo, ele só terá sentido se, nele, for reconhecida uma formação discursiva (Gregolin, 1995). E, sobre os discursos ideológicos, Fourez (1995, p. 179) postula: são “os discursos que se dão a conhecer como uma representação adequada do mundo, mas que possuem mais um caráter de legitimação do que um caráter unicamente descritivo”.

Sendo assim, o autor supracitado, completa:

Considerar-se-á então que uma proposição é ideológica se ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado *motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados*. Dito de outro modo, quando tiver como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo (Fourez, 1995, p. 179).

Tiburi (2019) também reflete sobre a ideologia, a partir do poder sobre a linguagem. A filósofa considera que “as pessoas estão sendo enganadas, mas de uma forma mais especializada. Estão sendo capturadas na construção de uma grande crença que não deve ser questionada. Isso é o que chamamos de ideologia. O cálculo que o poder faz sobre a vida enquanto a vida é linguagem e ação” (Tiburi, 2019, p. 52).

E essa ausência de criticidade sobre discursos preestabelecidos coloca a sociedade contemporânea em duas situações, segundo Tiburi (2019):

Os fanatismos prejudicam a vida do espírito, porque afastam do pensamento sério que deveria garantir a vida do espírito. As pessoas que desistem de ouvir desistem de pensar. São capazes de desistir da filosofia, assim como desistem da política, que seria uma forma da prática a partir da consciência do que se faz. Ao perceber que estão todos malucos, os que se mantêm “não malucos” optarão por não dar conversa, por não fazer parte, por debandar, por desistir da linguagem como objeto que permite compreender e explicar os atos básicos do conhecimento, assim como um dia desistirão da política (Tiburi, 2019, p. 49).

Segundo a filósofa, nesse cenário, aqueles que caíram naquilo que ela considera delírios coletivos “seguem fazendo o que tem que ser feito sem questionamento, seja votar, seja pagar o dízimo, seja ver os programas de televisão, seja xingar os adversários nas redes sociais” (Tiburi, 2019, p. 50).

Logo, essas ideologias corroboram com a estruturação de práticas, comportamentos e manifestações dos indivíduos na sociedade. Exige-se, portanto, pensar nesses indivíduos, ou seja, no público implicado nesse processo e na forma como ele constrói sua opinião em meio ao debate coletivo.

Figueiredo e Cervellini (1995, p. 177 *apud* Stilben, 2021, p. 340) “interpretam a opinião pública como sendo originária ‘do debate público, ou seja, de um processo de discussão coletiva, implícito e explícito’”, a partir de aspectos de pensamentos individuais – típico das massas. Assim, a opinião - mesmo a pública, coletiva – parte das subjetividades do indivíduo, como destaca Arendt (2016, p. 237):

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatural. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica.

Essa análise também é importante para que se tenha uma compreensão ampla dos processos informacionais, visto que a desordem da informação é, muitas vezes, afetada pela opinião e pela má conjectura dos fatos. Levitin (2019 *apud* Zattar, 2020, p. 7) reforça que “algumas opiniões podem ser verdadeiras, mas as informações não devem ser falsas”. O autor pontua a opinião como algo do âmbito pessoal; os fatos, do impessoal; e a mentira como a ausência de fatos. Ou seja,

Dito de outro modo, significa que se algo é mentiroso, é porque não tem qualquer fato relacionado e trata-se, portanto, somente de uma opinião. Por isso o pensamento crítico é vital, especialmente neste contexto em que a saúde pública é ameaçada, pois ele nos ajuda a refletir e avaliar fatos para que cheguemos às conclusões com base em evidência (Zattar, 2020, p. 7).

A construção dessa opinião pública, por sua vez, perpassa pelas relações de poder, a serviço, também, dos discursos dominantes, como coloca Habermas (1987):

A opinião pública também é objeto da dominação quando conduz a concessões e reorientações por parte desta; ela não está presa a regras de discussão pública e nem mesmo a quaisquer formas de verbalização; nem tampouco precisa estar vinculada a problemas e instâncias políticas. O relacionamento com a

dominação é entendido como algo que emerge às ocultas da opinião pública: os desejos “privados” por carros e geladeiras estão incluídos na categoria “opinião pública”, da mesma forma que todas as outras formas de comportamento de quaisquer grupos, desde que sejam relevantes para o exercício das funções da dominação e administração no Estado de bem-estar (Habermas, 1987, p. 194-195).

Nesta perspectiva, para Lippmann (2008), a construção da opinião pública exige uma abstração dos originais para que se alcance um recrutamento do interesse dos indivíduos, tornando-o mais popular.

Quando os assuntos públicos são popularizados em discursos, manchetes, peças, filmes, cartuns, novelas, estátuas ou pinturas, sua transformação em interesse humano requer primeiro abstração de seu original, e então animação do que foi abstraído. Não podemos estar muito interessados, ou muito comovidos, por coisas que não vemos. Dos assuntos públicos cada um de nós vê muito pouco e, portanto, eles permanecem maçantes e nada apetitosos, até que alguém, com o labor de um artista, os transladam para um filme (Lippmann, 2008, p. 150).

No recorte acima, o autor faz uma referência ao cinema como um agente reforçador da popularização de assuntos públicos, mas pode usar a mesma analogia para os processos de espetacularização de determinadas pautas pela mídia em geral ou grupos políticos e sociais. E, a cada época, novos assuntos de interesse coletivo são apresentados à coletividade como uma grande história novelesca, fragmentada em capítulos, com personagens marcantes - e, que, a depender de cada conjuntura, especialmente em momentos de polarização, estabelecem uma relação maniqueísta de bem *versus* mal.

Lippmann (2008), inclusive, destaca como isso se configura em meio aos conflitos políticos, onde “o motivo do embate aparece a cada volta. Política é interessante quando há uma luta, ou como dizemos uma questão” (Lippmann, 2008, p. 153). E, nesse escopo, parte-se para o uso, sobretudo, de narrativas também bélicas.

A fim de tornar a política popular, questões têm que ser encontradas, mesmo quando na verdade e na justiça elas não existem, nenhuma, no sentido de que as diferenças de julgamento, ou princípio, ou fato, não clamam pelo recrutamento da belicosidade. Mas onde a belicosidade não é recrutada, aqueles entre nós que não estão diretamente envolvidos acham difícil que isso possa prender nosso interesse (Lippmann, 2008, p. 153).

Esses mecanismos evidenciam, ainda, a dificuldade de se preservar, de forma genuína, as liberdades civis - cuja ameaça de serem cerceadas tornam-se maiores em contextos de guerra, como discorre Lippmann (2008, p. 274):

Quando elas [as liberdades individuais] estão ameaçadas, o espírito humano está ameaçado, e quando surge um tempo no qual elas têm que ser restringidas, como nos tempos de guerra, a supressão do pensamento torna-se um risco à

civilização, o que pode impedir sua recuperação dos efeitos da guerra, se os históricos, que exploram as necessidades, forem numerosos o suficiente para levarem à paz os tabus da guerra. Afortunadamente, a massa de homens é suficientemente tolerante para desfrutar dos inquisidores profissionais.

E, diante de um contexto que não é de guerra, mas cujos discursos são reprodutores de termos e comportamentos bélicos, como no caso da pandemia da Covid-19, no que isso resulta?

4.3 O PAPEL DA IDEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE A COVID-19 NO BRASIL

Marques e Raimundo (2021, p. 70) apontam que “as *fake news* são produzidas e disseminadas em larga escala com o propósito de manutenção de uma ideologia que sustenta um poder – com hábito de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade”, mas sempre com revestidas com uma roupagem de simulação da verdade, para apreender uma audiência que venha a ser reprodutora de determinadas narrativas.

Para eles, “[...] as *fake news* são parte duma estratégia de subversão de discursos científicos e midiáticos que se propagam como notícias veladas e verdadeiras em determinado meio de difusão” (Marques; Raimundo, 2021, p. 70). De tal forma, elas possuem “valor de verdade” em alguns *media*, quando há uma identificação entre os indivíduos, a partir de ideias que se sustentam e perpetuam, gradualmente. Segundo eles, “a sustentação dessa cosmovisão implica recursos escusos da retórica, principalmente a subversão da estrutura das afirmativas jornalísticas e científicas e, ainda, a simplificação do conhecimento historicamente desenvolvido” (Marques; Raimundo, 2021, p. 70).

E a literatura mostra como muito do enfrentamento à Covid-19, em todo o mundo, foi pautado em torno de ideologias, bem como visões e concepções de mundo já preestabelecidas. Monari e Sacramento (2021) ressaltam como, no Brasil, essa lógica foi reverberada pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, seguindo o modelo neoliberal do presidente estadunidense, à época, Donald Trump:

Bolsonaro centrou sua atuação contra a doença em três linhas: 1) relaxamento das medidas de isolamento social em prol da economia; 2) incentivo ao “tratamento precoce” com o uso de medicamentos sem comprovação científica; e 3) vacinação não obrigatória visando a liberdade individual (Monari; Sacramento, 2021, p. 127).

Pesquisa realizada por esses autores revelam como a desinformação produzida e replicada na plataforma *WhatsApp* era, em sua maioria, apresentada por meio da opinião

de especialistas – médicos ou supostos médicos –, fato que levava legitimidade para os indivíduos. Monari e Sacramento (2021) destacam que a construção da opinião pública partia de alguns fatores, entre eles: legitimação pela avaliação moral e pela *mythopoesis* (diante de narrativas que defendiam possíveis perigos da vacina Coronavac, de procedência chinesa); o emprego de teorias da conspiração; associação dos termos “China” e “comunista” como forma de combater a oposição a Bolsonaro.

Essa última relação, inclusive, fez com que houvesse uma disseminação do Sars-CoV-2 como o “vírus chinês”. Dessa forma, nota-se que esse conflito entre ocidentais e orientais, que, antes, já existia pela conjuntura econômica, no contexto pandêmico, passa a ter um foco “voltado para a vacina, criando uma ideia xenófoba de suspeição do imunizante em razão da localização da farmacêutica responsável por ele” (Monari; Sacramento, 2021, p. 134).

Scopinho *et al.* (2021) reforçam, ainda, como a Covid-19 não encontrou no Brasil um bom cenário econômico e político, isso porque a realidade do país não condizia com os discursos difundidos pelo gabinete da Presidência da República. Além disso, “em desarmonia com os outros poderes e com inúmeros segmentos da sociedade organizada, demonstrava grande capacidade de criar polêmicas e destruir os feitos anteriores, especialmente nas áreas sociais” (Scopinho, 2021, p. 394).

O cenário, conforme apresentam os autores, era ainda mais grave, diante das condições que levaram Jair Bolsonaro ao poder. Ou seja, o tipo de ideologia que o levou ao Executivo nacional, a aceitação por parte da sociedade brasileira e a manifestação desse modelo de governo em meio à crise sanitária.

Esse projeto pretendia liberar o mercado das travas impostas pelos dispositivos de regulação econômica e outros (os relativos ao meio ambiente, por exemplo), da divisão de poderes existente no interior do Estado e as suas correspondentes práticas institucionais burocráticas que retardam o movimento das forças econômicas. Prometia também banir a criminalidade, eliminar os “diferentes” (aversivas personagens criadas pelos governos de “esquerda”) e retomar os valores e costumes tradicionais (Scopinho *et al.*, 2021, p. 394).

E, mais que isso, reuniu uma massa conservadora de diferentes segmentos econômicos:

O autor ressalta que esse “projeto” teve o apoio de um amplo movimento reacionário e moral de base religiosa nascido nas periferias urbanas na década passada, que incluiu setores da igreja pentecostal e agentes de segurança pública frustrados pela ausência do Estado no controle da violência e pela falta de

perspectivas de integração social. Pouco antes das eleições, a eles, juntaram-se as elites econômicas, parte dos profissionais liberais e das famílias brasileiras, o que culminou na eleição da figura conservadora de Bolsonaro, sem o apoio da imprensa e de alianças partidárias (Scopinho *et al.*, 2021, p. 394).

Como esclarecem esses autores, a legitimação apresenta-se como um modo de operação da ideologia, em especial, por meio dos discursos que buscavam o apoio popular para o fim ou a flexibilização das políticas de isolamento social (Scopinho *et al.*, 2021), defendidas pelas principais instituições sanitárias do mundo, pela comunidade científica e pela maior parte dos governadores das unidades federativas do Brasil.

Para isso, foram utilizadas estratégias de construção simbólica de racionalização, universalização e narrativização. Sobre isso, destaca-se:

A racionalização respalda-se na elaboração de uma argumentação a respeito da natureza e das intervenções possíveis sobre um determinado problema sem que haja, necessariamente, respaldo factual ou científico. [...] A estratégia da *narrativização* foi encontrada nos discursos que anunciavam que pessoas saudáveis (ou com “histórico de atleta”) e empregadas estariam menos suscetíveis à doença. [...] A estratégia de *universalização*, descrita como a apresentação de um padrão valorativo e ações que interessam para alguns como sendo, igualmente, válidas para diferentes problemas e distintos grupos sociais, foi encontrada nos discursos que procuravam distorcer a natureza e as condições de manifestação da enfermidade e da pandemia para legitimar o pensamento contrário ao isolamento social (Scopinho *et al.*, 2021, p. 396-397).

Desse modo, os autores consideram que a estratégia da *racionalização* acarretou na disseminação de informações duvidosas, buscando coerência para assuntos controversos – a exemplo da defesa da *Hidroxicloroquina* em diversos momentos da pandemia e a defesa do isolamento social somente para grupos de risco. Já a *narrativização*, apresentou-se por meio de discursos que sugeriram que indivíduos com histórico de atletas ou trabalhadores estariam menos suscetíveis à contaminação. Enquanto a *universalização* estava presente nos discursos em que Bolsonaro alegava que o Brasil estava com a pandemia e a economia controladas – a exemplo da minimização da problemática do grande número de óbitos em detrimento da economia (Scopinho *et al.*, 2021).

Outra estratégia apontada pelos autores supracitados foi a *fragmentação*, seja por meio de *expurgo do outro* ou *diferenciação*:

A fragmentação é um modo de operação da ideologia muito prevalente no discurso político de Jair Bolsonaro, a qual caracteriza-se pela produção de alteridade, isto é, o apontamento de pessoas e/ou grupos sociais considerados “adversários”, “marginais” ou “retardatários” em relação a dinâmica social

desejada pelo conjunto dominante, o que requer combatê-los ou, pelo menos, negligenciá-los (Scopinho *et al.*, 2021, p. 398).

Isso demonstra, mais uma vez, as relações de poder se sobrepondo às políticas de enfrentamento à pandemia, com as classes dominantes produzindo suas próprias versões dos fatos, a partir de seus próprios interesses. Nesse aspecto, ao usar a *fragmentação*, as estratégias de *expurgo do outro* e de *diferenciação* também são usadas – correspondendo, a primeira, à escolha de “inimigos” da sociedade ou “culpados” pelo problema (ex.: os governadores); e a segunda à ênfase nas diferenças dos grupos sociais, com delimitação do contágio aos indivíduos em situação de vulnerabilidade (ex.: cloroquina para os de direita e tubaína para os de esquerda) (Scopinho *et al.*, 2021).

Além disso, esse sistema ideológico desconsiderou os aspectos sociohistóricos, culturais, políticos e científicos do país, em meio à pandemia, o que revelou um *modus operandi* de *reificação*, conforme Scopinho *et al.* (2021):

Os defensores do fim da quarentena idealizavam a naturalização do espalhamento do vírus, rechaçavam a necessidade de intervenção do poder público na contenção da pandemia, insistiam que o ritmo e a dimensão do contágio na população eram inexoráveis e defendiam uma postura passiva frente ao “inevitável” número de óbitos (Scopinho *et al.*, 2021, p. 399).

Diante do exposto, percebe-se como os sistemas ideológicos foram determinantes para a condução da maior crise sanitária da Humanidade, em todo o mundo, mas, neste caso, tendo como recorte o Brasil. A ideologia política configura-se como agente de intervenção direta na forma como indivíduos e autoridades lidaram com a saúde do país, o que também nos leva a considerá-la como um novo – apesar dessa realidade não ser nova – Determinante Social de Saúde.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, será apresentado o percurso metodológico delineado para a execução e a consecução dos objetivos estabelecidos. Desta forma, apresenta a natureza da pesquisa, bem como a abordagem, os objetivos, os procedimentos adotados, a definição do universo e as técnicas empregadas para a coleta e a análise dos dados.

5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa ora proposta é de natureza básica, com objetivos exploratórios, procedimentos bibliográficos e documentais, e abordagem qualitativa.

Nesta perspectiva, o entendimento de pesquisa qualitativa aqui adotado é o de que:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Creswell, 2010, p. 26).

Assim, é possível analisar a manifestação da desordem informacional nos discursos políticos como contribuintes para a propagação do fenômeno da infodemia, compreendida, neste estudo, como uma problemática social potencializadora da crise sanitária da Covid-19.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, uma vez que trata-se de:

Estudo preliminar cuja finalidade principal é tornar familiar um fenômeno investigado, de modo que o estudo principal a seguir pode ser projetado com maior compreensão e precisão. O Estudo exploratório (que pode usar qualquer um de uma variedade de técnicas, geralmente com uma pequena amostra) permite ao investigador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com mais precisão. Também lhe permite escolher as técnicas mais adequadas para sua pesquisa e decidir sobre as questões que mais precisam de ênfase e investigação detalhada, e pode alertá-lo a potenciais dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência (Theodorson; Theodorson, 1970 *apud* Piovesan; Temporani, 1995, p. 319, tradução nossa).

A pesquisa exploratória faz-se necessária, especialmente, quando se deseja obter dados sobre a natureza de um problema, mas ainda não há informações estruturadas o suficiente (Tornetto; Brust-Renck; Stein, 2014), para que, então, seja possível partir para uma pesquisa descritiva, que consiste em um estudo de análise, coleta, medição, registro e interpretação dos dados, incluindo entrevistas, aplicação de questionário e observação,

sobre diversos aspectos, permitindo descrever o que tem sido pesquisado (Damiano; Garcia; Moraes, 2016; Pires *et al.* 2016).

Os procedimentos adotados englobam uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, focalizada na análise dos impactos dos discursos de Jair Messias Bolsonaro, então presidente do Brasil, durante a pandemia da Covid-19, em março de 2020 – o que corresponde ao primeiro mês da crise sanitária no país –, a partir do olhar e da produção da Ciência da Informação.

Com a adoção deste procedimento, considera-se o interesse inicial de traçar um panorama das publicações feitas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) (Bufrem; Costa; Gabriel Junior, 2010) – principal ferramenta de divulgação científica da área no Brasil –, a fim de identificar como a CI abordou o fenômeno da desinformação no país, bem como verificar se houve relação entre os discursos do chefe do Executivo com as práticas desinformativas no enfrentamento à crise sanitária no país.

Este estudo também engloba a pesquisa documental como um dos procedimentos metodológicos adotados, já que possui como característica principal o fato de a coleta dos dados ser realizada junto a fontes primárias, ou seja, aquelas que ainda não passaram por análise, tratamento ou algum tipo de organização dos elementos informacionais (Marconi, Lakatos, 2006). Neste trabalho, esses consistem nas transmissões de pronunciamentos oficiais e entrevistas completas (sem cortes) do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, para a televisão.

5.2 QUANTO AO UNIVERSO E À AMOSTRA DA PESQUISA

A pesquisa estará pautada nos discursos de Jair Bolsonaro, proferidos em março de 2020, em pronunciamentos oficiais (4) e entrevistas (3) em cadeia nacional, fragmentados em nove materiais discursivos, conforme o **Quadro 1**.

Na tabela abaixo, lista-se a relação dos discursos a serem analisados, conforme data e formato. Para esta análise, considera-se como critério de seleção: a) todos os pronunciamentos devem possuir como porta-voz o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro; b) devem ter sido proferidos durante o primeiro mês da pandemia no Brasil, de março/20; c) consideram-se os formatos de pronunciamento oficial e entrevista na

íntegra; d) somente aqueles que tratem de “coronavírus”, “Covid-19”, “ideologia”, “imprensa” e “saúde”; e e) exibidos por veículos televisivos.

Quadro 1 – Relação de conteúdo a ser analisado

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
01	06/03/2020	Pronunciamento Oficial	Primeiro pronunciamento oficial sobre a Covid-19, antes da deflagração da pandemia pela OMS
02	12/03/2020	Pronunciamento Oficial	Anúncio da pandemia / “Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação”
03	15/03/2020	Entrevista CNN	“Entrar numa neurose” / “Teve crise semelhante” / “Mas sem histeria”
04	21/03/2020	Entrevista CNN	“Lunático”
05	22/03/2020	Entrevista TV Record	“Espero que não venham me culpar”
06	24/03/2020	Pronunciamento Oficial	“Gripezinha”/ “Resfriadinho”/ “Histórico de atleta”
07	31/03/2020	Pronunciamento Oficial	Uso do discurso do diretor-geral da OMS para defender a manutenção de serviços em geral/ “Determinei o emprego das Forças Armadas no combate ao coronavírus”/ “O Ministério da Defesa realizou o resgate de brasileiros na China”/ “Agora, as Forças Armadas atuam em apoio às áreas de saúde e segurança”/ “Foi ativado o Centro de Operações e 10 Comandos Conjunto foram criados”/ “Serão produzidos 1 milhão de comprimidos de cloroquina”

5.3 QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como bem assinala Creswell (2010) os passos do pesquisador para a coleta de dados incluem o estabelecimento dos limites para o estudo. Nesse sentido, a coleta de informações pode incluir documentos e materiais audiovisuais e deve-se estabelecer um protocolo para o registro das informações. Os dados audiovisuais podem assumir quaisquer formas de imagem associada ao som.

Como já especificado anteriormente, o universo da pesquisa consiste nos pronunciamentos em cadeia nacional e entrevistas na íntegra, por meio dos quais houve discursos presidenciais de Jair Bolsonaro, no primeiro mês da pandemia da Covid-19. A coleta dos dados lançará mão da busca direta em *sites* que disponibilizam os referidos pronunciamentos e discursos.

Os dados coletados serão armazenados em um protocolo de registro e a análise dos dados coletados será realizada com base na técnica de Análise do Discurso (AD), a partir da perspectiva foucaultiana, por meio da qual o discurso possui “[...] uma dimensão

de produção da realidade social, e não uma mera reunião de enunciados no sentido exclusivamente linguístico, de atos de fala ou de escrita” (Passos, 2019, p. 1).

Nesta perspectiva teórica, os elementos da linguagem nunca são aleatórios. Para a AD, “[...] o uso de palavras e frases não é resultado da liberdade do falante. Esse uso é determinado pelas possibilidades de dizer, que, por sua vez, são determinadas pelas condições sociohistóricas de produção” (Souza, 2014, p. 6). Por isso, nesta abordagem, a língua é compreendida como prática social e, como tal, exige um olhar para os componentes ideológicos de sua formação. Ou seja, “[...] a língua é uma prática social de sujeitos ideológicos que, por práticas de pensamento, querem que seus sentidos sejam os sentidos prevalecentes. A realização da ideologia na língua, sua luta por poder, é o discurso” (Souza, 2014, p. 9).

Com base nisso, ao considerar que todo sujeito da linguagem é ideológico, a AD pressupõe que os sentidos partem das Formações Ideológicas (FI), a partir do repertório de cada indivíduo. Desse modo:

A FI é um conjunto complexo de atitudes e de representações que se relacionam às posições no mundo em conflito umas com as outras. As FIs são os sentidos em estado bruto. Sua matéria prima é a ideologia. Como a ideologia não é acessível diretamente, ela precisa tomar forma de algo que lhe dê vazão. É a língua que funciona como esse elemento carreador da ideologia. Em outras palavras: a ideologia se organiza na língua em Formações Discursivas (FD) (Souza, 2014, p. 12).

Mas, para isso, faz-se notar que, apesar de possuir notória relevância e presença dentro da Organização do Conhecimento, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, esse segmento teórico esbarra em problemáticas para a sua abordagem como método de pesquisa, não apenas associados à sua utilização, mas à sua epistemologia (Martínez-Ávila, 2012).

A principal delas é que “[...] qualquer tentativa de derivar uma metodologia da análise genealógica do discurso de Foucault tem de lidar primeiro com a recusa explícita do autor em estabelecer regras. Na verdade, este é um problema encontrado em qualquer outra de suas obras que organize conceitos e conhecimentos” (Martínez-Ávila, 2012, p. 100, *tradução nossa*).

Assim, considerando os desafios metodológicos da AD, este trabalho propõe uma análise, a partir das seguintes estratégias: **a) seleção do material discursivo; b) contextualização histórica e institucional do discurso**, de modo a considerar o

momento em que foi produzido, bem como as relações de poder, as instituições envolvidas e o ambiente social, político e cultural sob o qual se desenvolveu; **c) identificação das formações discursivas**, a partir de conjuntos e práticas sociais e/ou linguísticas que produzem efeitos de verdade e poder; **d) identificação dos dispositivos de poder-saber**, como estruturas e práticas que entrelaçam o poder e o conhecimento em uma sociedade; **e) identificação de estratégias discursivas**, utilizadas para legitimar, normalizar, excluir ou resistir a algo, influenciando, assim, práticas sociais e modos de subjetivação; **f) análise crítica e reflexiva**, por meio de questionamentos de pressupostos, vieses e omissões, bem como as implicações políticas, sociais e éticas do discurso; **g) perguntas heurísticas** – conforme Souza (2014), elas consistem em “qual é o conceito-análise presente no texto?”, “como o texto constrói o conceito-análise?” e “a que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?” –; e **h) interpretação e conclusões**.

Portanto, nesta análise, considera-se que “discurso não é o que se diz, mas o que se faz com a linguagem” (Souza, 2014, p. 27).

6 ANÁLISE DOS DISCURSOS

Antes da análise dos discursos, propriamente dita, cabe considerar a relevância do panorama estabelecido pelas agências de checagem dos fatos no combate às práticas desinformativas. Isso porque, “diante da pós-verdade, com a proliferação das chamadas notícias falsas, emergiu de forma institucionalizada na profissão do Jornalismo o uso da verificação e da checagem como forma de contracombate ao ecossistema da desinformação” (Lins *et al.*, 2019, p. 169).

A plataforma *Aos Fatos*, considerada um dos principais expoentes do *fact-checking* no Brasil, está entre os 102 signatários que atendem aos critérios do *International Fact-Checking Network* (IFCN) – no português, Rede Internacional de Checagem de Fatos –, lançada em 2015, com o objetivo de reunir a comunidade de verificadores de fatos de todo o mundo. Para compor essa junta, as agências signatárias precisam cumprir os requisitos de apartidarismo e imparcialidade – conceito que carece de discussões mais aprofundadas, haja vista que as subjetividades compõem, também, a construção de práticas éticas e laborais –, transparência das fontes, transparência do financiamento e organização, transparência da metodologia e política de correções aberta e honesta (Alencar, 2022).

Durante a pandemia, *Aos Fatos* manteve “[...] seção específica para verificar as declarações do presidente, atribuindo a elas etiquetas que adjetivam o discurso conforme o grau de veracidade” (Seibet; Dannenberg, 2021, p. 2). Segundo a agência, em 1.459 dias como presidente da República, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas e distorcidas (Aos Fatos, 2022). Mas, neste trabalho, é feito um recorte específico de março de 2020, referente ao primeiro mês da deflagração da pandemia da Covid-19, crucial para os desdobramentos da crise sanitária no Brasil.

Neste contexto, faz-se necessário apresentar o infográfico da agência de verificação, com um panorama do acumulado de checagens de fatos realizadas durante o mandato de Bolsonaro.

Figura 4 – Infográfico com declarações feitas por Bolsonaro de 2019 a 2022



Fonte: *Aos Fatos*, 2022, não paginado.

Nota-se um crescimento no volume de declarações do então presidente, a partir da eclosão da pandemia da Covid-19, numa conjuntura que também demarcou os posicionamentos políticos e ideológicos que se consolidaram nos anos seguintes, com a aproximação das eleições. No período pré-eleitoral e eleitoral, as declarações atingem o ápice, totalizando 3.320 declarações, de julho/21 a novembro/22.

Conforme levantamento de *Aos Fatos*, das frases falsas proferidas por Bolsonaro, 2.511 tinham como principal temática o novo coronavírus. Desse montante, a mais repetida pelo então presidente – 139 ocasiões – consistia na declaração de que havia sido

impedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de gerir as medidas de restrição usadas para conter a pandemia.

Abaixo, apresenta-se um quadro analítico dos discursos do então presidente sobre a temática, em março/20.

- **ANÁLISE 1**

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
01	06/03/2020	Pronunciamento Oficial	Primeiro pronunciamento oficial sobre a Covid-19, antes da deflagração da pandemia pela OMS
Material Discursivo			
<p>(1) Abertura: Pátria Amada Brasil.</p> <p>– Boa noite! O mundo inteiro enfrenta um grande desafio. Nos últimos meses, surgiu um vírus novo, contra o qual não temos imunidade. (2) Os casos se iniciaram na China, mas o vírus já está presente em todos os continentes. O Brasil reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde e (3) foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade.</p> <p>Desde então, (4) transmitimos informações diárias, transparentes a todos os estados e municípios, para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população. O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde. Os demais ministérios uniram esforços e, juntos aos demais poderes, seguirão garantindo o funcionamento das nossas instituições até o retorno à normalidade. Determinei ações que ampliam o funcionamento dos postos de saúde, bem como reforço aos nossos hospitais e laboratórios.</p> <p>(5) Convoco a população brasileira, em especial os profissionais de saúde, para que trabalhemos unidos e superemos juntos esta situação. O momento é de união. (6) Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico. (7) Seguir</p>			

rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção. (8) Que Deus nos proteja e abençoe o nosso Brasil!

(9) Encerramento: Pátria Amada Brasil.

Neste discurso, transmitido em cadeia de Rádio e TV, em todo o território nacional, Jair Bolsonaro fez seu primeiro pronunciamento oficial acerca da problemática da Covid-19, em 06 de março de 2020 – nove dias após a confirmação do primeiro infectado pelo novo coronavírus no País, em 26 de fevereiro daquele ano. Essa primeira manifestação do ex-chefe de Executivo ocorreu quando o Brasil já contabilizava 13 casos confirmados e 768 suspeitos.

Para pensar a Formação Discursiva desse material, torna-se necessário considerar que, historicamente, os pronunciamentos oficiais dos chefes do Executivo brasileiros ocorrem em horário nobre, por volta das 19h/20h de Brasília, capital federal, com transmissão simultânea em todos os veículos de Rádio e TV alocados em território nacional. Esses pronunciamentos consistem na mensagem oficial da Presidência da República sobre fatos, medidas e práticas de interesse geral dos cidadãos brasileiros. Por isso, são construídos a partir dos projetos políticos em vigência. Ainda assim, por tratar-se de um comunicado sobre uma crise sanitária inédita em todo o mundo, espera-se que o Presidente da República seja, em casos como esse, o porta-voz das instituições de saúde, compostas por uma equipe técnica e pautada em dados epidemiológicos. Dessa forma, compreende-se que, via de regra, um pronunciamento do Executivo na Rede Brasileira de Rádio e TV consiste em uma orientação das maiores instâncias do País para a toda a população. Aqui, há uma relação de detenção de informação, construção de “verdades” e estabelecimento de poder.

No pronunciamento em análise, Bolsonaro faz uso de nove estratégias discursivas, que podem legitimar, normalizar, excluir ou resistir a algo, de modo a influenciar práticas sociais e modos de subjetivação. A primeira delas é perceptível nos excertos (1) e (9), correspondentes à abertura e ao encerramento do discurso – os dois consistem no mote do Governo Federal: “**Pátria Amada Brasil**”.

O *slogan*, que consiste em “uma frase de fácil memorização usada em contexto político, religioso ou comercial como expressão repetitiva de uma ideia ou de um

propósito” (Queiroz; Manhanelli, 2009, p. 236), repete-se no início e no final da fala do presidente e demarca o campo ideológico do qual parte a construção da sua narrativa. Ao adotar um trecho da Hino Nacional Brasileiro para representar seu projeto político, Bolsonaro torna clara a escolha por uma postura e por práticas nacionalistas.

Ao lado da bandeira do Brasil, do Brasão e do Selo Nacional, o hino compõe os quatro principais símbolos da República Brasileira e foi criado em celebração ao fim do Império, tendo os militares como os principais articuladores do início do período republicano – a exemplo de três presidentes: os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e o General Hermes da Fonseca. Para além disso, o cântico passou a ser oficial com a criação da Lei Nº 5700, de 01 de setembro de 1971 – ou seja, em plena Ditadura Militar. Dessa forma, identificamos, aqui, uma representação clara das movimentações do Governo Bolsonaro em alinhamento com as ideologias nacionalistas e militares.

Ao iniciar seu pronunciamento, o ex-presidente reforça a origem do problema, no trecho (2), onde destaca que “**os casos se iniciaram na China**”, o que reforçou a convergência do governo brasileiro com o governo estadunidense ao caracterizar o *estrangeirismo* do vírus – haja vista que o país asiático é, atualmente, o principal concorrente dos Estados Unidos no mercado mundial, além de possuir um modelo político e socioeconômico que o colocou como o principal rival do sistema neoliberal de Donald Trump. Essa ênfase na origem territorial do vírus fez surgir “sinais ou sintomas sociais preocupantes relacionados ao contexto da pandemia, como a da xenofobia a estrangeiros, em especial os de origem asiática e, principalmente, chineses” (Khalil; Khalil; Caetano Júnior, 2021, p. 133).

Na sequência, ao situar o posicionamento do Brasil diante da crise sanitária, Bolsonaro afirma: (3) “[**O Brasil**] foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade”. Neste momento, apesar de tratar-se de uma pauta negativa, já que decorre da primeira incidência de infecção, há uma ênfase à posição do país. Colocá-lo como “primeiro” é situá-lo na liderança continental – independentemente dos impactos que essa contaminação precoce pudesse acarretar – e, ao adotar o verbo “lidar”, o portavoiz minimiza o acontecimento – ao invés de ser o primeiro país da América do Sul com infectados pelo novo coronavírus, é o primeiro país a lidar com a doença – assim, deixa uma lacuna para interpretações, visto que podem ser consideradas adoção de medidas, protocolos de segurança, combate à contaminação, prevenção, tratamentos paliativos ou,

simplesmente, o contato com a doença, sem que, necessariamente, estratégias sanitárias eficazes sejam adotadas.

No trecho (4), ao afirmar que **“transmitimos informações diárias, transparentes a todos os estados e municípios, para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população”**, Bolsonaro coloca o governo federal como o detentor da informação, do conhecimento e, portanto, da verdade. Essa produção de verdade e conhecimento é uma forma de exercer controle sobre a população e de moldar percepções, práticas e comportamentos sanitários.

Mas também se destaca que esse 4º enunciado foi contraposto por medidas do seu próprio governo, quando, em junho do mesmo ano, eliminou e ocultou informações do painel *Coronavírus*, plataforma digital de acompanhamento epidemiológico da pandemia no Brasil. Da perspectiva arqueológica, essa mudança no discurso ocorre e torna-se perceptível em curto espaço de tempo, conforme análise dos pronunciamentos subsequentes. Além disso, aqui, se considera relevante identificar algo recorrente em seus futuros discursos: a transferência de responsabilidades para estados e municípios, “para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população”. Desse modo, há uma constante contradição no discurso de Bolsonaro no que tange à gestão biopolítica – por um lado, adota estratégias para fazer uso do exercício do poder sobre a vida e a saúde da população; por outro, transfere a responsabilidade, com o objetivo de minimizar os danos para a imagem do seu projeto político.

No excerto (5) **“convoco a população brasileira”**, o representante faz uso de uma retórica bélica, militar, de convocação. Cíveis e profissionais da saúde são acionados, como em contexto de guerra, para atender ao chamado de um “líder”, no enfrentamento a um inimigo: o vírus. Ao convocar a população, Bolsonaro se coloca como a liderança que irá guiá-la na “guerra” que se apresenta, diante de um enunciado que imprime uma posição de autoridade e controle sobre a população, situando o papel do governo na gestão da crise e na coordenação das ações de resposta. Portanto, os pronunciamentos seguintes passam a ter um peso e uma responsabilidade ainda maior por parte do ex-presidente. Afinal, quem convoca manda, não convida.

Em (6) **“Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico”**, Bolsonaro minimiza a proporção e os riscos do problema. Mas, neste primeiro momento,

esta mensagem está em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cuja então chefe no Brasil, Socorro Gross, também ressaltou, uma semana antes, não haver necessidade de pânico. Pouco tempo depois, os discursos de Bolsonaro e da OMS passam a caminhar em sentidos, cada vez mais, opostos, a partir de uma relação economia *versus* políticas sanitárias.

Por isso, o trecho (7) **“Seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção”** coloca-se como uma contradição inicial, uma vez que não condiz com a sucessão discursiva e a prática do Governo Bolsonaro. O viés contraditório dessa frase também é identificado na oração seguinte, quando, após mencionar a importância de seguir orientações de especialistas em saúde, o ex-presidente suprime a ideia anterior, com elementos marcantes da ideologia religiosa, que reveste sua política e o coloca como um dos principais expoentes do conservadorismo brasileiro, ao declarar (8) **“Que Deus nos proteja e abençoe o nosso Brasil”**. Mais uma vez, há uma transferência de responsabilidade – dessa vez, para o “divino”, para forças metafísicas, que ultrapassam os esforços humanos, renegando a laicidade do Estado brasileiro.

Assim, a partir da AD, levanta-se o questionamento heurístico: como o novo coronavírus é situado no primeiro pronunciamento de Bolsonaro? O fenômeno apresenta-se, antes de tudo, como problema novo, para o qual não há imunidade e que possui uma causa estrangeira, de origem asiática – da China, país com correntes políticas opostas ao do então presidente, cujo histórico é de posicionar comunistas e simpatizantes do Comunismo numa relação maniqueísta, como representante de um mal a ser combatido. Em seguida, nota-se um desencontro sobre a gravidade do problema: se, por um lado, há uma minimização da crise sanitária, ao ressaltar que não há motivos para pânico, a população é convocada a atuar no combate ao vírus, como ocorre em guerras, jogos, disputas. Os especialistas são posicionados como as fontes seguras de informação, mas o líder do Executivo recorre à imagem de Deus como o salvador e protetor da pátria – um prenúncio da antiga dualidade ciência *versus* religião, que se fortaleceu nos desdobramentos da pandemia.

- ANÁLISE 2

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
----------	------	---------	-----------------

02	12/03/2020	Pronunciamento Oficial	Anúncio da pandemia / “Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação”
----	------------	------------------------	---

Material Discursivo

(1) Abertura: Pátria Amada Brasil

– Boa noite! Diante do avanço do coronavírus em muitos países, **(2) a Organização Mundial de Saúde, de forma responsável, classificou a situação atual como pandemia.**

O sistema de saúde brasileiro, como os demais países, tem um limite de pacientes que podem ser atendidos. **(3) O governo está atento para manter a evolução do quadro sobre controle. (4) É provável, inclusive, que o número de infectados aumente, nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico.**

(5) Há uma preocupação maior, por motivos óbvios, com os idosos. (6) Há também recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares.

(7) Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais poderemos colocar em risco a saúde da nossa gente. (8) Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação. (9) Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade. (10) Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados.

Nossa saúde e de nossos familiares devem ser preservadas. O momento é de união, serenidade e bom senso. **(11) Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil mudou. O povo está atento e exige de nós respeito à Constituição e zelo pelo dinheiro público. Por isso, as motivações da vontade popular continuam vivas e inabaláveis. (12) Que Deus abençoe o nosso Brasil!**

(13) Encerramento: Pátria Amada Brasil.

Neste pronunciamento, Bolsonaro faz uso de treze estratégias discursivas para legitimar sua política na condução da pandemia da Covid-19 no Brasil. Em (1) e (13), identifica-se, assim como na primeira análise, a abertura e o encerramento dos discursos oficiais com o *slogan* do governo federal, que demarca a posição da qual as mensagens são construídas: na perspectiva nacionalista e militar, com o “**Pátria Amada Brasil**” – trecho do Hino Nacional Brasileiro, símbolo, também, de movimentos conservadores da direita.

Nos trechos (2) e (3), ao ressaltar que “**a Organização Mundial de Saúde, de forma responsável, classificou a situação atual como pandemia**” e que “**o governo está atento para manter a evolução do quadro sobre controle**”, identifica-se o exercício do poder e posse de informações, quando o chefe do Executivo reconhece o avanço do coronavírus e demonstra, naquele primeiro momento, uma preocupação com a situação da saúde pública. Tal exercício de poder busca comunicar uma imagem de responsabilidade e controle, diante da crise.

A ação controladora também o coloca como produtor de informação, a partir do qual constroem-se narrativas de autoridade e legitimidade. Por isso, ao declarar, em (4), que “**é provável, inclusive, que o número de infectados aumente, nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico**”, ele dá início ao processo de legitimação de um discurso que, na sequência, apesar de reconhecer uma crise sanitária, passará a minimizar os seus efeitos, os riscos inerentes ao problema. Esse viés é fortalecido no trecho seguinte, (5), por meio do qual ele afirma que “**há uma preocupação maior, por motivos óbvios, com os idosos**”, de modo a concentrar os perigos a apenas uma faixa etária – narrativa desconstruída, ao longo da pandemia, com dados epidemiológicos que demonstraram a complexidade e a amplitude da Covid-19, entre pessoas de todas as idades.

Em (6), Bolsonaro destaca que “**há também recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares**” – orientação apresentada pelas mais relevantes instituições científicas e sanitárias mundiais. No entanto, reforça o caráter contraditório de seu discurso, marcado por um jogo adversativo, no qual *a recomendação é x, mas devemos respeitar y* – em que *y* corresponde às suas ideologias, ao seu projeto político ou aos anseios de seus apoiadores. A contradição, aqui posta, apresenta-se nas orações (7) – “**Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa**

pública, mas jamais poderemos colocar em risco a saúde da nossa gente –, (8) – “Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação” – e (9) – “Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade”.

Na oração (7), Bolsonaro declara o apoio a **“um povo atuante e zeloso com a coisa pública”**, antecipando um conceito dele sobre um grupo específico, envolvido em uma manifestação que ele menciona logo *a posteriori*, e completa: **“Mas jamais poderemos colocar em risco a saúde da nossa gente”**. Nesse segundo momento, o ex-presidente abre caminho para a construção de duas possíveis narrativas: uma que consiste na lógica de que o cuidado com a coisa pública é importante, mas deve levar em consideração cuidados preventivos com a saúde da população, haja vista as recomendações dos órgãos sanitários, para que fossem evitadas aglomerações; e outra, adotada por ele, que o isenta da responsabilidade de ser apontado como o “culpado” pela convocação das massas, mas que, em momento algum, evitou a formação dessas concentrações de pessoas. Ao contrário, nas falas seguintes, Bolsonaro legitima a manifestação.

Essa movimentação é percebida em (8) e (9), quando destaca que **“Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação”** e reforça: **“Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade”**. Nesse momento, o ex-presidente refere-se ao movimento político da direita, encabeçada por seus apoiadores e marcado em meio ao crescimento exponencial da pandemia no Brasil, que mobilizou milhares de pessoas, em várias cidades brasileiras, para protestar contra dois dos três poderes do País: o Congresso Nacional (Parlamento) e o Supremo Tribunal Federal (Judiciário), àquela altura, em situação de desgaste com o Executivo Federal. Esse contexto político foi marcado pelas tensões entre esses poderes, haja vista que Bolsonaro enfrentava dificuldades em aprovar suas pautas junto ao Legislativo e expressava descontentamento com decisões judiciais contrárias aos seus interesses.

Assim, as articulações em relação às manifestações de 15 de março refletiram as divisões políticas e sociais existentes no País, com grupos favoráveis e contrários ao

governo manifestando-se de forma contundente e, assim, demarcando, também, sua posição no tocante à possibilidade de aglomerar pessoas. De um lado, os manifestantes pró-Bolsonaro expressavam apoio ao presidente e suas políticas, enquanto os críticos denunciavam os ataques às instituições democráticas.

Para isentar-se da responsabilidade pela concentração de pessoas, em meio à crise sanitária, Bolsonaro alerta, em (10): **“Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados”**. Assim, além de não evitar, proibir ou recomendar a não aglomeração de indivíduos, ao sugerir apenas uma reflexão, com o termo **“repensados”**, o ex-presidente dá sequência ao discurso, com ênfase na legitimidade daquelas movimentações, no trecho (11), por meio do qual profere: **“Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil mudou. O povo está atento e exige de nós respeito à Constituição e zelo pelo dinheiro público. Por isso, as motivações da vontade popular continuam vivas e inabaláveis”**. Essa é a mensagem que encerra o seu discurso, com o desfecho das ideias propagadas por ele.

O pronunciamento chega ao fim, mais uma vez, com um apelo religioso, apesar de tratar-se de uma mensagem oficial, emitida pelo Chefe do Executivo de um Estado laico: (12) **“Que Deus abençoe o nosso Brasil!”**, com reforço a um projeto político e ideológico que dialoga, historicamente, com o negacionismo.

- ANÁLISES 3

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
03	15/03/2020	Entrevista CNN	“Entrar numa neurose”/ “Teve crise semelhante”/ “Mas sem histeria”
Material Discursivo			
<p>Repórter: – Presidente, eu gostaria de começar perguntando por que o senhor, hoje, foi verificar as manifestações aqui, em Brasília?</p> <p>Bolsonaro: – (1) Primeiramente, parabéns à CNN. A gente espera que seja uma imprensa, realmente, isenta e que produza a verdade. O Brasil está carente de verdades. (2) Bem, nós sabemos que esse movimento não foi de iniciativa minha. (3) Vinha sendo marcado, de forma espontânea, por parte da população, cansada de desmandos, cansada de ver certas coisas que não fazem bem para a coisa pública, como, por exemplo, partilha de R\$ 15 bilhões, onde o orçamento, todos sabem, quem</p>			

tem que executar é o Presidente da República. O Parlamento vota o orçamento, desloca recurso de um lado para outro, aprova, sanciona e cumpre. E não dessa forma como foi conduzida. **(4) E o que aconteceu? (5) Na quinta-feira, fiz um pronunciamento, onde falei que esse movimento tinha que ser repensado, porque tem um fato novo, aí, no mundo, que é o coronavírus, que pode, realmente, ser fatal para pessoas debilitadas ou pessoas idosas.** E, assim, foi o meu pronunciamento. **(6) O povo resolveu ir às ruas.** E eu resolvi ver o que estava acontecendo, aqui, na Esplanada. Passei de carro, não parei. E, depois, fui para a Presidência da República. **(7) Ali, de dentro da Presidência, o povo se aglomerou na frente e eu fui conversar com o povo. (8) Tirei fotografias, trocamos ideias, informações. (9) Agora, sabemos que as aglomerações de pessoas, realmente, correm o risco, seríssimo, desse vírus se deflagrar de forma bastante grave em nosso país. (10) Agora, é uma realidade. Você vê os metrô cheios, os ônibus cheios, tá certo? A barcaça do Rio de Janeiro, Rio-Niterói, estádio de futebol... O carnaval foi uma coisa inacreditável, até, que aconteceu. (11) Agora, é um vírus que você vai ter que enfrentar. Temam pelo pior, sim. (12) Agora, em momento nenhum, como alguns, irresponsavelmente, querem colocar a culpa em mim, por esse movimento. Não justifica isso aí. (13) E essas pessoas querem se esconder, com toda certeza, nós estamos numa cortina de fumaça, sobre seu trabalho, que não está sendo reconhecido por parte da população.**

Repórter: – Agora, presidente, o senhor ficou preocupado em manter contato com as pessoas, em frente ao Palácio ou não?

Bolsonaro: – **(14) Não. Eu não estou preocupado com isso, tá certo? (15) Eu tomo as minhas devidas precauções. (16) Agora, é o povo. Eu sou um presidente da República da população, do povo brasileiro. Estive do lado deles, tá certo? (17) Isso daí, com toda certeza, muitos pegarão isso, independente até dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer, mais cedo ou mais tarde. (18) Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo. (19) Outros vírus muito mais perigosos e letais que esse aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda. (20) Com toda certeza, há um interesse econômico envolvido nisso tudo, para que se chegue à essa histeria. (21) Você pode ver, no passado, tivemos uma crise semelhante, por outro problema no mundo. Mas, aqui no Brasil, era o PT que tava aqui no governo e os Estados Unidos eram os**

democratas e a reação não foi essa que está havendo, nem sequer perto dessa que está acontecendo hoje, no mundo todo.

Repórter: – Presidente, perdão interrompê-lo, houve críticas, também, à sua saída hoje. Críticas indiretas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e, também, crítica direta do presidente [da Câmara], Rodrigo Maia. Como é que o senhor reage a isso?

Bolsonaro: – (22) **Eu gostaria que eles saíssem às ruas como eu.** A resposta é essa. (23) **Nós, políticos, temos responsabilidade e devemos ser quase que escravos da vontade popular. Saiam às ruas os dois parlamentares.** Respeito os dois, não tenho nenhum problema com eles, tá certo? Estão fazendo suas críticas, estou tranquilo no tocante a isso. Espero que eles não queiram partir para algo perigoso (sic), depois dessas minhas palavras aqui. (24) **Agora, prezado Davi Alcolumbre, prezado Rodrigo Maia, querem sair às ruas? Saiam às ruas e vejam como vocês são recebidos, tá certo?** (25) **Outra coisa: os acordos não têm que ser entre nós, em gabinetes, com ar refrigerado, têm que ser entre o povo.** (26) **Eu quero aproximação do Rodrigo Maia, quero aproximação do Davi Alcolumbre. Respeito os dois parlamentares.** (27) **E o que é que está faltando para nós?** (28) **Como já disse em mais de uma oportunidade: se nós chegarmos a um bom entendimento e partirmos para uma pauta de interesse da população, todos nós seremos muito bem tratados, reconhecidos e até idolatrados nas ruas. É isso que eu quero. Eu não quero aparecer e eles não. Muito pelo contrário.** Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre, estou disposto a recebê-los, amanhã, aqui, no Alvorada, ou até se quiser que eu vá ao Parlamento, eu vou, com vocês dois, obviamente, e (29) **vamos conversar e deixar de lado qualquer “picuinha” que, porventura, exista.** (30) **O Brasil está acima de nós três.**

Repórter: – Presidente, vamos para a Economia. Em relação à equipe econômica, há alguma novidade agora para a próxima semana, em relação aos números?

Bolsonaro: – Conversei hoje com o Chefe da Casa Civil. Instalaremos, amanhã, na verdade, agora, um Gabinete de Crise, com mais gente, para a gente tomar as providências, em especial no tocante à Economia. (31) **Há certas medidas que são tomadas por governadores, eles têm autoridade para fazer isso daí, que nós temos que ver aqui até que ponto essas medidas vão afetar a nossa economia, que grande parte vem aqui do povão.** (32) **Quando você proíbe jogo de futebol, entre outras coisas, você está**

partindo para o histerismo, no meu entender. E eu não quero. (33) A CBF vai se reunir amanhã... Poderia, no caso, vender um percentual de ingressos, levando-se em conta a quantidade de pessoas que comportam nas arquibancadas. E não partir para, simplesmente, proibir isso e aquilo, porque não vai, no meu entender, conter a expansão dessa forma, muito rígida. (34) Devemos tomar providência, porque pode, sim, se transformar numa questão muito grave, a questão do vírus no Brasil, mas sem histeria. (35) A Economia tem que funcionar, porque não podemos ter uma onda de desemprego no Brasil. (36) O desemprego leva pessoas que já não se alimentam muito bem a se alimentar pior ainda. Aí vão ficar mais sensíveis, uma vez sendo infectadas, e levar até a óbito.

Realizada na noite do dia 15 de março de 2020, a entrevista da TV CNN a Bolsonaro sucedeu a realização das manifestações pró-bolsonaristas em todo o país, que, paralelamente, atacavam duas instituições democráticas: o Legislativo e o Judiciário. O movimento exibia, ainda, cartazes com os dizeres: “Contra o vírus do STF, álcool e fogo”, “intervenção militar” e “AI-5”, em referência ao Ato Institucional considerado o mais duro e cruel da Ditadura Militar brasileira. Naquela tarde, o ex-presidente uniu-se aos manifestantes e posou para fotos, sem máscaras.

Na imprensa nacional, diferentes veículos estamparam manchetes sobre o caso. Na Folha de São Paulo, lia-se: “Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo”; no Correio Braziliense, “Bolsonaro rompe isolamento e aparece em manifestação a favor do governo”; no G1, “Bolsonaro descumpre monitoramento por coronavírus, participa de ato e cumprimenta apoiadores no DF [Distrito Federal]”; no Brasil de Fato, “Bolsonaro ignora coronavírus e participa de manifestação contra Congresso e STF”.

Assim, a entrevista da CNN inicia-se com a pauta mais marcante do dia: a presença do ex-presidente nas manifestações. Antes de responder à pergunta, Bolsonaro adota uma estratégia presente em seus quatro anos de mandato, que também caracterizou seu comportamento nas eleições que o levaram à Presidência: o embate com a imprensa. Ao parabenizar a CNN, veículo televisivo que estreava no Brasil, naquela mesma data, 15 de março de 2020, o ex-chefe do Executivo atacou a mídia nacional: (1) **“Primeiramente, parabéns à CNN. A gente espera que seja uma**

imprensa, realmente, isenta e que produza a verdade. O Brasil está carente de verdades”.

Ao considerar que a verdade não é uma entidade objetiva e neutra, mas uma construção social moldada pelo poder, identifica-se, na fala de Bolsonaro, como ele se coloca como um “detentor” de “verdades”. No momento em que descreve que espera **“uma imprensa, realmente, isenta e que produza verdade”**, pois **“o Brasil está carente de verdades”**, ele coloca em questionamento a credibilidade da imprensa brasileira, para que seja colocada à prova sempre que o contrapõe. Assim, numa campanha gradativa de desmoralização e enfrentamento, o ex-presidente estabeleceu posição antagônica em relação ao Jornalismo brasileiro.

Na sequência, Bolsonaro alinha seu discurso às estratégias adotadas no pronunciamento anterior, transmitido no dia 12 de março de 2020, no qual isentou-se da responsabilidade pela convocação das massas. Em (2), ele destaca: **“Bem, nós sabemos que esse movimento não foi de iniciativa minha”**. Assim, ele busca desassociar-se de uma possível culpabilização por parte dos cidadãos contrários às aglomerações. Mas, prossegue a entrevista justificando as motivações dos manifestantes e validando suas ações, ao declarar que (3) **“vinha sendo marcado, de forma espontânea, por parte da população, cansada de desmandos, cansada de ver certas coisas que não fazem bem para a coisa pública, como, por exemplo, partilha de R\$ 15 bilhões, onde o orçamento, todos sabem, quem tem que executar é o Presidente da República”**. Há, portanto, uma legitimação das manifestações, desconsiderando os riscos iminentes à saúde da população brasileira, diante da crise sanitária.

Em (4), Bolsonaro pergunta: **“E o que aconteceu?”**. Mais uma vez, na relação *verdade x poder*, ele coloca-se como detentor e produtor de verdades. Ele utiliza a pergunta como uma estratégia para apresentar as suas próprias verdades e construir uma narrativa orientada por ele e por seu grupo político. Ou seja, propõe que a realidade consiste na sua versão, para contrariar os fatos que se apresentavam a partir de sua presença nas mobilizações do 15 de março. Por isso, em (5), ele mesmo responde à sua pergunta: **“Na quinta-feira, fiz um pronunciamento, onde falei que esse movimento tinha que ser repensado, porque tem um fato novo, aí, no mundo, que é o coronavírus, que pode, realmente, ser fatal para pessoas debilitadas ou**

peças idosas”. Assim, faz menção a um discurso pretérito, no qual já havia o prenúncio dos acontecimentos e por meio do qual não utilizou estratégias contundentes para evita-los, bem como reforça, mais uma vez, os perigos do vírus apenas para um grupo etário. Quem não é idoso, então, poderia participar da manifestação?

O ex-presidente completa: (6) **“O povo resolveu ir às ruas”**. Assim, transfere para a população a responsabilidade. Forja-se do ambiente democrático, para alegar que foi uma manifestação popular. Mais que isso: reduz e generaliza a população brasileira, o povo brasileiro, ao grupo de apoiadores. Aquela era uma manifestação popular ou a manifestação de um grupo político?

Em (7) e (8), descreve sua participação, respectivamente: **“Ali, de dentro da Presidência, o povo se aglomerou na frente e eu fui conversar com o povo”, “tirei fotografias, trocamos ideias, informações”**. A aglomeração foi atribuída ao povo, na 3ª pessoa do singular. Em *ipsis litteris*, **“o povo se aglomerou”**, ele não. O que ele fez, então? **“Tirei fotografias, trocamos ideias, informações”**, o que significa dizer que apenas serviu às pessoas, esteve acessível a elas.

Em seguida, para minimizar os efeitos do ato e, ao mesmo tempo, normalizá-lo, faz comparações com realidades presentes em outros contextos brasileiros – sobretudo, em momentos anteriores à deflagração da pandemia e em estados cujos governadores apresentavam-se contrários às suas políticas, como o Rio de Janeiro. Não à toa, em (9) e (10) ele pontua, respectivamente: **“Agora, sabemos que as aglomerações de pessoas, realmente, correm o risco, seríssimo, desse vírus se deflagrar de forma bastante grave em nosso país”** e **“agora, é uma realidade. Você vê os metrô cheios, os ônibus cheios, tá certo? A barcaça do Rio de Janeiro, Rio-Niterói, estádio de futebol... O carnaval foi uma coisa inacreditável até, que aconteceu”**.

Nessa construção marcada por dialéticas e contradições, Bolsonaro já prossegue com o alerta sobre o problema, ao dizer que (11) **“agora, é um vírus que você vai ter que enfrentar. Temam pelo pior, sim”**, de modo que nunca poderão dizer que ele omitiu a existência do problema, mas que, tampouco, o responsabilizem, como reforça no trecho (12): **“Agora, em momento nenhum, como alguns,**

irresponsavelmente, querem colocar a culpa em mim, por esse movimento (sic)". E, nessa disputa de interesses e relações de poder, ele conduz o discurso para o tom de ataques e provocações: (13) **"E essas pessoas querem se esconder, com toda certeza, nós estamos numa cortina de fumaça, sobre seu trabalho, que não está sendo reconhecido por parte da população"**. Mais uma vez, ele refere-se aos governadores contrários à sua política sanitária e faz uso de termos que denotam "esconderijo", "obstrução", "omissão", ou seja, aquilo que é contrário à (sua) verdade.

O contraditório demarca-se, claramente, no seu discurso, a partir da resposta à pergunta posterior: **"O senhor ficou preocupado em manter contato com as pessoas, em frente ao Palácio ou não?"**. Na resposta, Bolsonaro enfatiza: (14) **"Não. Eu não estou preocupado com isso, tá certo?"**. Como chefe do Executivo, alertou a população sobre a gravidade do vírus, inclusive ao declarar que **"temam o pior, sim"**, mas afirma não se preocupar com uma possível contaminação. Ele, enquanto representante do povo e porta-voz do governo, invalida os riscos da crise sanitária e completa: (15) **"Eu tomo as minhas devidas precauções"**, enquanto junta-se à uma aglomeração e dialoga com apoiadores, sem máscaras. Essas são, portanto, as precauções adequadas para fazê-los despreocupar-se com o vírus? Coloca-se como o inabalável, o inatingível, como a figura "mítica" – "o mito" – que se apresentou nas eleições de 2018 como o "salvador da pátria".

Depois, volta-se, novamente, para o povo. E, em consonância com o trecho (8), reitera: (16) **"Agora, é o povo. Eu sou um presidente da República da população, do povo brasileiro. Estive do lado deles, tá certo?"**. Retira sua responsabilidade no tocante às aglomerações e aos possíveis danos à saúde pública, decorrentes da mobilização, mas atribui ao seu cargo a responsabilidade de atender ao chamado da população, ainda que diante de atos caracterizados pela irresponsabilidade sanitária e pelo confronto às instituições democráticas.

Sempre pautado pelo contraditório, retoma a questão do vírus em seu discurso, quando normaliza a contaminação, ao dizer que (17) **"Isso daí, com toda certeza, muitos pegarão isso, independente até dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer, mais cedo ou mais tarde"** – ou seja, invalida as precauções adotadas, paralelamente pelas instituições sanitárias, preocupadas com a curva de contaminação em um curto período de tempo. E corrobora a ideia, ao proferir que (18) **"Devemos**

respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo”, quando descredibiliza a legítima preocupação com um vírus que, naquela altura, já havia infectado 200 brasileiros – além dos 1,9 mil casos suspeitos – e que, ao final da pandemia, totalizava mais de 700 milhões de casos e 7 milhões de óbitos em todo o mundo.

No trecho (18), Bolsonaro não só minimiza os impactos da crise, mas associa as medidas preventivas à **neurose**, que engloba patologias de transtorno de personalidade do *cluster B* – a exemplo da Bipolaridade, da Esquizofrenia e da Ansiedade –, registradas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Dessa forma, o ex-presidente parte para uma estratégia de normalização do problema e controle social, quando coloca uma resposta mais rígida à pandemia como algo alarmista, “anormal”, associado aquilo que se dissocia da sanidade mental, fazendo uma associação à “loucura”, como, inapropriadamente, os transtornos de ordem psicológica costumam ser estigmatizados.

Mas, quem se beneficiaria com um discurso menos alarmista, como propõe Bolsonaro? Os setores econômicos, para os quais o ex-presidente, ao longo de sua narrativa, direciona sua atenção. Em (19) **“Outros vírus muito mais perigosos e letais que esse aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda”** e (20) **“Com toda certeza, há um interesse econômico envolvido nisso tudo, para que se chegue à essa histeria”**, essa estratégia é reforçada.

No trecho (21), Bolsonaro destaca: **“Você pode ver, no passado, tivemos uma crise semelhante, por outro problema no mundo. Mas, aqui no Brasil, era o PT que tava (sic) aqui no governo e os Estados Unidos eram os democratas e a reação não foi essa que está havendo, nem sequer perto dessa que está acontecendo hoje, no mundo todo”**. Na fala, há uma tentativa de construir uma narrativa histórica que compara a reação à crise atual com uma situação passada, enfatizando as diferenças entre os governos do PT, no Brasil, e dos democratas, nos Estados Unidos, em comparação aos governos de Bolsonaro e Trump, líder republicano estadunidense – ambos representantes da direita, em seus respectivos países. Essa comparação reforça interesses ideológicos e políticos presentes no discurso, bem como a construção de identidades e inimigos, para a promoção de uma agenda específica.

Na continuação da entrevista, o repórter menciona críticas à postura do presidente, por parte dos líderes da Câmara e do Senado, o Deputado Rodrigo Maia e o Senador Davi Alcolumbre, respectivamente. Neste momento, evidencia-se a politização do discurso, das medidas e das práticas do ex-presidente para moldar o comportamento da população frente à pandemia.

Na resposta, Bolsonaro propõe: (22) **“Eu gostaria que eles saíssem às ruas como eu”**. Na fala, ele não apenas normaliza a ida às ruas, como emite uma provocação ao deixar em dúvida se os parlamentares não vão às ruas por receio da contaminação ou por optarem por distanciar-se da população, seja por uma estrutura hierarquizada ou por temerem uma rejeição popular. Assim, completa: (23) **“Nós, políticos, temos responsabilidade e devemos ser quase que escravos da vontade popular. Saiam às ruas os dois parlamentares”**.

Quando se leva em consideração, na perspectiva da AD, que o exercício do poder também engloba o controle sobre os corpos e os comportamentos das pessoas, nota-se que, ao enfatizar que os políticos têm a responsabilidade de se submeter à vontade popular, **“quase como escravo”**, portanto, até mesmo obrigado, ele sugere que sua ação teve como objetivo corresponder às expectativas da sociedade. De tal forma, atribui à sua conduta uma ideia de exercício do bem comum, em respeito às demandas populares – sem que, necessariamente, elas impactem no cuidado com a saúde pública.

Assim, reitera o discurso e desafia os parlamentares: (24) **“Agora, prezado Davi Alcolumbre, prezado Rodrigo Maia, querem sair às ruas? Saiam às ruas e vejam como vocês são recebidos, tá certo”**. A confrontação e a competição presentes nessa fala expõem um duelo político que se sobrepôs à uma unicidade federativa no combate à pandemia. Ainda assim, Bolsonaro repete comportamentos contraditórios ao, na sequência, afirmar: (25) **“Outra coisa: os acordos não têm que ser entre nós, em gabinetes, com ar refrigerado, têm que ser entre o povo”** e (26) **“eu quero aproximação do Rodrigo Maia, quero aproximação do Davi Alcolumbre. Respeito os dois parlamentares”**.

Em seguida, explora, mais uma vez, a sua narrativa sobre os fatos, ao lançar a pergunta: (27) **“E o que é que está faltando para nós?”**. Ao construir a pergunta, cuja resposta também parte dele, novamente, Bolsonaro produz e dissemina o seu

enredo, enquanto desconstrói as demais fontes contrárias a ele. Assim, responde: (28) **“Como já disse em mais de uma oportunidade: se nós chegarmos a um bom entendimento e partirmos para uma pauta de interesse da população, todos nós seremos muito bem tratados, reconhecidos e até idolatrados nas ruas. É isso que eu quero. Eu não quero aparecer e eles não. Muito pelo contrário”**. Nesse trecho, ele esclarece, assim, que o questionamento em torno de uma possível ida dos parlamentares às ruas consiste numa provocação no tocante à validação da popularidade desses políticos e coloca-se como alguém bem-quisto pela população, como se fora uma unanimidade.

Bolsonaro finaliza a resposta com: (29) **“Vamos conversar e deixar de lado qualquer ‘picuinha’ que, porventura, exista”** e (30) **“O Brasil está acima de nós três”**. Aqui, desconstrói a ideia de embate, presente em todo o seu discurso, para sugerir um comportamento diplomático e posicionar o Brasil como o centro das atenções, ainda que tenha se colocado como protagonista, na fala anterior.

Por fim, Bolsonaro é questionado sobre a Economia, no contexto pandêmico. E, antes de apresentar qualquer medida econômica – além da implementação de um Gabinete de Crise –, o ex-presidente parte para mais uma ofensiva. Desta vez, aos governadores, fortalecendo um discurso autoritário.

No trecho (31), afirma: **“Há certas medidas que são tomadas por governadores, eles têm autoridade para fazer isso daí, que nós temos que ver aqui até que ponto essas medidas vão afetar a nossa economia, que grande parte vem aqui do povão”**. A transferência de responsabilidade no tocante à Economia torna-se uma estratégia permanente em seu discurso e, para isso, faz apelo, também, a práticas coletivas populares nos hábitos dos brasileiros.

Não à toa, em (32), faz referência às partidas de futebol: **“Quando você proíbe jogo de futebol, entre outras coisas, você está partindo para o histerismo, no meu entender”**. E completa: (33) **“A CBF vai se reunir amanhã... Poderia, no caso, vender um percentual de ingressos, levando-se em conta a quantidade de pessoas que comportam nas arquibancadas. E não partir para, simplesmente, proibir isso e aquilo, porque não vai, no meu entender, conter a expansão dessa forma, muito rígida”**.

Além disso, mais uma vez, faz uso de vocábulos relacionados a transtornos psicopatológicos, para denotar a ausência de sanidade das faculdades mentais daqueles que propõem, com base em orientações científicas, cuidados severos no controle do avanço da Covid-19, quando menciona a **“histeria”**, no trecho (32), e o corrobora, no (34): **“Devemos tomar providência, porque pode, sim, se transformar numa questão muito grave, a questão do vírus no Brasil, mas sem histeria”**.

No trecho (35), contudo, ele traz uma alerta para o campo econômico: **“A Economia tem que funcionar, porque não podemos ter uma onda de desemprego no Brasil”** e, com isso, utiliza, em seu discurso, elementos que também apelam para as fragilidades emocionais da população, quando apresenta um medo inerente ao ser humano: (36) **“O desemprego leva pessoas que já não se alimentam muito bem a se alimentar pior ainda. Aí vão ficar mais sensíveis, uma vez sendo infectadas, e levar até a óbito”**. Assim, Bolsonaro utiliza elementos discursivos que produzem verdades a serviço dos interesses do poder dominante, valorizando a livre iniciativa, o livre mercado e a redução da intervenção do Estado nesse setor, a partir da manipulação da informação e da sua disseminação, bem como da supressão daquelas que contradigam essa narrativa.

- ANÁLISE 4

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
04	21/03/2020	Entrevista CNN	“Lunático”
Material Discursivo			
<p>– Primeiro, (1) Estados Unidos começou a analisar esse medicamento [hidroxicloroquina] e eu liguei, também, hoje, para o Hospital Albert Einstein e foi confirmado que eles iniciaram o protocolo de pesquisa para avaliar a eficácia da cloroquina nos pacientes com a Covid-19. (2) E é um medicamento bastante barato. Mais ainda: (3) hoje, eu tive a grata satisfação de receber o comunicado da diretora de assuntos corporativos da Apsen Farmacêutica, onde eles se apresentaram, se voluntariaram a doar o que for necessário em comprimidos e Reuquinol para os brasileiros, de forma geral. Então, existe essa possibilidade, sim, que o Reuquinol seja eficaz para tratar os portadores do Covid-19 (sic). E nós devemos, (4) então, nos antecipar a isso, porque um remédio você não faz de um dia para outro, leva alguns</p>			

dias. Então, essa é a intenção. Muito pelo contrário, estamos na frente. Não cuidando apenas das questões do dia a dia, que são importantes, mas pensando lá na frente, da possibilidade de ser esse remédio eficaz.

Repórter: – Não seria uma grande quantidade de medicamento, caso não seja comprovado?

Bolsonaro: (5) **Olha, primeiramente, a Apsen tem 10 milhões de comprimidos. A Fiocruz, parece, tem em torno de 4 milhões. Temos bastante pra começar aqui. Mas o custo é extremamente barato, tanto é que a Apsen está nos doando esse remédio. E nós queremos que, uma vez confirmado, nós possamos distribuir para todos os infectados esse remédio.**

Repórter: – Presidente, mais cedo, o governador do principal estado do país decretou quarentena, o governador de São Paulo, João Dória. O que o senhor achou dessa medida?

Bolsonaro: – Olha, pra falar a verdade, que eu não vou fugir dessa minha característica, (6) **é um lunático. (7) Está fazendo política em cima deste caso. Olha, um governador que nega ter usado meu nome para se eleger governador. Então, eu lamento essa posição política dele. Ele está se aproveitando desse momento, pra querer crescer politicamente.** O assunto, no meu entender, tem que ser voltado, exclusivamente, para esse problema que temos pela frente, que é o coronavírus. Esse é o cerne da questão. (8) **Medidas que este governador tem tomado, como outros, do Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, o próprio DF, são questões, no meu entender, que extrapolam. (9) É uma dose de remédio excessivo (sic). E o remédio em excesso torna-se um veneno. (10) Você pode ver: o Rio de Janeiro, por exemplo, proibindo pouso de aviões em nossos aeroportos. Olha, os aeroportos estão sendo usados, ainda, pra trazer gente de fora do Brasil pra cá. Você precisa trazer insumos pra cá, muitos, de aviões. Você precisa continuar atendendo quem precisa do transplante de órgãos, que não podem vir pelo meio rodoviário ou ferroviário. Então, (11) estão fazendo um clima de terror junto à população desses estados. (12) E digo mais: que isso leva à depressão. E uma pessoa em depressão a sua imunidade baixa e ela fica mais propensa, ainda, a, ao adquirir o vírus, partir para uma letalidade.** E é isso que tem que ser evitado da nossa parte. Levar paz pra população e dizer que essa onda é grande, é preocupante, mas ela vai passar.

Repórter: – Os governadores dos principais estados, presidente, têm criticado o governo federal por não conduzir um Pacto Nacional no Combate ao Vírus. **(13) O senhor pretende...**

Bolsonaro: – Olha, esses governadores estão me criticando desde o começo do ano passado, em especial do Rio de Janeiro e de São Paulo. **(14) Eu nunca neguei audiência com governador. (15) Agora, pretendemos, no início da semana que vem, pessoalmente ou por videoconferência, recebê-los.** Agora, todos nós – eu, como chefe do Executivo Federal, e eles, chefes dos Executivos Estaduais – sabia (sic) das condições precárias financeiras que nós tínhamos pela frente. Agora, certos pedidos são absurdos. Agora, por outro lado, aprovado o Estado de Calamidade, tem recurso para nós podermos gastar para questões, exclusivamente, no combate ao vírus. Não temos problema em atender, como estamos atendendo. Inclusive, ligações diretas com prefeitos. **(16) No próximo domingo, amanhã, temos a videoconferência, juntamente com (sic) o ministro da Saúde, o Mandetta, com, aproximadamente, vinte prefeitos de grandes cidades do Brasil. (17) Estamos atendendo esses prefeitos dessa forma direta, sem politizar. (18) Esses governadores, esses poucos, né, que me criticam o tempo todo e dizem que eu não tenho liderança, digo a esses governadores: as eleições de 2022 estão muito longe, ainda, pra vocês partirem pra esse tipo de ataque, esse tipo de comportamento de desgaste infundado em cima do chefe do Executivo Federal.**

Repórter: – Presidente, em entrevista à CNN, Ciro Gomes disse que o senhor já deveria ter pedido ao Congresso a revogação do Teto de Gastos. O senhor pretende tomar essa decisão?

Bolsonaro: – Não. Essa é uma Proposta de Emenda à Constituição. O que nós fizemos no Parlamento foi Estado de Emergência, Estado de Calamidade. E o Parlamento já aprovou. Então, estamos autorizados a gastar, além do teto, tudo o que for necessário para combatermos, aí, o coronavírus. Eu acredito que é irresponsabilidade você furar o teto. Nós temos que ter um limite, porque não tínhamos no passado e o Brasil chegou, em meados do anos passado, com uma dívida interna de, aproximadamente, R\$ 4 trilhões.

Repórter: – A previsão do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] para 2020, em seu governo, é 0,02%. Não é uma previsão muito otimista, presidente?

Bolsonaro: – (19) **Eu não quero fazer previsões. Eu tenho falado que devemos evitar falar em números. (20) Afinal de contas, vem a crítica, por parte da imprensa, quando esses números não atingem esse valor que havíamos previsto.** Alguns acham, até que ia gerar aí um crescimento negativo do Brasil. Vamos esperar. Faltam poucos meses para atingirmos, aqui, o pico da questão dessa contaminação, ou até mesmo a cura dessa doença, e, só daí, nós poderemos falar em Economia. (21) **No momento, minha grande preocupação é com a vida das pessoas, bem como com o desemprego, (22) que está aí, proporcionado por esses governadores irresponsáveis.**

Repórter: – Presidente, ontem, o senhor voltou a se referir ao novo coronavírus como uma “gripezinha”. Não foi inadequado tratar a doença como uma pequena gripe?

Bolsonaro: – Por várias vezes, a imprensa queria que eu fizesse a terceira prova sobre o coronavírus. Eu até falei pra eles: “Vocês estão muito preocupados com a minha saúde”. E eu, a minha pessoa, que depois de uma facada (sic), eu estou tranquilo no tocante a qualquer coisa tocante (sic) a esse vírus. E (23) **me referi, naquele momento, sobre a “gripezinha” para a minha pessoa. (24) E, pode ter certeza, para mais de 60% dos brasileiros, não será uma “gripezinha”, não será nada, que nem tomarão conhecimento, nem sentirão, caso venham a ser infectados. (25) Então, para a minha condição, é que eu respondi isso daí. (26) Entendo que, para os idosos, para pessoas que tenham alguma doença, o vírus poderá ser bastante grave.**

Repórter: – Agora, presidente, a Justiça do Distrito Federal determinou, ontem, que o Hospital das Forças Armadas, ao qual o senhor fez o teste sobre o coronavírus, forneça os nomes de todos que tiverem o resultado positivo. O que o senhor acha disso?

Bolsonaro: – Eu pergunto: se fizesse o mesmo pedido para quem estivesse acometido de HIV, será que estariam deferindo um pedido desse? Ou para quem é acometido de câncer? (27) **O caso do chefe do Executivo... Eu tenho um tratamento especial. (28) Algo que, porventura, venha a acontecer comigo você mexe na Economia do Brasil. Isso não é bom para esse país. (29) No caso, o vírus para mim, se eu estivesse acometido, tivesse sido portador, não haveria problema nenhum em divulgar. Jamais eu mentiria para o povo brasileiro, (30) mas não estou acometido pelo vírus e acho que é uma intromissão, uma ingerência desproporcional na vida do ser humano.**

Repórter: – Fará um novo exame?

Bolsonaro: – Só farei se o Mandetta, que, neste caso, é o meu superior, ou os médicos que me acompanham acharem que eu devo fazer um novo teste para o coronavírus. (31) **Você pode ver. Eu sei que você não é médico, mas você pode analisar pela maneira que eu estou conversando contigo, eu sou uma pessoa que, pelo que tudo indica, não tenho o vírus,** como atestam os dois últimos exames meus.

Repórter: – Falando no ministro Mandetta, há alguma crise entre o senhor e o ministro da Saúde?

Bolsonaro: – Olha, já fabricaram crise entre eu e o Moro, entre eu e o Paulo Guedes, e, agora, né, o Mandetta como apareceu e essa crise é fabricada pela imprensa. (32) **Como na imprensa é comum dizer que tal ministro vai cair, nos próximos dias. Então, isso aí é a maneira de tentar desestabilizar, desgastar o governo. (33) E fique sabendo de uma coisa: é comum a imprensa se referir a vários ministros, dizer que eles fazem um excelente trabalho, apesar do presidente. (34) Olha, o presidente sou eu, quem escalou esse time. Se eu quisesse não fazer um trabalho sério, eu não escalaria esses ministros que têm dado show, que têm orgulhado a todos nós do Brasil. (35) Nunca se viu, no Brasil, uma equipe de ministros como essa. Eu sou o técnico do time e o time está jogando muito bem, graças a Deus!**

Repórter: – Presidente, eu fiz a pergunta sobre o ministro porque há algumas divergências no seu discurso e no discurso dele. Houve alguma crise entre vocês, entre os senhores?

Bolsonaro: – Com todos os ministros, eu converso. Com todos eles. (36) **O Mandetta, no primeiro momento, eu estava achando que ele estava exagerando, tá certo?** Tanto é que ele foi bastante questionado, ontem, quando falou uma palavra que não era adequada naquele momento, foi “colapso”, e ele explicou, perfeitamente. Então, é isso apenas que eu tenho conversado com ele, acertando os ponteiros. (37) **E ele, como médico, sabe, né, por exemplo, uma população em depressão perde imunidade e fica mais propenso (sic) a ter sérias complicações, uma vez sendo acometida pelo vírus. (38) Essa é a mensagem que tenho conversado com o Mandetta.** Isso aí não tem qualquer atrito, é

conversa entre nós. **(39) É convencimento entre as partes, como eu me convenço em muito mais do que ele fala pra mim do que eu falo pra ele.**

Repórter: – Presidente, o senhor acha que vai ter esse colapso?

Bolsonaro: – **(40) Não. Não acredito. Não.** O que estão fazendo é alongar a curva de infecção. Se bem que **(41) estou muito confiante nesse remédio, o Reuquinol, que tá sendo, aqui, testado no Brasil e fora do Brasil.** Agora, não acredito em colapso. **(42) A curva vai aumentar, pra que nós possamos, para que as pessoas idosas, nossas pessoas queridas, nossos pais, nossos avós tenham tratamento adequado, uma vez acometidas por esse vírus.**

Nesta entrevista concedida à Rede CNN, no dia 21 de março de 2020, Bolsonaro fala, pela primeira vez, em TV aberta, sobre o medicamento *hidroxicloroquina* – após tê-lo mencionado em *live* – cuja eficácia no combate à Covid-19 jamais foi comprovada. Na ocasião, o ex-presidente não só menciona o nome do fármaco, que apenas passava por estudos, como faz uma associação à uma importante instituição de saúde, no trecho **(1)**, quando comenta que **“Estados Unidos começou a analisar esse medicamento [hidroxicloroquina] e eu liguei, também, hoje, para o Hospital Albert Einstein e foi confirmado que eles iniciaram o protocolo de pesquisa para avaliar a eficácia da cloroquina nos pacientes com a Covid-19”**. Aqui, a irresponsabilidade do discurso e a pressa em apresentar soluções “milagrosas” expuseram uma medicação utilizada para o tratamento de outras doenças, como lúpus, artrite e malária – não à toa, logo tiveram seus estoques esgotados nas farmácias brasileiras. E, para além disso, induziu a população à automedicação, sem qualquer cientificidade.

Ao fazer uso da sua voz, enquanto chefe do Executivo, e, também, utilizar o nome do Hospital Albert Einstein, Bolsonaro traz um exemplo claro das discussões apresentadas pela AD acerca de produção de verdades, controle informacional e da relação entre poder e conhecimento. Ele legitima, de forma antecipada, o uso do medicamento para tratamento precoce, sem atentar para efeitos colaterais, bem como faz uma fusão complexa e controversa que associa o remédio aos protocolos de um hospital de referência nacional, produzindo e disseminando uma informação, a partir da reputação e da *expertise* da instituição de saúde.

Na sequência, ressalta: **(2) “E é um medicamento bastante barato”**. Nesse momento, torna-o ainda mais acessível à população, carente de informações sobre o vírus e imersa em inseguranças, medos e fragilidades, diante de uma crise inédita. E volta a mencioná-lo como uma possível grande solução: **(3) “Hoje, eu tive a grata satisfação de receber o comunicado da diretora de assuntos corporativos da Apsen Farmacêutica, onde eles se apresentaram, se voluntariaram a doar o que for necessário em comprimidos de Reuquinol [sulfato de hidroxicloroquina] para os brasileiros, de forma geral. Então, existe essa possibilidade, sim, que o Reuquinol seja eficaz para tratar os portadores do Covid-19 (sic)”**. Neste momento, o ex-presidente não só faz uso da sua posição de poder para um acordo com a indústria farmacêutica, sem prever as consequências biopolíticas disso, como faz a propaganda, para todo o país de uma indústria e de um fármaco sem qualquer eficácia para a Covid-19. E, em **(4)**, já sinaliza o incentivo à produção do medicamento: **“então, nos antecipar a isso, porque um remédio você não faz de um dia para outro, leva alguns dias”**.

Quando questionado, pelo repórter, se não seria uma grande quantidade de medicamentos, caso não fosse comprovada a eficácia, Bolsonaro responde: **(5) “Olha, primeiramente, a Apsen tem 10 milhões de comprimidos. A Fiocruz, parece, tem em torno de 4 milhões. Temos bastante pra começar aqui. Mas o custo é extremamente barato, tanto é que a Apsen está nos doando esse remédio. E nós queremos que, uma vez confirmado, nós possamos distribuir para todos os infectados esse remédio”**. Há, assim, uma reafirmação no potencial do medicamento, enquanto estratégia de combate à Covid-19, por parte do governo brasileiro.

Em seguida, o ex-presidente é perguntado sobre sua avaliação acerca do Decreto de Quarentena, firmado pelo então governador do Estado de São Paulo, João Dória. Para responder, Bolsonaro utiliza o mesmo recurso utilizado em discursos anteriores, para atribuir um caráter irreal, anormal ou fantasioso para o que lhe contrapõe: **(6) “É um lunático”**, diz sobre Dória, para estabelecer uma narrativa de descrédito aos seus opositores. E completa: **(7) “Está fazendo política em cima deste caso. Olha, um governador que nega ter usado meu nome para se eleger governador. Então, eu lamento essa posição política dele. Ele está se aproveitando desse momento, pra querer crescer politicamente”**, reforçando seu embate e os ataques a governadores. Esse enfrentamento prossegue em **(8)**: **“Medidas que este governador tem tomado, como outros, do Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, o próprio DF, são questões, no meu entender,**

que extrapolam". A crítica à autonomia e à liderança dos chefes dos Executivos Estaduais, motivadas pela ausência de uma coordenação federal contundente, segue, com uma analogia ao serviço de Saúde: (9) **“É uma dose de remédio excessivo (sic). E o remédio em excesso torna-se um veneno”** – Bolsonaro, mais uma vez, coloca medidas mais restritivas, para evitar a contaminação pelo vírus, a partir do contágio em massa, como “excessos” e, portanto, como algo desproporcional, descabido, a ponto de ser confundido com um “veneno” – letal, nocivo.

E continua com críticas aos estados governados por opositores: (10) **“Você pode ver: o Rio de Janeiro, por exemplo, proibindo pouso de aviões em nossos aeroportos”**. Além disso, se apropria das medidas adotadas por esses governadores para usá-las como elementos de amedrontamento da população. Assim, no trecho (11), declara que **“estão fazendo um clima de terror junto à população desses estados”** e complementa, no (12), ao afirmar que **“isso leva à depressão. E uma pessoa em depressão a sua imunidade baixa e ela fica mais propensa, ainda, a, ao adquirir o vírus, partir para uma letalidade”**. Dessa forma, Bolsonaro cria novas instabilidades e inseguranças, ao apontar para outras fragilidades e aumentar o nível de inconsistência de ações e informações, bem como ao normalizar a transferência de responsabilidades para os demais governantes – sempre numa disputa por força política, liderança e narrativas.

Na pergunta seguinte, o repórter é interpelado por Bolsonaro, antes de concluir a frase: (13) **“O senhor pretende...”**. Evidencia-se, nesse caso, algo presente em outras entrevistas de Bolsonaro, marcadas pela sua relação conflituosa com a imprensa, bem como o autoritarismo de seu discurso. Pela perspectiva da AD, uma vez que as relações de poder estão presentes em todas as interações sociais, quando um interlocutor interrompe a fala do outro, há o reflexo de uma dinâmica de poder e de imposição da sua voz ou da sua perspectiva sobre o outro. Existe, portanto, uma supressão e um silenciamento, uma vez que há um controle da narrativa.

Ao interromper o jornalista, o ex-presidente remete-se, novamente, à pauta dos governadores: (14) **“Eu nunca neguei audiência com governador”**. Mas, ao completar a frase, tampouco coloca o diálogo com os representantes estaduais como prioridade, uma vez que sugere um encontro com os líderes para a semana seguinte: (15) **“Agora, pretendemos, no início da semana que vem, pessoalmente ou por videoconferência,**

recebê-los". Nesse caso, quem "pretende" ainda está no campo das ideias, não no da operacionalização, da execução.

Essa falta de prioridade é confirmada em (16), quando informa que **"no próximo domingo, amanhã, temos a videoconferência, juntamente com (sic) o ministro da Saúde, o Mandetta, com, aproximadamente, vinte prefeitos de grandes cidades do Brasil"**. Ou seja, uma reunião com prefeitos foi marcada antes do encontro com governadores. Além disso, com uma expectativa de acionar vinte prefeituras, em um paralelo abissal com o total de 5,5 mil municípios em todo o País e 27 capitais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Bolsonaro diz, no trecho (17), que está **"atendendo esses prefeitos dessa forma direta, sem politizar"**. Contudo, contradiz o discurso ao polemizar e trazer para o campo da politização a relação com os demais governantes, no trecho (18), quando ressalta que **"esses governadores, esses poucos, né, que me criticam o tempo todo e dizem que eu não tenho liderança, digo a esses governadores: as eleições de 2022 estão muito longe, ainda, pra vocês partirem pra esse tipo de ataque, esse tipo de comportamento de desgaste infundado em cima do chefe do Executivo Federal"**. Para isso, apela, também, à uma retórica de perseguição, de injustiçado.

Quando questionado sobre a previsão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), responde: (19) **"Eu não quero fazer previsões. Eu tenho falado que devemos evitar falar em números"**. Como a Economia é uma preocupação, diante de prévios indicadores decrescentes e de uma crise sanitária, ele opta por não fazer previsões. Mais uma contradição presente na sua dialética discursiva, uma vez que a lógica da "previsão" foi adotada para dizer que o coronavírus passaria logo e que a *hidroxicloroquina* era uma alternativa, antes de uma evidência científica.

Além disso, completa sua colocação com outra transferência de responsabilidade e um novo ataque ao Jornalismo brasileiro: (20) **"Afinal de contas, vem a crítica, por parte da imprensa, quando esses números não atingem esse valor que havíamos previsto"**. E conclui com mais uma contradição na relação saúde *versus* economia, no trecho (21), **"no momento, minha grande preocupação é com a vida das pessoas, bem como com o desemprego"**, e com uma nova farpa contra os líderes estaduais, no (22),

“que está aí [o desemprego], proporcionado por esses governadores irresponsáveis”

– atribuindo, assim, a terceiros a onda de desemprego e de desequilíbrio econômico.

Na sequência, Bolsonaro foi questionado sobre se referir ao novo coronavírus como uma “gripezinha”. E respondeu: (23) **“Me referi, naquele momento, sobre a ‘gripezinha’ para a minha pessoa”** e (25) **“Então, para a minha condição, é que eu respondi isso daí”**. Aqui, o ex-presidente constrói uma narrativa na qual minimiza a Covid-19, ou seja, ele distorce associações infundadas cientificamente de aspectos físicos de suas características pessoais, enaltecendo atributos considerados, de forma distorcida, como garantia à imunização do vírus. Ao utilizar o sufixo “zinha” para se referir aos sintomas de gripe, ele atribui valor diminutivo para expressar deboche, em tom de desprezo sarcástico, à infecção da doença. Com isso, ele busca projetar uma imagem de pessoa fisicamente forte e superior às fragilidades que acometem os seres humanos. Desse modo, Bolsonaro idealiza em seu discurso a personificação de alguém inabalável e inatingível – até mesmo por um vírus letal, que matou milhões de pessoas, em todo o mundo.

A palavra “gripezinha” tornou-se emblemática no que tange à construção narrativa de Bolsonaro acerca da Covid-19. Conforme apontam Silva e Debler (2020), na Língua Portuguesa, a adoção de sufixos diminutivos pode expressar diferentes sensações, emoções, desejos, pensamentos e intenções – podendo ir de uma ideia de carinho à de pequenez e desprezo. No caso em destaque, ao se tratar da doença decorrente da maior crise sanitária dos últimos anos, a expressão recebeu conotação irônica, depreciativa, para minimizar a repercussão de seus impactos e estimular na população o anseio pela retomada das atividades.

A entrevista de Bolsonaro prossegue, com a seguinte declaração: (24) **“Pode ter certeza, para mais de 60% dos brasileiros, não será uma ‘gripezinha’, não será nada, que nem tomarão conhecimento, nem sentirão, caso venham a ser infectados”**, em mais uma estratégia de normalização do problema e de resistência a uma narrativa preventiva. Para isso, volta a utilizar, também, o argumento de atribuição de riscos somente a um grupo específico da sociedade, desconsiderando que a pandemia levou a óbito pessoas de todas as idades: (26) **“Entendo que, para os idosos, para pessoas que tenham alguma doença, o vírus poderá ser bastante grave”**. Dessa forma, Bolsonaro fortaleceu uma lógica de que a Covid-19 era uma doença perigosa, apenas, para idosos e

peessoas com comorbidades – o que foi desconstruído pelos dados epidemiológicos, dias depois.

Quando perguntado sobre a realização de novos exames e a divulgação dos resultados, o ex-presidente, que justificou sua presença nas manifestações de 15 de março como a manutenção de sua relação com o povo e alegou que os demais políticos não queriam se aproximar da população, altera a dinâmica do seu discurso, conforme a conveniência. Assim, declara: (27) **“O caso do chefe do Executivo... Eu tenho um tratamento especial”**. Ou seja, nada tem de semelhante com os demais, ocupa um espaço diferenciado. Nesse caso, para ele, as regras também são diferentes? Ele continua: (28) **“Algo que, porventura, venha a acontecer comigo... Você mexe na Economia do Brasil. Isso não é bom para esse país”**. Assim, assume que a divulgação de um resultado de exame seu poderia ter impactos na Economia, a maior de suas preocupações, durante a crise sanitária. Dessa forma, ele divulgaria uma possível infecção por coronavírus?

O ex-presidente afirmou que (29) **“no caso, o vírus para mim, se eu estivesse acometido, tivesse sido portador, não haveria problema nenhum em divulgar. Jamais eu mentiria para o povo brasileiro”**, apesar de, na oração anterior, ter verbalizado o contrário, com **“isso não é bom para esse país”**. Dessa forma, considerar as duas frases, postas em sequência, estabelece uma dúvida que permaneceu por toda a sua gestão. Primeiro, diz **“isso não é bom para esse país”**; depois, **“não haveria problema nenhum em divulgar”**; e, no final, nunca divulgou exame algum. Essa omissão foi, sempre, justificada pela lógica do trecho (30) **“mas não estou acometido pelo vírus e acho que é uma intromissão, uma ingerência desproporcional na vida do ser humano”**.

Em seguida, o repórter perguntou-lhe se faria um novo exame. Respondeu: (31) **“Você pode ver. Eu sei que você não é médico, mas você pode analisar pela maneira que eu estou conversando contigo, eu sou uma pessoa que, pelo que tudo indica, não tenho o vírus”**. Mais uma vez, a contaminação é normalizada pelo ex-presidente, haja vista que o diagnóstico não é feito numa avaliação clínica, uma vez que o vírus pode manifestar-se de forma assintomática em determinados indivíduos – aumentando, ainda mais, a taxa de transmissão da doença. Ao desconsiderar essas características da doença e tornar essa omissão comum entre a população, reverberou em repercussões irreversíveis no Brasil, que se tornou o segundo país com o maior número de infectados.

Na pergunta seguinte, Bolsonaro foi questionado sobre sua relação com o ministro Henrique Mandetta. Isso porque, enquanto o ex-presidente declarava a necessidade de retomar atividades econômicas e de voltar à normalidade, o Ministério da Saúde reforçava a importância do distanciamento e isolamento sociais, bem como da quarentena. Havia, portanto, um desencontro discursivo dentro do próprio governo.

Na resposta, manteve a narrativa persecutória e o ataque aos jornalistas: (32) **“Como na imprensa é comum dizer que tal ministro vai cair, nos próximos dias. Então, isso aí é a maneira de tentar desestabilizar, desgastar o governo”**. No entanto, naquele momento, as críticas da imprensa brasileira não recaíam sobre o governo, mas ao desalinhamento de discursos dentro daquela esfera administrativa. Enquanto Bolsonaro minimizava e normalizava os efeitos da pandemia, o ministro Mandetta, médico por formação, adotava critérios pautados na ciência e nos órgãos sanitários, de modo que se tornou referência e autoridade no assunto. Por isso, no trecho (33), o ex-presidente, novamente, contradiz seu próprio material discursivo: **“E fique sabendo de uma coisa: é comum a imprensa se referir a vários ministros, dizer que eles fazem um excelente trabalho, apesar do presidente”** – ao reconhecer que ministros fazem um excelente trabalho, a imprensa tenta **“desgastar o governo”**? Neste momento, o ex-presidente completa sua narrativa, na qual é perceptível sua necessidade de estabelecer e delimitar as relações de poder, colocar-se como a autoridade absoluta, bem como personificar, politizar e espetacularizar o processo: (34) **“Olha, o presidente sou eu, quem escalou esse time. Se eu quisesse não fazer um trabalho sério, eu não escalaria esses ministros que têm dado show, que têm orgulhado a todos nós do Brasil”** e (35) **“nunca se viu, no Brasil, uma equipe de ministros como essa. Eu sou o técnico do time e o time está jogando muito bem, graças a Deus!”**.

Sobre a divergência com as medidas de Mandetta, Bolsonaro confirma: (36) **“O Mandetta, no primeiro momento, eu estava achando que ele estava exagerando, tá certo?”**. O exagero atribuído às restrições sugeridas por Mandetta, em consonância com as entidades sanitárias mundiais, compõe a mesma narrativa construída pelo ex-presidente para colocar as medidas preventivas no rótulo da **histeria**, da **neurose**, da **fantasia de lunáticos**.

Para isso, apela para questões que possam demonstrar sua compaixão com a população: (37) **“E ele, como médico, sabe, né, por exemplo, uma população em**

depressão perde imunidade e fica mais propenso (sic) a ter sérias complicações, uma vez sendo acometida pelo vírus. (38) Essa é a mensagem que tenho conversado com o Mandetta". Faz uso de possíveis efeitos colaterais para justificar a adoção de práticas que beneficiem os interesses econômicos dominantes.

Por fim, diz que (39) **"é convencimento entre as partes, como eu me convenço em muito mais do que ele fala pra mim do que eu falo pra ele"**. No entanto, menos de um mês após essa entrevista, no dia 16 de abril de 2020, o ministro Mandetta foi demitido do cargo.

Bolsonaro conclui a entrevista com uma negativa a um possível colapso: (40) **"Não. Não acredito. Não"**. E, logo, menciona a *hidroxicloroquina*. O uso sequencial do medicamento no discurso o apresenta como uma solução para que não se chegue à situação mais extrema: (41) **"Estou muito confiante nesse remédio, o Reuquinol, que tá sendo, aqui, testado no Brasil e fora do Brasil"**. E completa com uma repetida atribuição da doença a pessoas idosas: (42) **"A curva vai aumentar, pra que nós possamos, para que as pessoas idosas, nossas pessoas queridas, nossos pais, nossos avós tenham tratamento adequado, uma vez acometidas por esse vírus"**.

- ANÁLISE 5

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
05	22/03/2020	Entrevista TV Record	"Espero que não venham me culpar"
Material Discursivo			
<p>Repórter: – Eu tenho uma conversa, agora, com o Presidente da República, Jair Bolsonaro. Ele está no Palácio do Alvorada e conversa comigo, por teleconferência. Portanto, pela internet. Eu quero agradecer, muitíssimo, a sua presença conosco, aqui, no Domingo Espetacular. Como vai o senhor, presidente?</p> <p>Bolsonaro: – Tudo bem, graças a Deus! Eu que agradeço a oportunidade para me dirigir à Nação brasileira.</p> <p>Repórter: – Presidente, nós estamos vivendo o primeiro fim de semana de uma quarentena voluntária, que, nos próximos dias, pode ser, inclusive, obrigatória, em alguns estados do País. As famílias brasileiras estão lhe assistindo, neste momento, de casa,</p>			

muitas delas, isoladas. Médicos infectologistas, presidente, dizem que o governo, de alguma forma, demorou a reconhecer a gravidade da situação que estamos vivendo. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Bolsonaro: – Olha, (1) desde quando nós resgatamos os brasileiros, lá na China, o Brasil, os nossos ministros, nosso governo vem tomando as providências. Nós trabalhamos. Todos os ministros conversam entre si. (2) E várias medidas foram tomadas. Em especial, também, junto à Economia. O nosso ministro Henrique Mandetta, da Saúde, já vinha providenciando respiradores, abertura de redes de UTI, fazendo o contato com os demais integrantes do nosso governo, para esperar o momento dessa gripe vir ao Brasil, que nós sabíamos que ela viria ao Brasil. (3) Agora, as pessoas que reclamam de mim, que não tomou (sic) providência, como o senhor governador de São Paulo, têm que lembrar que, no dia 20 de fevereiro, ele estava na Sapucaí, no Rio de Janeiro. (4) Logo depois, 8 de março, Dia da Mulher, teve uma corrida da mulher em São Paulo e ele estava lá, com 18 mil pessoas, ao seu lado. (5) No dia seguinte, lá no lançamento da CNN, com 1,3 mil pessoas ao seu lado. (6) Então, o que nós estamos vivendo... Nós não podemos politizar isso daqui. (7) Só falei isso porque eles me atacam, constantemente.

Repórter: – (8) Eu entendo, mas, presidente, sobre esse aspecto, pra aproveitar o que o senhor está dizendo...

Bolsonaro: – (9) É uma preocupação de todos nós buscar solução para o caso e atenuar o problema, que já começou e sabemos que tem um prazo para aumentar e, depois, regredir e voltar à normalidade.

Repórter: – (10) Mas, aproveitando o gancho que o senhor acaba de me dar nessa sua resposta, na posição desses governadores, o senhor teria estimulado o cancelamento ou a suspensão do Carnaval?

Bolsonaro: (11) *Silêncio de 4,5 segundos* – (12) É, eles poderiam ter proposto isso. (13) Agora, imagino, né, uma decisão minha, nesse sentido. Primeiro, o custo que não seria, dado que já estava envolvido em despesa, em tudo no Brasil. (14) Obviamente, que eu não seria respeitado. Eu acho que cairia no ridículo essa imposição. Agora, deixo bem claro: não temos que entrar em pânico. Isso nós vamos viver. (15) **Você não**

pode comparar Brasil com Itália. Eu pergunto a você: você sabe quantos habitantes temos, por quilômetro quadrado, na Itália? São 200 por km². Na Alemanha, são 230 habitantes. No Brasil, 24. Há uma diferença enorme entre esses países. **(16) Mais importante que a Economia é a nossa vida, (17) mas nós não podemos extrapolar na dose, porque, com o desemprego aí, acontecendo, a catástrofe será maior.** Mais ainda: o número de pessoas que morreram, no ano passado, de H1N1 foi na ordem de 800 pessoas. A previsão é não chegar a essa quantidade de óbitos no tocante ao coronavírus.

Repórter: – (18) Presidente...

Bolsonaro: – Então, tem certos números que tem que levar em conta. E essas crises, essas (sic), esses vírus acontecem, ao longo do tempo, no mundo inteiro. Então, calma, tranquilidade, não levar pânico à população. **(19) Não exterminar empregos, senhores governadores. (20) Sejam responsáveis! Sejam responsáveis! (21) Espero que não queiram me culpar, lá na frente, pela quantidade de milhões e milhões de desempregados, na minha pessoa.** Estamos fazendo a coisa certa, observando protocolos e com tranquilidade.

Repórter: – Entendo que é, justamente por isso, que essa entrevista é importante, para ouvir, também, a sua parcela de responsabilidade, já que os governadores não estão participando, aqui, dessa entrevista. Por isso mesmo, eu queria entender, nessa preocupação de empregadores e de trabalhadores, sobre as próximas semanas, que medidas efetivas o governo federal anuncia ou pode anunciar, pra manutenção de empregos? Vejo governadores estimulando que não se corte água, não se corte luz. Quer dizer, diante de um quadro pior que pode aparecer, e que, segundo o seu ministro da Saúde, de fato, virá, quais são as medidas do governo federal, nesse campo trabalhista?

Bolsonaro: – Trabalhista? Junto à equipe econômica. É o não recolhimento do Simples, a parte que compete à União; linhas de crédito; nós estamos adiantando as duas parcelas do 13º do pessoal do INSS, para aposentados e pensionistas; a Caixa Econômica Federal tem uma linha de crédito enorme, também no mesmo sentido, com juros mais baixos. Então, essa série de medidas vão fazer alguma diferença.

Repórter: – (22) O senhor trabalha com alguma projeção de números? Diferentes organizações, algumas financeiras...

Bolsonaro: – (23) **Eu não trabalho, eu não trabalho, não interfiro no trabalho do Luiz Mandetta, o nosso ministro da Saúde, tá? (24) Eu vejo os números que partem de lá, dessas projeções. Eu estou achando que há um exagero nisso aí.** E nós temos que levar em conta a situação daquela pessoa. Às vezes, a pessoa, como no Rio de Janeiro, tinha uma pessoa grave intubada lá. Tinha 50 anos de idade. Desde os 12, era um fumante inveterado. Então, qualquer problema, aqui, que ele adquira vai ser uma catástrofe para a vida dele.

Repórter: – Me permita emendar a pergunta que fiz, agora há pouco, sobre as comunidades em situação de risco, como favelas, áreas mais pobres... Do Rio de Janeiro, chegam informações, agora, dos primeiros casos confirmados na Cidade de Deus e outras comunidades. Qual papel que o governo federal pode desempenhar nessa questão?

Bolsonaro: – (25) **Olha, tem uma comunidade do Rio de Janeiro, não vou falar o nome, porque vão falar que estou discriminando. Tem um número de tuberculose muito alto. (26) Entrando o vírus lá, com toda certeza, nessa comunidade, vai ter muita gente que vai perder a vida, que vai ser agravado por esse vírus. (27) Cuidado que tem que ter: repito, é a mesma coisa, evitar a circulação.**

Repórter: – Já ficou claro, nesta entrevista e em outras, que o senhor vem trocando farpas, presidente, com governadores, sobretudo do Rio e São Paulo. Eu pergunto para o senhor, de maneira clara, em que isso ajuda no enfrentamento da crise que estamos vivendo?

Bolsonaro: – (28) **Primeiro, você não me vê atacando nenhum governador. Nenhum. Zero. (29) Eles que me atacam, constantemente. Fogem da sua responsabilidade e atacam o governo federal.**

Repórter: – O senhor chamou um deles de lunático...

Bolsonaro: – (30) **É campanha antecipada, por parte deles, que não começou agora, não... É desde o início do ano passado que eles me atacam, assim como a grande mídia, com raras exceções, me ataca, constantemente. (31) E digo mais: brevemente, o povo saberá que foram (sic) enganados por esses governadores e por grande parte da mídia, nessa questão do coronavírus.**

Repórter: – Já que estamos no ambiente político, o senhor percebeu, ao longo desta semana, painéis – a favor do governo, contra o governo. O senhor disse que considera essas manifestações democráticas e as respeita. Mas eu gostaria de saber, de sua parte, o quê, de concreto, o senhor pensa em fazer para resgatar a confiança daquela pessoa que não está concordando com a sua postura, diante desta crise?

Bolsonaro: – (32) Não estou preocupado com a minha popularidade. Se vou estar bem ou não. (33) Até porque ninguém acredita em pesquisa no Brasil. Não estou preocupado com isso. (34) Esses painéis foram incentivados, né, antes de acontecer, pela Globo. A Rede Globo colocou, várias vezes, no ar, que, naquele dia, no dia seguinte, teria manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro, endossado pela Revista Veja, que fez campanha também, entre outros órgãos da imprensa. (35) É uma campanha deslavada, é uma descomunal, contra o chefe de Estado, que, simplesmente, teve a coragem de cortar a propaganda grandes empresas. Acabou a mamata para eles. (36) Querem me tirar, de qualquer maneira. O nosso governo, com todo respeito, deu um time de ministros. Duvido que tivemos isso no passado e poderemos ter no futuro, com alguém com perfil diferentemente do meu. (37) Então, a grande mídia, governadores de olho na minha cadeira, se puder antecipar a minha saída, eles farão, mas, da minha parte, não terão oportunidade disso, nós vamos continuar fazendo o nosso papel. (38) Não é hora de discutir quem está bem, quem não está bem, diante de painéis armados pelo Sistema Globo. Se for armar um painel contra a Globo, à noite, o Brasil vai se transformar, aqui, numa caixa de som Exatamente diferente do que eles prezam, acontece no meu governo. Estamos fazendo nosso trabalho despreocupados com a minha popularidade. A minha popularidade é o que menos interessa. (39) Eu quero é, se Deus quiser, no futuro, entregar o Brasil muito melhor para quem me suceder do que eu peguei em janeiro do ano passado.

Repórter: – Me permita trazer o assunto de volta para essa crise, para a pandemia que estamos vivendo. Vamos falar da vida das pessoas. O senhor falou, aqui, sobre os receios em relação à desabastecimento. O que o governo federal tem feito para enfrentar isso, para lidar com isso?

Bolsonaro: – (40) É se preparando. Como? É comprando equipamento hospitalar, fazendo videoconferências, conversando. Daqui a pouco, eu tenho hoje, domingo, uma videoconferência com prefeitos de 20 grandes cidades ao lado do ministro da

Saúde, vendo o que eles precisam. (41) Estamos fazendo um contato direto com os prefeitos, porque é lá que o povo vive, e não na fantasia de alguns governadores. Então, esse é o nosso trabalho, de acalmar a população, evitar que o pânico chegue no meio da população, porque as consequências serão dramáticas, trágicas. E, (42) no momento, já temos um problema: os governadores são verdadeiros exterminadores de emprego. Parte dos governadores, deixo claro, estão exterminando empregos no Brasil. Essa é uma crise muito pior do que o próprio coronavírus vem causando no Brasil.

Repórter: – Pra gente concluir a entrevista, já agradecendo, mais uma vez, pelo senhor estar conosco, aqui, nesta noite de domingo, no Domingo Espetacular, qual é a mensagem que o senhor envia ao brasileiro, diante desse crescimento exponencial do número de casos?

Bolsonaro: – (43) Olha, fé. Quem acredita em Deus, orações. Vamos ter paciência. Calma. Isso passa. (44) Não tem como evitar. No momento, não tem vacina, não tem remédio. Se bem que, meus parabéns ao Hospital Albert Einstein, que está, aqui, tomando providências, no sentido de avaliar a eficácia da cloroquina para os portadores da Covid-19. (45) Parabéns, se me permite, aqui, à Indústria Farmacêutica Apsen, que produz a hidroxicloroquina, que pode ser o remédio pra isso, que disponibilizou toda a sua produção, gratuita, para atender aos necessitados do Brasil. (46) Meus agradecimentos aos laboratórios químico-farmacêuticos do Exército e da Aeronáutica, que vão começar a produzir mais equipamentos para enfrentar esse problema. Se bem que, deixo bem claro, está faltando esses (sic) remédios nas farmácias e eles são usados para combater malária, artrite e lúpus. Então, pessoas com esses problemas estão com ausência desse remédio e esses laboratórios já estão em condições de fornecer, a partir de segunda-feira ou terça, esses remédios para que essas pessoas possam fazer uso deles. Então, estamos antecipando. Há problemas, mas (47) estamos, também, colaborando, em contato aqui, no Brasil, a nossa Anvisa, em contato com nosso semelhante nos Estados Unidos, buscando saber, até que ponto, realmente, esse remédio, que chama-se, aqui no Brasil, Reuquinol, pode ser constatado como importante para a cura de quem vier se acometer por Covid-19.

Na entrevista de 22 de março de 2020, concedida à TV Record, Bolsonaro foi questionado sobre a crítica de vários médicos infectologistas e especialistas que alegaram uma demora do governo federal no combate à pandemia. Em resposta, o ex-presidente destacou que **(1) “desde quando nós resgatamos os brasileiros, lá na China, o Brasil, os nossos ministros, nosso governo vem tomando as providências”**. No entanto, no dia 31 de janeiro de 2020, o chefe do Executivo ainda resistia ao resgate dos cidadãos que estavam naquele País. Naquela altura, Bolsonaro ponderou: “Custa caro um voo desses. Na linha, se for fretar um voo, acima de US\$ 500 mil o custo” (Bolsonaro, 2020).

Destaca que **(2) “várias medidas foram tomadas. Em especial, também, junto à Economia”**, mas não as detalha e, mais uma vez, prioriza o viés econômico em detrimento do sanitário. E, como reforço à construção de um discurso pautado nos embates e na polarização política da pandemia, Bolsonaro, ao invés de pontuar medidas contundentes de combate ao avanço do vírus e de assistência às vítimas, inicia uma série de críticas aos opositores: **(3) “Agora, as pessoas que reclamam de mim que não tomou (sic) providência, como o senhor governador de São Paulo, têm que lembrar que, no dia 20 de fevereiro, ele estava na Sapucaí, no Rio de Janeiro. (4) Logo depois, 8 de março, Dia da Mulher, teve uma corrida da mulher em São Paulo e ele estava lá, com 18 mil pessoas, ao seu lado. (5) No dia seguinte, lá no lançamento da CNN, com 1,3 mil pessoas ao seu lado. (6) Então, o que nós estamos vivendo... Nós não podemos politizar isso daqui”** e complementa com a retórica do perseguido, ao dizer **(7) “só falei isso porque eles me atacam, constantemente”**.

Em seguida, o repórter tenta fazer uma pergunta, no trecho **(8)**, mas é interrompido pelo ex-presidente, no trecho **(9)**. Nesta entrevista, Bolsonaro interrompeu o interlocutor três vezes, incluindo os trechos **(18)** e **(22)**. A prática, já adotada em discursos anteriores – mencionados aqui, inclusive – replicam, como já posto neste trabalho, a representação de uma dinâmica de poder que busca o controle da narrativa, por meio da supressão, da imposição da voz e, muitas vezes, do silenciamento.

No excerto **(10)**, o jornalista pergunta: **“Na posição desses governadores, o senhor teria estimulado o cancelamento ou a suspensão do Carnaval?”**. Nesse

questionamento, Bolsonaro tem a oportunidade de responder se faria diferente dos governadores que critica. E, neste momento, leva 4,5 segundos para responder, destacado em (11). O tempo para elaboração da resposta pode indicar uma incerteza, um desconforto e, até mesmo, uma negociação de significados. No (12) e no (13), a insegurança se confirma: **“É, eles poderiam ter proposto isso”** e **“agora, imagino, né, uma decisão minha, nesse sentido. Primeiro, o custo que não seria, dado que já estava envolvido em despesa, em tudo no Brasil”**, respectivamente. E, no trecho (14), o ex-presidente demonstra sua preocupação com a imposição de sua autoridade: **“Obviamente, que eu não seria respeitado. Eu acho que cairia no ridículo essa imposição”** – faz-se, então, o questionamento: uma medida restritiva dura ou a possibilidade de ter sua autoridade suprimida?

E, na sequência, volta a adotar estratégias já conhecidas em seu discurso. Primeiro, a comparação com outros países, seja pelo quantitativo de idosos, seja pelo de habitantes por quilômetro quadrado: (15) **“Você não pode comparar Brasil com Itália. Eu pergunto a você: você sabe quantos habitantes temos, por km², na Itália? São 200 por km². Na Alemanha, são 230 habitantes. No Brasil, 24”**. Segundo a supervalorização da pauta econômica: (16) **“Mais importante que a Economia é a nossa vida”**, (17) **“mas nós não podemos extrapolar na dose, porque, com o desemprego aí, acontecendo, a catástrofe será maior”**.

E para defender essa pauta econômica e os interesses neoliberais dominantes, Bolsonaro volta a atacar os governadores. Uma vez que a crise sanitária é inevitável, ele busca a transferência da responsabilidade do declínio da política econômica do seu governo para a pandemia e para as medidas restritivas dos estados. No (19), fala em **“Não exterminar empregos, senhores governadores”** e, na sequência, exclama: (20) **“Sejam responsáveis! Sejam responsáveis!”**. Nesse último caso, a repetição da frase na interação discursiva apresenta-se como uma imposição de uma verdade e de uma ordem, visto que a oração está no imperativo. Ao exigir que sejam responsáveis, traz a narrativa de que eles ainda não são e que seus atos consistem em irresponsabilidade.

O deslocamento da culpa é reiterado no trecho (21): **“Espero que não queiram me culpar, lá na frente, pela quantidade de milhões e milhões de desempregados, na minha pessoa”**.

Em (22), como já disposto nesta análise, o repórter é interrompido por Bolsonaro, que busca controlar a narrativa. Não à toa, o corte da pergunta **“O senhor trabalha com alguma projeção de números? Diferentes organizações, algumas financeiras...”** é seguido por uma resposta que não tem relação com os indicadores econômicos, dos quais partiam o questionamento. Na interrupção, o ex-presidente declara: (23) **“Eu não trabalho, eu não trabalho, não interfiro no trabalho do Luiz Mandetta, o nosso ministro da Saúde, tá?”**. E volta a considerar o panorama sanitário como um exagero: (24) **“Eu vejo os números que partem de lá, dessas projeções. Eu estou achando que há um exagero nisso aí”**.

Quando questionado sobre o combate ao vírus nas comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, Bolsonaro reforça o caráter excludente e elitista da direita brasileira: (25) **“Olha, tem uma comunidade do Rio de Janeiro, não vou falar o nome, porque vão falar que estou discriminando. Tem um número de tuberculose muito alto”**. Por que mencionar o nome da comunidade representaria uma discriminação? Seria pelo elevado índice de tuberculose? Mas o que tem feito o poder público para sanar o problema? Caberiam essas indagações, por parte do ex-presidente, para a elaboração de um planejamento estratégico eficaz para a promoção de saúde pública dessa população. No entanto, ele se ateu a responder: (26) **“Entrando o vírus lá, com toda certeza, nessa comunidade, vai ter muita gente que vai perder a vida, que vai ser agravado por esse vírus”**. Portanto, ele sabe da gravidade da pandemia para aquele público, mas não apresenta nenhuma medida que possa minimizar os riscos naquela localidade. Ao contrário, conclui: (27) **“Cuidado que tem que ter: repito, é a mesma coisa, evitar a circulação”** – enquanto repete, ininterruptamente, em todos os seus pronunciamentos e em todas as suas entrevistas, que as populações vulneráveis não podem ficar desempregadas, que é necessário retomar a normalidade.

Quando questionado sobre suas divergências com os governadores, contesta: (28) **“Primeiro, você não me vê atacando nenhum governador. Nenhum. Zero”**. E reforça: (29) **“Eles que me atacam, constantemente. Fogem da sua responsabilidade e atacam o governo federal”**. Mais uma vez, entra na contradição de autodeclarar uma diplomacia que é desconstruída pelo seu próprio discurso, no qual culpabiliza os governadores pelos desempregos, refere-se a um deles como “lunático”, exige que sejam responsáveis e alega uma antecipação às Eleições de 2022, quando

sugere: (30) **“É campanha antecipada, por parte deles, que não começou agora, não...”** e (31) **“E digo mais: brevemente, o povo saberá que foram (sic) enganados por esses governadores e por grande parte da mídia, nessa questão do coronavírus”**. Nesta mesma entrevista, inclusive, aponta os governadores como um problema e os chama de **“exterminadores de emprego”**, no trecho (42), onde também destaca que essa **“essa é uma crise muito pior do que o próprio coronavírus vem causando no Brasil”**.

A partir de uma retórica autoritária e agressiva, responde ao questionamento sobre a sua popularidade: (32) **“Não estou preocupado com a minha popularidade. Se vou estar bem ou não”**, o que não condiz com os discursos do dia 15 de março ou com a preocupação em ter sua autoridade confrontada em medidas durante o Carnaval. Mas, para isso, responsabiliza, mais uma vez, uma instituição que confrontou seus interesses. Primeiro, coloca em descrédito as pesquisas de opinião pública, em (33), **“até porque ninguém acredita em pesquisa no Brasil”**. Depois, ataca a imprensa: (34) **“Esses painéis foram incentivados, né, antes de acontecer, pela Globo. A Rede Globo colocou, várias vezes, no ar, que, naquele dia, no dia seguinte, teria manifestação contra o presidente Jair Bolsonaro, endossado pela Revista Veja, que fez campanha também, entre outros órgãos da imprensa”**. E completa a narrativa do “perseguido”: (35) **“É uma campanha deslavada, descomunal, contra o chefe de Estado, que, simplesmente, teve a coragem de cortar a propaganda grandes empresas. Acabou a mamata para eles”**.

Prossegue os ataques em (36), **“querem me tirar, de qualquer maneira”**, em (37) **“então, a grande mídia, governadores de olho na minha cadeira, se puder antecipar a minha saída, eles farão”** e em (38), **“não é hora de discutir quem está bem, quem não está bem, diante de painéis armados pelo Sistema Globo. Se for montar um painel contra a Globo, à noite, o Brasil vai se transformar, aqui, numa caixa de som. Exatamente diferente do que eles prezam, acontece no meu governo”**. Assim, também aponta os painéis e as manifestações contrárias ao seu governo, com adesão de cidadãos de todas as partes do Brasil, como uma grande ilusão construída e estimulada pela imprensa e pelos governadores. Assim, alega que, em seu governo, a reação da população é **“exatamente diferente”**.

Conclui a pergunta com o apelo religioso, sensível à grande parte da massa brasileira, e mantém um reforço da polarização política na temática da pandemia: (39) **“Eu quero é, se Deus quiser, no futuro, entregar o Brasil muito melhor para quem me suceder do que eu peguei em janeiro do ano passado”**.

Quando perguntado sobre as medidas para evitar o agravamento da pandemia no País, Bolsonaro é sucinto: (40) **“É se preparando. Como? É comprando equipamento hospitalar, fazendo videoconferências, conversando. Daqui a pouco, eu tenho hoje, domingo, uma videoconferência com prefeitos de 20 grandes cidades ao lado do ministro da Saúde, vendo o que eles precisam”**. Ao pontuar apenas a compra de equipamentos hospitalares, sinaliza uma política pautada no tratamento e não na prevenção. Na sequência, menciona videoconferências e conversas – ou seja, plano de ideias, mas sem políticas e medidas efetivas.

Menciona, ainda, a reunião com vinte prefeitos – como já mencionado neste estudo –, o que representa uma parcela ínfima da magnitude continental de um país como o Brasil. E, ainda sobre isso, Bolsonaro destaca: (41) **“Estamos fazendo um contato direto com os prefeitos, porque é lá que o povo vive, e não na fantasia de alguns governadores”**. A reunião, portanto, é marcada, diretamente com os prefeitos, sem considerar os Executivos Estaduais, para os quais ele, ainda, adota um discurso provocativo.

Bolsonaro conclui a entrevista com um apelo ao sagrado, o que não condiz com a laicidade do Estado brasileiro: (43) **“Olha, fé. Quem acredita em Deus, orações”**. Essa é a primeira alternativa dele para o problema. A segunda, a *hidroxicloroquina*: (44) **“Não tem como evitar. No momento, não tem vacina, não tem remédio. Se bem que, meus parabéns ao Hospital Albert Einstein, que está, aqui, tomando providências, no sentido de avaliar a eficácia da cloroquina para os portadores da Covid-19”**; (45) **“Parabéns, se me permite, aqui, à Indústria Farmacêutica Apsen, que produz a hidroxicloroquina, que pode ser o remédio pra isso, que disponibilizou toda a sua produção, gratuita, para atender aos necessitados do Brasil”**; (46) **“Meus agradecimentos aos laboratórios químico-farmacêuticos do Exército e da Aeronáutica, que vão começar a produzir mais equipamentos para enfrentar esse problema”** e (47) **“estamos, também, colaborando, em contato aqui, no Brasil, a nossa Anvisa, em contato com nosso**

semelhante nos Estados Unidos, buscando saber, até que ponto, realmente, esse remédio, que chama-se, aqui no Brasil, Reuquinol, pode ser constatado como importante para a cura de quem vier se acometer por Covid-19”. Portanto, Bolsonaro encerra a entrevista com duas “soluções” que jamais tiveram sua eficácia comprovada, cientificamente, no combate à Covid-19: a fé e a cloroquina.

- ANÁLISE 6

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
06	24/03/2020	Pronunciamento Oficial	“Gripezinha”/ “Resfriadinho”/ “Histórico de atleta”
Material Discursivo			
<p>(1) Abertura: Pátria Amada Brasil</p> <p>– Boa noite! Desde quando resgatamos nossos irmãos, em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados, para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um importante trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.</p> <p>Mas (2) o que tínhamos que conter, naquele momento, era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. (3) Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. (4) Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam, exatamente, a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com clima totalmente diferente do nosso. (5) O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país.</p> <p>(6) Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós. (7) O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. (8) Nossa vida tem que</p>			

continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. (9) Devemos, sim, voltar à normalidade.

(10) Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. (11) O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos.

(12) Então, por que fechar escolas? (13) Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. (14) Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. (15) Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

(16) No meu caso particular, pelo me histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, (17) como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença.

(18) O FDA [*Food and Drug Administration* – agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos] americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do (sic) Covid-19.

(19) Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite. (20) Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

Aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de Saúde: médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores, que, na linha de frente, nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam.

(21) Sem pânico ou histeria, como venho falando, desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos.

(22) Deus abençoe nossa pátria querida.

(23) Encerramento: *Pátria Amada Brasil*

No pronunciamento oficial do dia 24 de março de 2020, o discurso de Bolsonaro é precedido e finalizado com o *slogan* do governo federal, em (1) e (24): **“Pátria Amada Brasil”**, que, como já foi abordado neste estudo, reflete a base ideológica a partir da qual seus discursos são construídos.

Retoma a estratégia de minimizar a pandemia, ao mencionar **“pânico”** e **“histeria”**, no trecho (2): **“O que tínhamos que conter, naquele momento, era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa”**. E mantém a narrativa do perseguido e injustiçado: (3) **“Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos”**; (4) **“Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam, exatamente, a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com clima totalmente diferente do nosso”**.

A repetição da narrativa é perpetuada, como estratégia para a construção de verdades, para o convencimento do telespectador: (5) **“O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país”**. Nessa lógica, construir verdade e convencer é demonstrar-se do “lado certo”. Para isso, aproveita as publicações da imprensa sobre os impactos psicossociais da pandemia para colocar-se como o detentor da razão: (6) **“Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira”**.

No trecho (7), declarou que **“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará”** – contudo, a pandemia só teve seu fim decretado em 2023. Nessa busca pela normalização do problema e na resistência às medidas preventivas, recupera a narrativa da preservação dos empregos, sem propor medidas econômicas e assistenciais que preservassem não só a vida como o sustento dos cidadãos: (8) **“Nossa vida tem que**

continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado; (9) “Devemos, sim, voltar à normalidade”; (10) “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa”.

No trecho (11), reitera a narrativa marcada pela caracterização da pandemia como um problema, apenas, de uma faixa etária da população: “O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos”. Assim, questiona: (12) “Então, por que fechar escolas?”. E justifica: (13) “Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade”; (14) “Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine”; (15) “Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós”. Desse modo, desconsidera, mais uma vez, os riscos da contaminação por parte dos infectados assintomáticos, bem como a manifestação de sintomas graves em indivíduos mais jovens.

Neste discurso, é a primeira vez que Bolsonaro utiliza, em um pronunciamento oficial, o termo “gripezinha”, apesar de já tê-lo reproduzido em outras oportunidades, como *lives* e entrevistas. Mas, aqui, utiliza um canal oficial do governo brasileiro para minimizar a Covid-19 e postar-se como um ser especial, em relação aos demais: (16) “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’”. Além de reduzir os efeitos do vírus a uma esfera diminutiva, de pouco impacto, propõe que pessoas em boas condições de saúde e com mais resistência estão protegidas de qualquer desdobramento – o que não foi confirmado, na literatura. E Bolsonaro completa: (17) “como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”. Nesse caso, o uso do pronome demonstrativo implica uma provocação à Rede Globo e ao médico Dráuzio Varella.

Por fim, encerra seu pronunciamento com mais uma menção ao uso da *hidroxicloroquina*: (18) O FDA [*Food and Drug Administration* – agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos] americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do (sic) Covid-19”; (19) “Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no

combate à malária, ao lúpus e à artrite". E, novamente, faz um apelo religioso: **(20) “Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença”** e **(22) “Deus abençoe nossa pátria querida”**.

Além disso, recapitula o que enxerga com “exagero”, por parte de diferentes instituições: **(21) “Sem pânico ou histeria, como venho falando, desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação”**, retomando, ainda, uma retórica nacionalista.

- **ANÁLISE 7**

Conteúdo	Data	Formato	Enunciado-chave
07	31/03/2020	Pronunciamento Oficial	Uso do discurso do diretor-geral da OMS para defender a manutenção de serviços em geral
Material Discursivo			
<p>(1) Abertura: Pátria Amada Brasil.</p> <p>– Boa noite! Venho, neste momento importante, me dirigir a todos vocês. Desde o início do governo, temos trabalhado em todas as frentes, para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas.</p> <p>O Brasil avançou muito, nesses 15 meses, mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração. (2) Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia, quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome. (3) Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada.</p> <p>(4) Nesse sentido, o senhor Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que “muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar essa população em conta”. Continua, ainda: (5) “Se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com essas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que</p>			

ganhar o pão de cada dia todos os dias?”. Ele prossegue: “Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder à esta questão”. O diretor da OMS afirma ainda que, com relação à cada medida, “temos que ver o que significa para o indivíduo nas ruas” e complementa “eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sempre preocupado com seu pão diário e isso deve ser levado em conta, porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas nossas ações tem que ser considerada”.

(6) Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas, para mostrar que, da mesma forma, precisamos pensar nas mais vulneráveis. Essa tem sido a minha preocupação, desde o princípio.

(7) O que será do camelô, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda a minha vida pública?

(8) Por isso, determinei ao nosso ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando, através do SUS, todos os estados do Brasil, aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia. (9) Assim, estão sendo adquiridos novos leitos, já com respiradores; equipamentos de proteção individual; kits para testes; e demais insumos necessários.

Determinei, ainda, ao nosso ministro da Economia, que adotasse todas as medidas possíveis, para proteger, sobretudo, o emprego e a renda dos brasileiros. Fizemos isso através de ajuda financeira aos estados e municípios, linhas de crédito para empresas, auxílio mensal de R\$ 600 aos trabalhadores informais e vulneráveis, entrada de mais de um milhão e 200 mil famílias no Programa Bolsa Família, adiamos também o pagamento de dívidas dos estados e municípios, só para citar algumas das medidas adotadas.

Além disso, no dia de hoje, em comum acordo com a indústria farmacêutica, decidimos adiar, por 60 dias, o reajuste de medicamentos no Brasil. Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos. **(10) Por um lado, temos que ter cautela e precaução com todos, principalmente junto aos mais idosos e portadores de doenças preexistentes. (11) Por outro, temos que combater o desemprego, que cresce rapidamente, em especial, entre os mais pobres.**

Vamos cumprir essa missão, ao mesmo tempo em que cuidamos da saúde das pessoas. **(12) O vírus é uma realidade. Ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada, apesar da hidroxicloroquina parecer bastante eficaz.** O coronavírus veio e um dia irá embora. Infelizmente, teremos perdas neste caminho. Eu mesmo já perdi entes queridos no passado e sei o quanto é doloroso. Todos nós temos que evitar ao máximo qualquer perda de vida humana.

(13) Como disse o diretor-geral da OMS, “todo indivíduo importa”. Ao mesmo tempo, devemos evitar a destruição de empregos, que já vem trazendo muito sofrimento para os trabalhadores brasileiros. (14) Na última reunião do G-20, nós, os chefes de Estado e de Governo, nos comprometemos a proteger vidas e a preservar empregos. Assim o farei.

Desde fevereiro, determinei o emprego das Forças Armadas no combate ao coronavírus. O Ministério da Defesa realizou o resgate de brasileiros na China. Agora, as Forças Armadas atuam em apoio às áreas de saúde e segurança, em todo o Brasil. Foi ativado um Centro de Operações que coordena as ações e 10 comandos conjuntos foram criados, cobrindo todo o território nacional. Realizam ações que vão desde a montagem de postos de triagem de pacientes, apoio a campanhas informativas e campanhas de vacinação, logística e transporte de equipamentos. **(15) Os Laboratórios Químico-farmacêuticos Militares entraram com força total e, em doze dias, serão produzidos um milhão de comprimidos de cloroquina, além de álcool gel. (16) Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior que a própria doença.**

(17) A minha obrigação como presidente vai para além dos próximos meses. Preparar o Brasil para a sua retomada, reorganizar nossa economia e mobilizar todos os nossos recursos e energia, para tornar o Brasil ainda mais forte, após a pandemia.

Aproveito a oportunidade para me solidarizar e agradecer o empenho e sacrifício de todos os profissionais de saúde, da área de segurança, caminhoneiros e todos os trabalhadores de serviços considerados essenciais, que estão mantendo o país funcionando, bem como aos homens e mulheres do campo, que produzem nossos alimentos.

(18) Com este mesmo espírito, agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos, num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: Parlamento, Judiciário, governadores, prefeitos e sociedade. (19) Deus abençoe o nosso amado Brasil.

(20) Encerramento: Pátria Amada Brasil.

No dia 31 de março de 2020, Bolsonaro fez seu último pronunciamento oficial do primeiro mês de pandemia no Brasil. Como praxe institucional, o discurso iniciou e terminou com o *slogan* do governo federal, em (1) e (20): **“Pátria Amada Brasil”**. No material discursivo, o ex-presidente diz: (2) **“Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia, quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome”**. Por meio dessa fala, insiste na narrativa que estimula a retomada das atividades, nos mais diferentes setores, para além daqueles considerados essenciais.

No trecho (3) declara: **“Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias”**. No entanto, no dia 19 de março de 2020, em uma *live*, o ex-presidente imitava pessoas com falta de ar, sem demonstrar qualquer empatia com as vítimas e os familiares afetados pela crise no País. A mensagem chega aqui, inclusive, como uma tentativa de suprimir as críticas à insensibilidade desse gesto, sobre o qual Bolsonaro jamais se retratou ou desculpou, durante seu mandato.

Em seguida, Bolsonaro adota, pela primeira vez, referência à declaração de uma entidade de saúde com relevância internacional. Contudo, só o faz para justificar os interesses econômicos de seu governo. Para isso, recorre a falas do diretor-geral da OMS: (4) **“Nesse sentido, o senhor Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que ‘muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário’ e que ‘os governos têm que levar essa população em conta’”** e (5) **“‘Se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com essas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?’”**. E justifica, em (6), **“Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas, para mostrar que, da mesma forma, precisamos pensar nas mais vulneráveis”**, ao passo em que apela para os segmentos mais desassistidos da sociedade, de modo a sensibilizá-

los e manipular práticas sociais: (7) **“O que será do camelô, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda a minha vida pública?”**.

Bolsonaro incita a retomada, mas garante: (8) **“Por isso, determinei ao nosso ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando, através do SUS, todos os estados do Brasil, aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia; (9) “Assim, estão sendo adquiridos novos leitos, já com respiradores; equipamentos de proteção individual; kits para testes; e demais insumos necessários”**. Ou seja, considera e estimula uma volta das atividades, mas não oferece condições de segurança sanitária para esses indivíduos. A contrapartida apresentada está atrelada a equipamentos de saúde e leitos – portanto, tratamentos paliativos para os futuros contaminados.

Repete-se na construção de uma narrativa que se intercala entre a associação da doença aos mais idosos e à preocupação com a retomada e a garantia dos empregos: (10) **“Por um lado, temos que ter cautela e precaução com todos, principalmente junto aos mais idosos e portadores de doenças preexistentes”**; **“(11) Por outro, temos que combater o desemprego, que cresce rapidamente, em especial, entre os mais pobres”**.

Da mesma forma, mantém em *looping* a apresentação da cloroquina como a alternativa ao tratamento da Covid-19: (12) **“O vírus é uma realidade. Ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada, apesar da hidroxicloroquina parecer bastante eficaz”**. Mais à frente, no trecho (15), também: **“Os Laboratórios Químico-farmacêuticos Militares entraram com força total e, em doze dias, serão produzidos um milhão de comprimidos de cloroquina, além de álcool gel”**.

Recupera a fala de Tedros Adhanom no tocante à importância da vida, para, em seguida, colocar em destaque os interesses econômicos: (13) **“Como disse o diretor-geral da OMS, ‘todo indivíduo importa’. Ao mesmo tempo, devemos evitar a destruição de empregos, que já vem trazendo muito sofrimento para os trabalhadores brasileiros”**.

Somado a isso, também faz referência ao G-20, para compartilhar as responsabilidades pelos impactos de suas medidas. No trecho (14), ao dizer **“Na última reunião do G-20, nós, os chefes de Estado e de Governo, nos comprometemos a proteger vidas e a preservar empregos”**. Não ele, mas todos – o grupo. Busca nas outras instâncias o respaldo para justificar práticas impostas pelo seu governo, desde o início da pandemia.

Continua sua defesa à retomada, com a valorização dos argumentos em torno da não paralisação dos postos de trabalho: (16) **“Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior que a própria doença”**; (17) **“A minha obrigação como presidente vai para além dos próximos meses. Preparar o Brasil para a sua retomada, reorganizar nossa economia e mobilizar todos os nossos recursos e energia, para tornar o Brasil ainda mais forte, após a pandemia”**.

E finaliza seu discurso com menção à união entre as diferentes instituições, com as quais travou um embate permanente durante toda a condução da pandemia: (18) **“Com este mesmo espírito, agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos, num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: Parlamento, Judiciário, governadores, prefeitos e sociedade”**. Além disso, arremata com o apelo religioso presente em toda a sua narrativa: (19) **“Deus abençoe o nosso amado Brasil”**.

7 COMPARATIVO: DISCURSOS X INSERÇÕES EM AOS FATOS

Após a Análise do Discurso dos pronunciamentos oficiais e das entrevistas na rede de TV aberta proferidos por Bolsonaro, no primeiro mês da pandemia da Covid-19, no Brasil, este estudo propõe o cruzamento desses conteúdos discursivos com a agência de *fact-checking* *Aos Fatos*, para que seja possível dimensionar os efeitos informacionais dessas falas.

Esse comparativo está disposto no **Quadro 2**, por meio dos quais os conteúdos discursivos presentes no **Quadro 1** são verificados na plataforma de *fact-checking*. Nele, é possível identificar quais declarações foram destacadas do discurso, para a análise de *Aos Fatos*, bem como a categorização e a justificativa adotadas pela agência. Por último, está disposto a quantidade de vezes que a fala foi repetida por Bolsonaro, em outros momentos.

Destaca-se, aqui, a metodologia da agência de *fact-checking* *Aos Fatos* (2015)² para a análise das falas de Bolsonaro. A plataforma adotou uma fórmula com **sete etapas**, para a realização das checagens: **1) seleção da informação pública**, a partir da relevância – reproduzida por autoridades ou com engajamento nas redes sociais; **2) consulta de quem divulgou** a informação, para checagem da veracidade; **3) uma vez confirmada a desinformação, procura-se fontes** de origem confiável para comparativo; **4) se houver necessidade, consulta-se fontes oficiais**, para confirmação ou refutação; **5) se não for suficiente, consulta-se fontes alternativas**, de modo que também seja registrado no texto; **6) é feita a contextualização**; e **7) o material é classificado** em sete categorias: **verdadeiro, impreciso, exagerado, contraditório, insustentável, distorcido e falso**.

De acordo com a agência, a classificação **imprecisa** é utilizada para aquelas informações que necessitam de contexto para serem verdadeiras. **Exagerada**, quando não são totalmente falsas, mas estão quase lá. **Insustentável** é a fala que não dispõe de fatos, dados ou informações consistentes para sustentá-la. **Contraditória** é quando a declaração é objetivamente oposta às afirmações ou ações anteriores do interlocutor. **Distorcido** compreende boatos e notícias com conteúdo enganoso, mas que faz uso de informações factualmente corretas. E **falso**, por sua vez, trata-se do boato ou da notícia sem qualquer amparo factual (*Aos Fatos*, 2015).

² Atualmente, a metodologia adotada por *Aos Fatos* sofreu alterações. No entanto, durante a pandemia da Covid-19, ainda valia-se do processo metodológico de 2015, descrito neste trabalho.

Quadro 2 – Menções aos discursos na Agência de *fact-checking* Aos Fatos

Conteúdo	Data	Menção	Declaração em destaque	Análise Aos Fatos	Repetição
01	06/03/2020	Não	-	-	-
02	12/03/2020	Sim	“Há também recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares. Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco a saúde da nossa gente”.	Contraditório , pois Bolsonaro convocou a população a participar das manifestações do 15 de março em, ao menos, duas ocasiões antes de sua fala no pronunciamento.	3 vezes.
03	15/03/2020	Sim	1ª: “Eu não tô preocupado com isso [coronavírus], eu tomo as minhas devidas precauções” / 2ª: “Sabemos que as aglomerações de pessoas realmente correm um risco seríssimo de o vírus se deflagrar de forma bastante grave em nosso país”.	Contraditórias. Na primeira declaração, apesar de afirmar que toma precauções, o presidente apareceu à porta do Palácio do Planalto, no domingo (15), para cumprimentar e tirar fotos com apoiadores, contrariando as orientações do Ministério da Saúde. Na segunda, o presidente minimizou o impacto do contato pelo vírus ao afirmar que medidas beiravam a “neurose” e a “histeria”.	1ª: 0 vez. 2ª: 3 vezes.
04	15/03/2020				
05	15/03/2020				
06	21/03/2020	Sim	1ª: “O que nós fizemos no parlamento foi estado de emergência, o estado de calamidade, então estamos autorizados a gastar além do teto tudo que for necessário para combatermos o vírus” / 2ª: “Para mais de 60% dos brasileiros não será nada, nem tomarão conhecimento, nem sentirão caso venham a ser infectados”.	Falsa e insustentável , respectivamente. Na primeira, porque o estado de calamidade pública, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal permite apenas o descumprimento da meta estabelecida na Lei de Orçamento Anual. Na segunda, porque ainda não havia dados conclusivos sobre qual a proporção dos	1ª: 4 vezes. 2ª: 9 vezes.

				assintomáticos entre os infectados pelo vírus.	
07	22/03/2020	Sim	<p>1ª: “Essas pessoas que reclamam de mim, que não tomei providência, como por exemplo o senhor governador de São Paulo, tem que lembrar que no dia 23 de fevereiro ele tava na Sapucaí, no Rio de Janeiro” / 2ª: “No dia seguinte, [o governador do Estado de São Paulo] tava no lançamento da CNN, com 1.300 pessoas do seu lado” / 3ª: “Você não me vê atacando nenhum governador. Nenhum. Zero”.</p>	<p>Imprecisas, as duas primeiras, e Falsa, a última.</p> <p>O presidente menciona a participação de políticos em eventos públicos para justificar seu comportamento. O governador João Dória compareceu à Sapucaí, no entanto, naquele dia, não havia nenhum caso confirmado de corona vírus no Brasil.</p> <p>O governador também esteve no evento da CNN, mas, naquele momento, também não havia a recomendação do Ministério da Saúde de evitar contato social.</p> <p>Já a última não procede, haja vista que o presidente tem criticado governadores, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, desde o início do surto no Brasil</p>	<p>1ª: 2 vezes. 2ª: 2 vezes. 3ª: 6 vezes</p>
08	24/03/2020	Sim	<p>1ª: “Caso fosse contaminado pelo vírus, [eu] não precisaria me preocupar, nada sentiria, quando muito acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” / 2ª: “90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso contamine” / 3ª: “[A Itália tem] um clima totalmente diferente do nosso [mais favorável à contaminação]” / 4ª: “Uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” / 5ª: “Desde quando</p>	<p>Falsas, a primeira e a sexta. Insustentáveis, a segunda e a terceira. Imprecisa, a quarta. Contraditória, a quinta.</p> <p>Na primeira, o presidente minimizou os riscos do novo coronavírus e comparou a enfermidade a uma simples gripe. Naquele momento, ainda não era possível atestar a taxa de mortalidade do vírus, mas cientistas já apontavam que havia uma maior letalidade em comparação a uma gripe comum.</p>	<p>1ª: 0 vez. 2ª: 9 vezes. 3ª: 4 vezes. 4ª: 8 vezes. 5ª: 3 vezes. 6ª: 2 vezes.</p>

			<p>resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo” / 6ª: “O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas?”.</p>	<p>Na segunda, ainda não havia dados conclusivos sobre a proporção dos assintomáticos.</p> <p>Na terceira, Bolsonaro sugere que o Brasil sofreria menos que a Itália, que possui clima mediterrâneo. Embora estudos preliminares indicassem que o vírus poderia demorar mais para se espalhar em climas mais quentes, ainda não havia consenso entre os pesquisadores.</p> <p>Na quarta, Bolsonaro omite que o médico Dráuzio Varella, ao qual se referiu, já se corrigiu, ao menos três vezes, alertando para o isolamento social e para a adoção de medidas de higiene. Assim, o ex-presidente retirou a fala de contexto.</p> <p>Na quinta, destaca-se que dias antes de anunciar, no dia 02 de fevereiro, o resgate dos brasileiros em quarentena em Wuhan, Bolsonaro havia descartado a possibilidade de realizar a operação.</p> <p>Na sexta, ainda que seja correta a premissa de que os idosos fazem parte do grupo de risco, cientistas consideram que crianças são potenciais disseminadores da doença.</p>	
09	31/03/2020		<p>1ª: “Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome”/ 2ª: “Não me valho dessas palavras</p>	<p>Contraditórias, a primeira, a segunda, a terceira, a oitava, a nona e a décima.</p> <p>Imprecisas, a quarta e a quinta.</p> <p>Insustentável, a sexta.</p>	

		Sim	<p>[do diretor-geral da OMS] para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia”/ 3ª: “(...) precisamos pensar nos mais vulneráveis. Esta tem sido a minha preocupação desde o princípio”/ 4ª: “[Fizemos isso através de] linhas de crédito para empresas”/ 5ª: “(...) auxílio mensal de R\$ 600 aos trabalhadores informais e vulneráveis (...)”/ 6ª: “(...) entrada de mais de 1,2 milhão no programa Bolsa Família”/ 7ª: “(...) adiamos o pagamento de dívidas dos estados e municípios”/ 8ª: “O vírus é uma realidade, ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada, apesar da hidroxicloroquina parecer bastante eficaz”/ 9ª: “Desde fevereiro, determinei o emprego das Forças Armadas no combate ao coronavírus. O Ministério da Defesa realizou o resgate de brasileiros na China”/ 10ª: “Com este mesmo espírito, agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: Parlamento, Judiciário, governadores, prefeitos e sociedade civil”.</p>	<p>Falsa, a sétima.</p> <p>Na primeira, há contradição, pois Bolsonaro já afirmou em tom de tranquilidade que pessoas iriam morrer e chegou a declarar: “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”.</p> <p>Na segunda, se não usou as declarações de Tedros para refutar medidas de prevenção e controle à Covid-19, mais cedo havia citado as mesmas falas para sugerir um recuo da entidade à quarentena obrigatória.</p> <p>Na terceira, em outros momentos, já havia minimizado a morte de pessoas pela pandemia.</p> <p>Na quarta, apesar do governo anunciar as medidas para as empresas, não havia editado a Medida Provisória de implementação.</p> <p>Na quinta, embora o Congresso tenha aprovado o pagamento por três meses do auxílio, é impreciso afirmar que a concessão nesse valor tenha sido iniciativa do governo. Inclusive, no dia 18 de março, o Ministério da Economia havia anunciado que seria de apenas R\$ 200.</p> <p>Na sexta, não há como confirmar, com base em dados públicos, se houve aumento no número de famílias atendidas.</p> <p>Na sétima, a declaração consta como falsa visto que o adiamento do pagamento das dívidas</p>	<p>1ª: 16 vezes. 2ª: 0 vez. 3ª: 16 vezes. 4ª: 0 vez. 5ª: 6 vezes. 6ª: 0 vez. 7ª: 0 vez. 8ª: 3 vezes. 9ª: 3 vezes. 10ª: 6 vezes.</p>
--	--	-----	--	---	--

				<p>de estados e municípios não havia sido implementados.</p> <p>Na oitava, a contradição consiste no fato de que Bolsonaro afirmava que medicamentos à base de cloroquina seriam eficazes, mesmo sem evidências.</p> <p>Na nona, Bolsonaro foi resistente ao resgate de brasileiros na China, alegando os altos custos de voo e que a operação colocaria em risco os demais brasileiros.</p> <p>Na décima, a contradição consiste no fato de Bolsonaro ter atacado governadores em várias ocasiões.</p>	
--	--	--	--	--	--

Diante disso, nota-se que, dos **nove** discursos proferidos por Bolsonaro na rede aberta de televisão – entre entrevistas e pronunciamentos oficiais –, durante o primeiro mês da pandemia da Covid-19 e analisados neste estudo, **oito** foram abordados pela agência *Aos Fatos* (2022), pelo caráter inconsistente de suas informações. Desse quantitativo, foram retiradas **24** falas do ex-presidente com conteúdo invalidado, das quais **10** foram categorizadas como **contraditórias**; **5 falsas**; **5 imprecisas**; e **4 insustentáveis**.

No tocante à repetição dessas narrativas pelo ex-presidente, *Aos Fatos* (2022) contabiliza uma disparidade nas **contradições** replicadas por Bolsonaro, que chegam a totalizar **53 vezes**, a partir dessas falas iniciais. As colocações **insustentáveis** identificadas nesses discursos repetem-se **22 vezes**, enquanto as falas **imprecisas**, **18**, e as **falsas**, **12 vezes**.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Andrade e Castilho (2020) discutem a concepção de Foucault sobre a convergência entre as relações de força e verdade, compreendendo que o sujeito do discurso histórico-político também está implicado na batalha, propõem:

Longe de ter como condição de possibilidade o cessar das armas, o apaziguamento dos embates e o pacto de paz, a sociedade civil acha como seu fundo a própria guerra, e a política pode ser entendida como um modo de funcionamento intrínseco ao modelo da guerra, cujo mecanismo de ação se acha na redistribuição desigual das forças dentro do corpo social, intensificando uns, precarizando outros (Andrade; Castilho, 2020, p. 6).

Esse raciocínio converge com as formulações de Foucault acerca das relações entre guerra e poder. Segundo Abello (2003), a abordagem foucaultiana propõe que o poder oriundo da guerra tem a função de manter a relação de força que havia durante a batalha. Assim, “a ação da política é a de manter as relações de poder e dominação existentes na guerra e que conduzem à possibilidade de que a política a substitua, com a condição de perpetuar, pelo menos até quando seja possível, as mesmas vantagens que adquiriram durante o conflito” (Abello, 2003, p. 71, *tradução nossa*).

No caso da pandemia da Covid-19, ainda que não se trate de um conflito bélico, evidencia-se como o uso do discurso bélico ao redor do mundo transformou o vírus em um inimigo comum. Apesar de ser um contexto de crise sanitária, o cenário pode ser, facilmente, associado ao de uma guerra. E, a partir dessa compreensão, percebe-se, também, uma busca pela manutenção das relações de poder entre lideranças e liderados, autoridades e população em geral, a fim de direcionar e determinar as condutas de todo um povo, a partir de práticas ideológicas e sociopolíticas, conforme o alinhamento de cada governo, haja vista as implicações sociais e históricas que representam.

Em publicação para o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho (CEE), o médico e pesquisador associado Luiz Antônio Santini expõe os riscos do uso de metáforas de guerra no contexto pandêmico. Segundo o pesquisador, “uma guerra visa derrotar um inimigo e, para isso, vai requerer a mobilização de recursos das mais variadas naturezas que, em geral, levam a uma brutal desorganização econômica e social do país” (Santini, 2020, *não paginado*).

Para Santini (2020), essa abordagem é limitada e insuficiente. Sobre isso, ele escreve:

Uma pandemia não representa um ataque inesperado de um agente inimigo da humanidade, como a tese da guerra sugere. O processo de mutação dos vírus é uma atividade constante na natureza e o que faz com que esse vírus mutante alcance a população, sem proteção imunológica, são, além das mudanças na biologia do vírus, mudanças ambientais, no modo de vida das populações humanas, nas condições econômicas e sociais. Muito além, portanto, de um ataque insidioso provocado por um agente do mal a ser eliminado (Santini, 2020, *não paginado*).

Assim, a retórica bélica não só é insuficiente – por não tocar na raiz do problema – como não resolve o problema das pandemias que rondam a história da Humanidade, visto que isso exige complexidades ainda maiores, como mudanças no modelo de desenvolvimento mundial, com redução das desigualdades sociais, que vulnerabilizam populações, cotidianamente, e que, em tempos cíclicos, acometem um número ainda maior de pessoas, com efeito em cadeia.

Mas foi na supressão desse entendimento e em meio a uma onda de polarização política que as narrativas acerca da Covid-19 foram construídas no Brasil, dando espaço para uma “outra guerra”, no campo ideológico, com impactos na opinião pública sobre a pandemia e na adoção de medidas sanitárias diversas entre os indivíduos. Por isso, esse estudo buscou analisar sete discursos do então presidente Jair Bolsonaro, no primeiro mês da pandemia, proferidos em pronunciamentos oficiais e em entrevistas à televisão, que demarcaram a condução da narrativa do seu governo no enfrentamento da crise, durante todo o seu mandato.

Por meio dessas análises, foi possível compreender as relações intrínsecas entre as dinâmicas de poder, a produção do conhecimento e o controle de informações, preponderantes para a disseminação de informações – fidedignas ou enganosas, seja por meio da *mis*, da *mal* ou da *disinformation*. Verifica-se, neste estudo, como a desinformação foi utilizada como uma ferramenta de exercício de poder, por Jair Bolsonaro, com o intuito de manipular a percepção pública dos fatos, desacreditar fontes de informação legítimas e reforçar agendas políticas e ideológicas específicas.

No duelo entre as estruturas de poder, governo federal, imprensa, Congresso Nacional, Judiciário e demais entidades moldaram a forma como a informação foi apresentada e interpretada pelo público. E, no caso específico do primeiro, sobre o qual debruça-se esse estudo, o controle e a manipulação da informação promoveram narrativas danosas e irreversíveis no contexto pandêmico.

Em apenas sete discursos proferidos por Bolsonaro, no primeiro mês de pandemia, foram identificadas estratégias discursivas que corroboraram com a produção de “verdades” alinhadas aos seus interesses políticos e ideológicos, tiveram impactos na gestão da política sanitária, reforçaram comportamentos que inflamaram a quebra de medidas preventivas e balizaram a pauta econômica em detrimento do cuidado com a vida e a saúde, na sua integralidade.

Os discursos de Bolsonaro foram marcados pelo confronto aos governadores e às instituições científicas e sanitárias, pelo silenciamento da e pela resistência à imprensa, pela minimização dos impactos da pandemia, pelo estímulo à retomada precoce das atividades não essenciais e pelo incentivo ao uso de medicamentos com eficácia jamais comprovada contra a Covid-19.

Mais do que isso: diante dos dados apresentados nesta pesquisa, fica evidente o padrão de disseminação de desinformação por parte do ex-presidente. A frequência de discursos insustentáveis, contraditórios, falsos e imprecisos, assim como a repetição dessas narrativas imprimem uma preocupante estratégia de manipulação da informação.

Essa constatação levanta sérias questões sobre a responsabilidade dos líderes políticos na produção e na difusão de informações precisas e confiáveis, bem como acerca do papel do conteúdo informacional como um possível Determinante Social de Saúde. A desinformação atuou como agente capaz de minar os esforços no combate à pandemia, gerar confusão e desconfiança na população, e comprometer a efetividade das medidas de saúde públicas.

Portanto, é essencial que haja um compromisso permanente com a transparência, a prestação de contas e a disseminação de informações pautadas em evidências científicas. Além disso, também é fundamental fortalecer os mecanismos de verificação de fatos e promover uma educação midiática e informacional, para capacitar cidadãos e prepará-los para o discernimento entre informações precisas e desinformação. Somente por meio desses esforços coletivos, será possível enfrentar, de modo eficaz, os desafios impostos pela saúde pública e proteger o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

- ABELLO, I. El concepto de la guerra en Foucault. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 1, n. 14, p. 71–75, feb., 2003.
- ALENCAR, M. Modelos de negócios das agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos: a terceirização da credibilidade jornalística. In: MARQUES, R. M.; BASTOS, M. D. (Orgs.). **Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: confrontando as barbáries do capital no século XXI**. São Cristóvão (SE): ULEPICC-Brasil, 2022. p. 264-279.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIN, M. L. P. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Acadêmica: Polis, 2008. Cap. 3, p. 41-54.
- ANDRADE, T. de; CASTILHO, M. S. Estamos em guerra: da retórica ao enfrentamento num cotidiano militarizado. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, p. e45469, jan./dez., 2020.
- AOS FATOS. **Bolsonaro disse cerca de sete informações falsas ou distorcidas por dia em 2021**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-disse-cerca-de-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- AOS FATOS. **Em 1287 dias como presidente, Bolsonaro deu 5724 declarações falsas ou distorcidas**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- AOS FATOS. **Em 1459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/?q=&t=8&t=20&t=21&t=29&o=#i>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- AOS FATOS. **Metodologia**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/metodologia-2015/>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- APS, L. R. D. M. M.; PIANTOLA, M. A. F.; PEREIRA, S. A.; CASTRO, J. T. D.; SANTOS, F. A. D. O.; FERREIRA, L. C. D. S. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, n. 40, p. 1-13, abr., 2018.
- AQUINO, M. I. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446. 2020.
- ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-17, jan./dez., 2020.
- ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. Trabalho e renda no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, n. 2, 96-111, maio/ago., 2021.

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. (Debates, 64).
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.
- AZEVEDO, S. D. R. de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Filogênese**, Marília, v. 6, n. 2, [n. p.], jul./dez. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out./dez., 1994.
- BARRETO, A. de A. Transferência da informação para o conhecimento. *In*: AQUINO, M. de A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2002. Cap. 3, p. 49-59.
- BBC NEWS. **Relembre frases de Bolsonaro sobre a Covid-19**. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso 7 jun. 2023.
- BELTRÃO, L. Processo da Comunicação. *In*: MELO, J. M. de.; SANTOS, M. dos. (org.). **Mutações na comunicação: ampliando as fronteiras do jornalismo**. São Bernardo do Campo: Ed. da Universidade Metodista de São Paulo, 2016a. p. 19-22.
- BELTRÃO, L. Reflexões sobre a Comunicação de Massa: sua produção. *In*: MELO, J. M. de.; SANTOS, M. dos. (org.). **Mutações na comunicação: ampliando as fronteiras do jornalismo**. São Bernardo do Campo: Ed. da Universidade Metodista de São Paulo, 2016b. p. 87-94.
- BLUMER, H. A massa, o público e a opinião pública. *In*: **Comunicação e indústria cultural**. COHN, G. (org.). 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. Cap. 9, p. 177-186.
- BOLSONARO, J. M. Bolsonaro diz que não traz brasileiros da China porque “custa caro” e não há lei de quarentena. **G1** [portal de notícias], [Rio de Janeiro], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/31/bolsonaro-reune-ministros-para-avaliar-risco-do-coronavirus-e-situacao-de-brasileiros-na-china.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **JASIS: Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, v. 45, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.
- BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. de O; GABRIEL JUNIOR, R. F.; PINTO, J. S. de P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, maio/ago. 2010.

BUENO, W. C. **Comunicação científica e divulgação científica**: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1 esp., p. 1-12, 2010.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-19, jul./dez, 2013.

CAPONI, S.; BRZOZOWSKI, F.; HELLMANN, F.; BITTENCOURT, S. C. O uso político da cloroquina: Covid-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 78-102, jan./abr. 2021.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 5 nov. 2021.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASIMIRO, A. H. T. *et al.* Mediação e competência em informação durante a pandemia de COVID-19: uma relação possível?. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, Havana, v. 33, e2033, enero/dic., 2022.

CASTRO, R. Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310100, jan./dez., 2021

CEVALLOS-ROBALINO, D. *et al.* Evolución e impacto de la información en la población infantil em tiempos de Covid-19. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 45, n. 1, p. 1-7, [sección Opinión y Analisis], enero/dic. 2021.

COHN, G. (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha**: uma estratégia europeia. Bruxelas, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0236&from=EN>. Acesso em: 2 maio 2023.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus**. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2023.

COUTINHO, R. C. Publicidade e discurso: um gesto de leitura sobre o discurso publicitário. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 20, n. 2, p. 236-245, maio/ago. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROCCO, F. L. T. Indústria cultural: ideologia, consumo e semiformação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 11, n. 1, [n. p.], jan./abr. 2009.

DAMIANO, L. C. do C.; GARCIA, E. M.; MORAES, T. C. C. de. **Conhecimento e pesquisa**. Piracicaba: ESALQ, 2016.

DANDARA, L. Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação. **Portal Fiocruz**, 9 de jun. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>. Acesso em: 29 maio 2023.

DEMO, P. **Ambivalências da sociedade da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DOMINGUES, C. M. A. S. *et al.* 46 nos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, Supl. 2, e00222919, 2020.

ECO, U. **O fascismo eterno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FALCÃO, P.; SOUZA, A. B. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da covid-19 no Brasil. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan./mar. 2021.

FEARING, F. A comunicação humana. *In: Comunicação e indústria cultural*. COHN, G. (org.). 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. Cap. 3, p. 56-82.

FEIJÓ, R. B.; SÁFADI, M. A. P. Imunizações: três séculos de uma história de sucessos e constantes desafios. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 82, n. 3, Supl. p. s1-s3, maio/jun. 2006.

FERNANDES, T. M. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. **História, Ciência, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 2, p. 461-474, 2003.

FERREIRA, T. E. L. R.; PINHO NETO, J. A. S. Na contramão da informação preventiva: desinformação sobre prevenção de HIV/Aids. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 3-13, 2018.

FIGUEIREDO, A. H. de. (org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Brasil: IBGE, 2016.

FIOCRUZ. A trajetória do médico dedicado à ciência. **Portal Fiocruz**, 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em: 20 maio 2023.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE*, 23., 1995, [Edmonton]. **Proceedings** [...]. [Edmonton]: CAIS/ACSI, 1995. p. 19-28. Tema: Connectedness: Information, Systems, People, Organizations. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 25 fev. 2024.

GERBAUDO, P. **O grande recuo**: a política pós-populismo e pós-pandemia. São Paulo: Todavia, 2023.

GÓMEZ, M. N. G. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr., 2002.

GÓMEZ, M. N. G. de. Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 179-198, jul./dez., 2022.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-142, jan./abr., 2005.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00305137, jan./dez., 2021.

GREGOLIN, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, jan./dez., 1995.

GRUPO DE PESQUISA DISCURSO. O vírus não é democrático: a pandemia da Covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, [n. p.], 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-virus-nao-e-democratico-a-pandemia-da-covid-19-como-acontecimento-e-a-disputa-de-discursos/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

HABERMAS, J. Comunicação, opinião pública e poder. *In: COHN, G. Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 187-200.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Editora Unesp, 2014b.

HELLER, B.; JACOBI, G.; LIMA, J. B. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49 n. 2, p. 189-204, maio/ago., 2020.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BUTANTAN, 2021. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

JESUS, M. P. H.; BARROS, A. T. Estratégias discursivas de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020. **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 274-305, jan./abr., 2021.

KHALIL, O. A. K.; DA SILVA KHALIL, S.; CAETANO JUNIOR, E. Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. **Revista Thema**, Pelotas, v. 20, p. 132-142, jan./dez., 2021.

KLAPPER, J. T. Os efeitos da comunicação de massa. *In*: COHN, G. (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. Cap. 8, p. 162-173.

LIMA, W. 8 questões para entender a “guerra da vacina” e seus possíveis efeitos para a população. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/guerra-da-vacina-bolsonaro-doria-covid-efeitos-na-populacao/>. Acesso em: 31 maio 2023.

LINS, A. J. C. C.; *et al.* Jornalismo à deriva no mar da pós-verdade: a busca da verdade como método | journalism adrift in the post-truth sea: the search for truth as a method. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 160-176, maio, 2019.

LUCAS, A. A triste sorte dos presidentes negacionistas da Covid-19. **El País**, Madri, 07 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/a-triste-sorte-dos-negacionistas-da-covid-19.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “regime” e “informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set., 2011.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **RESS: Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do SUS**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020407, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARICATO, G.; RICHTER, V. S. O que fazem os números?: produções, usos e efeitos da quantificação da vida cotidiana. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 241-255, maio/ago., 2021.

MARQUES, M. Ação comunicativa e de informação: modelo transdisciplinar para o aprender a aprender. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 194-211, jul./dez., 2015.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A. O negacionismo científico refletido na pandemia da Covid-19. **BOCA: Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67-78, maio/ago., 2021.

MARTÍNEZ-ÁVILA. Problems and Characteristics of Foucauldian Discourse Analysis as a Research Method. *In: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. L. Cultural Frames of Knowledge*. Baden-Baden: Ergon-Verlag, 2012.

MELO, M. L. D.; SANTANA, S. R. Infodemia e ciência da informação no Brasil: perspectivas e reflexões. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 24-41, jan./jun., 2022.

MELLO, M. R. G.; VALENTIM, M. L. P. Análise do discurso: diálogos epistemológicos em Foucault e Heidegger. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 24-43, jul./dez., 2021.

MENDONÇA, L. K.; RAMOS, R. B. T. Análise de planos de comunicação em bibliotecas como subsídios à construção do plano de comunicação integrada da biblioteca da casa da juventude Pe. Burnier, em Goiânia, Goiás. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 30-49, jul./dez. 2018.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIRA, B. S.; FARIAS, M. E. S. O.; BRITO, J. F.; GUARALDO, T. S. B. Nas trilhas dos sujeitos discursivos. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-16, 2021.

MIRANDA, A. S. O saber médico e o jornalismo especializado em saúde: como uma epidemia se torna notícia. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-13, abr./jun., 2017.

MIRANDA, M. C. O.; LOPES, S. C. Comunicar compreende o quê?. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 255-257, jan./abr., 2017.

MONARI, A. C. P. *et al.* Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. e5707, jan./dez., 2021.

MONARI, A. C. P.; SACRAMENTO, I. A “vacina chinesa de João Doria”: a influência da disputa política-ideológica na desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19. **Mídia & Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 125-143, set./dez., 2021.

MORAES, J. B. E.; LIMA, L. M.; CAPRIOLI, M. S. Análise do discurso e Ciência da Informação: aportes teóricos para organização e representação da informação. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 22, n. 2, p. 75-85, jul./dic., 2016.

MOREL, Ana P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00315147, jan./dez., 2021.

MOULIN, A. M. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 2, p. 499-517, 2003.

- MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr., 2019.
- MOURA FILHO, E.A. Os imunobiológicos na proteção da saúde: conhecendo sua história. *In*: SILVA, M. N.; FLAUZINO, R. F.; GONDIM, G. M. M. (org.). **Rede de frio**: fundamentos para a compreensão do trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2017, Cap. 8, p. 215-238.
- NABUCO, G.; OLIVIERA, M. H. P. P.; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 1-11, jan./dez., 2020.
- NEUFELD, P. M. Memória médica: a gripe espanhola de 1918. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 213-217, jul./set., 2020.
- NOVAL, A. El discurso bélico em contexto de pandemia: lenguaje, ideología y géneros. *In*: CHAVES, Dulce Daniela (comp). **Frente al huracán: reconfiguraciones político-sociales en tiempos pandémicos. Análisis y sentipensares desde los géneros**. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional de La Plata: 2021. (Documento de Trabajo; 26). Disponível em: <https://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2021/04/doctrab26ceгри.pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2021.
- OLIVEIRA, M. L. P. de.; SOUZA, E. D. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 77-86.
- OLIVEIRA, T. M. de. Como enfrentar a desinformação científica?: desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5374. jul./dez., 2020.
- OMS. **Coronavirus dashboard**, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/FactsheetInfodemic_por.pdf?sequence=16&isAllowed=y. Acesso em: 5 nov. 2021.
- OPAS. **Histórico da pandemia de Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2008.
- ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio. Polarização e desinformação *online* no Brasil. São Paulo: FES, 2018. (Análise. Friedrich Ebert Stiftung Brasil; 44). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PASSOS, E.; WALTER, M. T. M. T. Pandemias do passado, lições para o futuro e um pouco de legislação. **CAJUR: Caderno de Informações Jurídicas**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-61, jan./jun., 2020.

PASSOS, I. C. F. A Análise foucaultiana do discurso e sua utilização em pesquisa etnográfica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, e35425, jan./dez., 2019.

PEREIRA, F. Além de Bolsonaro, conheça outros presidentes com posturas negacionistas durante a pandemia. **O Povo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/03/30/alem-de-bolsonaro--conheca-outros-presidentes-com-posturas-negacionistas-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PINKER, S. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, jul./ago., 1995.

PIRES, G. A. *et al.* Protótipos físicos e virtuais (CAD 3D): uma pesquisa descritiva sobre o processo de construção de uma saia godê. **Design & Tecnologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 32-41, jan./jun., 2016.

PÔRTO, A.; PONTE, C. F. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 2, p. 725-742, 2003.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Desinfodemia**: descifrando la desinformación sobre el COVID-19. Paris: UNESCO, 2020. E-book. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/desinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

QUEIROZ, A.; MANHANELLI, C. Breve História dos Slogans Políticos nas Eleições do Brasil Republicano. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 235-253, jul./dez., 2009.

RAMALHO, R. A. S.; *et al.* Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, jan./jun., 2007.

RECUERO, R. da C. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 432-458, set./dez., 2019.

REIS, A. S. D. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação?. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez., 1999.

RIBEIRO, J. U. **Política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RIBEIRO, D. M.; PAES, F. A. O. Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo: contribuições para o debate sobre a desinformação científica. *In: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (org.). Sociedade da desinformação e infodemia.* Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, 2021. Cap. 4, p. 87-112.

ROMANO, J. O. *et al.* O vírus não é democrático: a pandemia da Covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, jun, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-virus-nao-e-democratico-a-pandemia-da-covid-19-como-acontecimento-e-a-disputa-de-discursos/>. Acesso em: 12 nov., 2021.

SAINT CLAIR, Ericson. **A depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo: fazendo o arquivo falar (1970-2010).** 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2012.

SALGADO, T.; MATTOS, M. A. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. *In: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (org.). Sociedade da desinformação e infodemia.* Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, 2021. Cap. 2, p. 39-62. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Sociedade-da-desinformacao-e-infodemia-Selo-PPGCOM-UFGM.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A. B. G.; VECHIATO, F. L.; ALMEIRA JÚNIOR, O. F. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-111998, abr./jun., 2022.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sorora, visual e verbal: aplicações na hipermídia.** 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTINI, L. A. **Retórica da ‘guerra à covid’ é equivocada.** [Rio de Janeiro]: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1165>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANTOS, A. D. G. D. *et al.* Letramento informacional, covid-19 e infodemia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5214, jul./dez., 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, G. F. C. D.; SANTEE, N. R. A linguagem retórica da propaganda: uma análise comparativa. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 10-24, jan./jun., 2010.

SATO, A. P. S. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, n. 96, p. 1-9, out., 2018.

SCHIPIANI, A.; FOY, H.; WEBBER, J.; SEDDON, M. *The ‘Ostrich Alliance’: the leaders denying the coronavirus threat.* **Financial Times**, [Londres], 16 de abril de

2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/974dc9d2-77c1-4381-adcd-2f755333a36b>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SCHWARCZ, L. **A revolta da vacina é uma história contada pela metade**. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5:13 min). Publicado pela plataforma YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kEIFyVxpRSQ&ab_channel=LiliSchwarcz. Acesso em: 15 maio 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, 37, e200063, jan./dez., 2020.

SCOPINHO, R. A. *et al.* "Trabalhar é preciso, viver não é preciso": ideologia e necropolítica na pandemia covid-19. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51. p. 390-408, jan./dez., 2021

SEIBT, T.; DANNENBERG, M. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do aos fatos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5687 jan./jun., 2021.

SENRA, N. C. Por uma disseminação democrática de informações. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 40-45, out./dez., 1994.

SHIMIZU, N. R. Movimento antivacina: a memória funcionando no/pelo (per)curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade e-urbana. **Revista do Edicc**, Campinas, v. 5, p. 87-97, jan./dez., 2018.

SILVA, H. G. N.; SANTOS, L. E. S.; OLIVEIRA, A. K. S. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **JONAH: Journal of Nursing and Health**, Pelotas, v. 10, n. esp., e20104007, 2020.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr., 2015.

SIMÕES, A. M. O processo de produção e distribuição de informação enquanto conhecimento: algumas reflexões. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 81-86, jan./jun., 1996.

SIMON, R. I. **Homens maus fazem o que homens bons sonham**: um psiquiatra forense ilumina o lado obscuro do comportamento humano. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SOARES DA SILVA, F.; DALL' CORTIVO DEBLER, C. O uso do diminutivo inho e suas possíveis significações pelo viés da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e da Linguística Formal. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 82, p. 101-111, jan./abr., 2020.

SOARES, F. B. *et al.* Desinformação sobre o Covid-19 no *whatsapp*: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 1, p. 74-94, jan./abr., 2021.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivo do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: Edufal, 2015.

SOUZA, J. S.; SANTOS, J. C. S. D. Infodemia e desinformação na pandemia da covid-19. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, n. esp., p. 231-238, 2020.

SOUZA, S. A. F. de. **Análise de discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014.

STILBEN, J. T. A. E se o Bolsonaro falasse de você? uma revisão midiática e literária sobre a capacidade destrutiva do firehosing e do flaming. **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 336-367, maio/ago., 2021.

STOLZ, S. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. **JURIS: Revista da Faculdade de Direito**, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 159-176, jan./dez., 2008.

THE WORLD BANK. **Os impactos econômicos da crise da Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis>. Acesso em: 31 maio 2023.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, M. **Delírio do poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TORNETTO, L. M.; BRUST-RENCK, P. G.; STEIN, M. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumidor. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 180-195, jan./mar., 2014.

TORRES, L. H. O vírus da gripe espanhola desembarca na cidade: a visão do *Echo do Sul*. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 91-99, jan./jun., 2009.

VIGNOLI, R. G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-31, jan./dez., 2021.

VIGNOLI, R. G.; SILVA, R. C.; MARAN, M. F. I. A.; VITORIANO, M. C. C. P. Movimento antivacina e hesitação vacinal na covid-19: reflexões e percepções para a ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 457-484, jan./jun., 2022.

VIZEU, R. **Os presidentes**: a história dos que mandaram e desmandam no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

YENGAR, S. *et al.* The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 129-146, Jan./Dec., 2019.

WARDLE, C.; DERAQSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

ZANINI, F. Líderes globais adotam retórica militar e patriotismo exacerbado em discurso contra pandemia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/lideres-adotam-discursos-de-guerra-contra-pandemia.shtml>. Acesso em: 3 mar. 2023.

ZATTAR, M. Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5391, jul./dez., 2020.